

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS



MARIA LÚCIA VANNUCHI

MINHA “CAMINHADA” ... NOSSA “CAMINHADA”

Uberlândia-MG

05/02/2025



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

MARIA LÚCIA VANNUCHI

MEMORIAL ACADÊMICO DESCRITIVO

MINHA “CAMINHADA” ... NOSSA “CAMINHADA”

Processo avaliativo para promoção à classe E,
como professora titular do Magistério Superior

Uberlândia-MG

05/02/2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

V271m Vannuchi, Maria Lúcia, 1954-
2025 Minha “caminhada” ... Nossa “caminhada” [recurso eletrônico] /
 Maria Lúcia Vannuchi. - 2025.

Memorial Descritivo (Promoção para classe E - Professor Titular) -
Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Ciências Sociais.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.5022>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Professores universitários - formação. I. Universidade Federal de
Uberlândia. Instituto de Ciências Sociais. II. Título.

CDU: 378.124

André Carlos Francisco Bibliotecário
Documentalista - CRB-6/3408

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO

– Integrantes externos à UFU

Prof. Dr. Agnaldo De Sousa Barbosa - Unesp - Franca (SP)

Profa. Dra. Ângela Maria Carneiro Araújo - UNICAMP - Campinas (SP)

Prof. Dr. João dos Reis Silva Jr - UFSCar - São Carlos (SP)

Profa. Dra. Maria Eulina Pessoa de Carvalho - UFPB - João Pessoa (PB)

Prof. Dr. Sidney Jard, da Silva - UFABC - São Bernardo do Campo (SP)

– Integrantes internos da UFU

Profa. Dra. Fabiane Santana Previtali - UFU - Uberlândia (MG)

Profa. Dra. Jorgetânia Ferreira - UFU - Uberlândia (MG) - suplência

DEDICATÓRIA

Às minhas filhas Gabriela, Laura, Marília e Mariana

Às minhas netinhas Maria, Vitória, Alice, Luzia, Helena e Isis.

Realizo-me em meu trabalho de docente e pesquisadora, mas realizo-me também como mãe e avó. É muito gratificante saber que o meu ventre foi a origem de dez seres, todas mulheres, que por certo vieram para fazer a diferença, para contribuir na construção de um mundo melhor, mais justo e igualitário.

A elas dedico este memorial.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos: exercício difícil em um memorial, que percorre uma longa trajetória de vida, na qual muitas pessoas foram importantes, marcaram a minha existência e contribuíram para a construção do que sou hoje; dentre elas, quero ressaltar:

Meu pai, Ivo Vannuchi, meu exemplo inspirador.

Minha mãe, Maria da Penha, meu porto seguro.

Minha irmã Maria Helena e meus irmãos José Ivo e Paulo de Tarso, pelo apoio de todas as horas. Eu temia que após a partida de papai e mamãe nos distanciássemos. Mas não; mantivemos acesa a chama da união. Há sete anos, todas as segundas-feiras, das 21h às 22h encontramos-nos virtualmente, via grupo de whatsapp, para compartilharmos as novidades da semana. E no mínimo dizer: “estamos todos(as) bem”. Mamãe e papai, de onde estiverem, devem estar aplaudindo.

Lando, pai de minhas quatro filhas, autor de diversas poesias e letras de música que têm como temática lutas e pesquisas retratadas neste memorial

Eliane Garcindo de Sá, minha orientadora no mestrado, e hoje grande amiga.

Lucila Scavone, minha orientadora no doutorado, e guia nos estudos de gênero.

Elísio Estanque, apoio em terras do além-mar, no estágio pós-doutoral.

Maria Madalena Gracioli e Maria Teixeira de Borba, minhas melhores amigas; sempre presentes.

Fernanda Blascovi, meu suporte emocional.

Companheiros(as) da “caminhada” no Xixá, que me ensinaram o real significado da práxis.

Estudantes, que possibilitam a realização de minha paixão pela docência.

Colegas da UFU, pelas trocas enriquecedoras, em especial à Eliane Schmaltz Ferreira, que aceitou fazer uma leitura prévia deste memorial, antes de sua finalização.

A Comissão Especial de Avaliação deste memorial. Integram-na pessoas que fazem muito sentido em minha vida e com as quais partilho interesses comuns: Ângela Maria Carneiro Araújo, professora livre-docente na UNICAMP, referência brasileira na Sociologia do Trabalho sob a perspectiva de gênero, que integrou as bancas de qualificação e de defesa da minha tese de doutorado em Sociologia, Unesp/Araraquara (SP); Maria Eulina Pessoa de Carvalho, professora titular na UFPB, que me acolheu em licença capacitação e tornou-se parceira em pesquisa interinstitucional e na produção de diversos artigos; Sidney Jard da

Silva, professor titular da UFABC, parceiro nas vivências no além-mar no pós-doutorado em Coimbra; Agnaldo de Sousa Barbosa, professor livre-docente na Unesp de Franca (SP), que compartilha minha paixão pela História, pela Sociologia, e pesquisas sobre o setor calçadista francano; João dos Reis Silva Jr que partilha a mesma concepção da responsabilidade do campo educacional na produção do conhecimento e do pensamento crítico; Fabiane Santana Previtali, colega de unidade acadêmica com quem partilho o interesse pelos desafios do trabalho e da educação no contexto da acumulação flexível do capital; Jorgetânia Ferreira, companheira de lutas feministas e sindicais.

**Quando o “eu” busca fazer um relato de “si mesmo”
já está implicado numa temporalidade social que
excede suas próprias capacidades de narração.**

Judith Butler, 2015, p. 18.

**A imaginação sociológica nos permite compreender a história
e a biografia e as relações entre ambas, dentro da sociedade.**

Essa a sua tarefa e a sua promessa.

Wright Mills, 1975, p. 12.

RESUMO

A elaboração deste memorial atende a um dos requisitos para a promoção na carreira docente do magistério superior, mas ele extrapola a sua finalidade inicial, por contribuir para o resgate do que fui, e fiz, possibilitando compreensão mais acurada do que sou e faço hoje. Ele procura trazer de forma articulada o meu percurso pessoal, a minha trajetória profissional, e rota intelectual e teórica. Para construí-lo mergulhei em reminiscências do que foi vivido, e de teorias arquivadas em minha mente; passei por muitas leituras - que integram as Referências deste memorial - mas o eixo metodológico das reflexões é dialético; busco as totalidades com as suas inerentes contradições. Foram muitas as contribuições teóricas, mas os pilares fundamentais foram e são o Materialismo Histórico Dialético e Teorias das Relações Sociais de Sexo e Gênero.

Palavras-chave: memória individual e coletiva; percurso pessoal; trajetória profissional e teórica; materialismo histórico dialético; relações sociais de sexo e gênero.

ABSTRACT

Preparing this descriptive memoir meets one of the requirements for promotion in the higher education teaching career. However, it surpasses its initial purpose by contributing to the retrieval of who I was and what I have accomplished, allowing a more accurate understanding of who I am and what I do today. This document seeks to present an integrated view of my personal journey, professional trajectory, and intellectual and theoretical path. To construct it, I delved into reminiscences of what I experienced, and theories archived in my mind, navigating through numerous readings listed in this portfolio's References section while employing a dialectical methodology as the core of my reflections, striving to capture totalities with their inherent contradictions. There were many theoretical contributions, but the fundamental pillars were, and still are, Dialectical Historical Materialism and Theories of Social Relations of Sex and Gender.

Keywords: individual and collective memory; personal journey; professional and theoretical trajectory; Dialectical Historical Materialism; Theories of Social Relations of Sex and Gender.

RESUMEN

La elaboración de este memorial cumple con uno de los requisitos para avanzar en la promoción de la carrera docente del magisterio superior; sin embargo, supera su propósito inicial al facilitar la recuperación de lo que fui y lo que hice, permitiendo así una comprensión más precisa de lo que soy y hago hoy. Él busca articular de manera integrada mi recorrido personal, mi trayectoria profesional y mi ruta intelectual y teórica. En su construcción, me sumergí en reminiscencias de lo vivido y en teorías archivadas en mi memoria; recorrí numerosas lecturas - que forman parte de las Referencias de este memorial -, pero el eje metodológico de las reflexiones es dialéctico; procuro entender las totalidades junto con sus contradicciones inherentes. Diversas contribuciones teóricas han enriquecido este proceso, pero los pilares fundamentales fueron y siguen siendo el Materialismo Histórico Dialéctico y las Teorías de las Relaciones Sociales de Sexo y Género.

Palabras clave: memoria individual y colectiva; recorrido personal; trayectoria profesional y teórica; Materialismo Histórico Dialéctico; Relaciones Sociales de Sexo y Género.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Jornal Oficina.....	36
Figura 2 – Gari na varrição.....	57
Figura 3 – Gari e filhos(as) no caminhão da Creche da Comurg.....	59
Figura 4 – Sapateiras na fábrica de calçados de Franca (SP)	69
Figura 5 – Trabalho de mulheres na Coopermoda.....	85
Figura 6 – Árvore à beira da estrada.....	96
Figura 7 – Arte de corrigir: vigiar e punir, de Michel Foucault.....	97
Figura 8 – Árvore resiliente.....	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABET	Associação Brasileira de Estudos do Trabalho
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ALN	Ação Libertadora Nacional
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais
APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDHIS	Centro de Documentação e Pesquisa em História
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CEETEPS	Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
CENP	Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas
CES/UC	Centro de Estudos Sociais / Universidade de Coimbra
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMURG	Companhia de Urbanização de Goiânia
CPAC	Comissão para Acúmulo de Cargo
DEAM	Delegacia Especializada da Mulher
DECIS	Departamento de Ciências Sociais
DES IV	Docente de Ensino Superior Doutor
DINTER	Programa de Doutorado Interinstitucional
DOI-CODI	Destacamento Operações e Informações do Centro de Operações e Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EBRAC	Esquerda Brasileira em Coimbra.
EPEN	Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste
FADEF/FESP - UEMG	Faculdade de Educação Física/Fundação de Ensino Superior de Passos/ Universidade do Estado de Minas Gerais
FAFCS	Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais

FASESP/FESP-UEMG	Faculdade de Serviço Social/Fundação de Ensino Superior de Passos/Universidade do Estado de Minas Gerais
FCS	Faculdade de Ciências Sociais
FUBRAE/CECAP	Fundação Brasileira de Educação/Centro de Capacitação Profissional
GEDI	Grupo de Estudos de Gênero, Educação, Diversidade e Inclusão
GEPEGRES	Grupo de Estudos e Pesquisas de Gênero: relações sociais, representações e subjetividades
GESEM	Grupo de Estudos sobre o Ensino Médio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
INCIS	Instituto de Ciências Sociais
LER/DORT	Lesões por Esforços Repetitivos / Distúrbios Osteomoleculares Relacionados ao Trabalho
MINTER	Programa de Mestrado Interinstitucional
NEGUEM	Núcleo de Estudos de Gênero
NIPAM	Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação Sobre a Mulher e Relações de Sexo e Gênero
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OSC	Organização da Sociedade Civil
PDV	Programa de Desligamento Voluntário
PET	Programa de Educação Tutorial
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PPGCS	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PROCAD/NF	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica - Novas Fronteiras
PT	Partido dos Trabalhadores
REDOR	Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero
SESU/MEC	Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação
SindiVestu	Sindicato das Indústrias do Vestuário de Uberlândia
STRI	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga
TVT	TV dos Trabalhadores

UEG	Universidade Estadual de Goiás
UEPB	Universidade Estadual de Paraíba
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UnB	Universidade de Brasília
Unesp	Universidade Estadual Paulista
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
Unifran	Universidade de Franca
UnU CET	Unidade Universitária de Ciências Exatas e Tecnológicas
UnU CSEH	Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas
USP	Universidade de São Paulo

APRESENTAÇÃO

De Jessé nasceu a vara [...]
Da vara nasceu a flor [...]
E da flor nasceu Maria [...]

Milton Nascimento¹

O que seria um memorial? Um documento técnico? Um exercício da memória?

Para Marilena Chaui, “a memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total” (2001, p. 125).

A filósofa enfatiza a força da deusa Mnemosyne que, para os gregos antigos, tinha o poder de conferir imortalidade aos mortais, posto que o memorável nunca morrerá (Chaui, 2001). Pela memória, torna-se presente o passado, mas a partir do olhar do presente, que reconstrói o passado.

Nossa memória tem uma dimensão pessoal, mas tem também uma dimensão coletiva ou social. Vem à lembrança Durkheim: “Vítimas de uma ilusão, acreditamos ser produto de nossa própria elaboração aquilo que nos é imposto do exterior” (Durkheim, 1971, p. 40).

Não apenas a consciência tem dimensão individual e coletiva; a memória também. Para Halbwachs, a memória individual reporta-se a pontos de referência que são fixados pela sociedade; pensamos em comum com os(as) outros(as). As lembranças pessoais são emolduradas pelo quadro do meio social (Halbwachs, 1990).

No entanto, nossa memória é seletiva; vivemos décadas; em cada década, mais de cinco milhões de minutos, e vivemos cada minuto; minuto a minuto. Destes retemos aqueles que mais nos marcaram, que mais contribuíram para a constituição do nosso ser.

Assim, passo² a falar dos minutos que ficaram retidos em minha memória, dentre os tantos vividos.

¹ Versos de Calix Bento, obra recolhida do folclore mineiro. Arrisco a hipótese de que Jessé possa referir-se ao pai de Davi, numa genealogia de Abraão a José, realizadora da profecia de que, da descendência de Davi, viria o salvador. E se falamos de um povo à época oprimido sob o domínio do Império Romano, falamos de uma genealogia libertadora. (Evangelho segundo Mateus capítulo 1º, versículos 6 e 16). Não sou conhecedora da bíblia; esta hipótese surgiu de um diálogo com uma tia freira muito querida, Tia Vise, com formação em Filosofia e Teologia. Meu pai também era muito religioso; foi seminarista. Meu encontro com o materialismo histórico dialético, que trarei adiante, conflitava com as minhas raízes religiosas; trouxe a tensão entre o acreditar-desacreditando, e o desacreditar-acreditando, que hoje equaciono crendo no poder de uma energia vital única, seja humana seja divina, que está em tudo e em todos(as), e orienta os nossos passos.

² Neste texto utilizo a primeira pessoa do singular quando a ação, a atitude abordada for, por mim, considerada mais pessoal e singular; utilizo a primeira pessoa do plural na referência a práticas e construções cognitivas e teóricas que considero de cunho mais coletivo.

De Ana Maria (vó Nina)
Nasceu Maria da Penha;
De Maria da Penha
Nasceu Maria Lúcia ...

Longe de mim querer comparar-me à Maria que trouxe o Salvador; bem sei de minha dimensão; a paráfrase foi tão somente uma forma de também trazer a minha ancestralidade, os femininos ventres que me geraram, a origem de tudo o que trago neste memorial, organizado em quatro partes, que abaixo sintetizo:

- I- **Os primeiros passos na “caminhada”** – relato do período de vivência em Itapuranga (GO), junto ao povo da “caminhada” expressão utilizada para nomear a luta dos(as) trabalhadores(as), e os movimentos populares da Diocese de Goiás, e principalmente de nossa atuação em um projeto de Educação Popular, em perspectiva freiriana da educação libertadora.
- II- **Nas trilhas da docência e trajetória acadêmica** – mapeamento do percurso que se estende do mestrado realizado na Universidade Federal de Goiás - UFG, em Goiânia, seguido de minha mudança para Franca (SP) para atuar como docente de Sociologia no 2º Grau (hoje Ensino Médio) em escolas da Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo, e do Centro Paula Souza, à graduação em História pela Universidade Estadual Paulista - UNESP de Franca, à realização do doutorado na Unesp de Araraquara (SP), e à docência em Faculdades e Universidades privadas e públicas.
- III- **O caminhar pelas veredas da UFU** – registro dos últimos quinze anos de meu percurso - pessoal e profissional, período de atuação como professora do Ensino Superior na UFU.
- IV- **Itinerário de pesquisas e reflexões teóricas** – exposição dos pressupostos teórico-metodológicos que guiaram minha trajetória e de elementos das pesquisas que realizei, tanto as que resultaram na dissertação de mestrado, tese de doutorado, relatório de estágio pós-doutoral, bem como as pesquisas acerca da divisão sexual do trabalho na indústria farmacêutica de Anápolis (GO), sobre o trabalho das mulheres no setor confeccionista de Uberlândia (MG), sobre a Coopermoda, uma cooperativa de costureiras de Franca, e a respeito do gendramento das instâncias formativas de Pedagogia e Engenharia Civil e representações sociais do alunado da UFPB e UFU. E apresentação de alguns artigos acerca da violência de gênero.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
I – OS PRIMEIROS PASSOS NA “CAMINHADA”.....	22
II – NAS TRILHAS DA DOCÊNCIA E TRAJETÓRIA ACADÊMICA	33
III – O CAMINHAR PELAS VEREDAS DA UFU.....	44
IV – ITINERÁRIO DE PESQUISAS E REFLEXÕES TEÓRICAS.....	56
4-1 O trabalho da mulher gari	57
4-2 A divisão sexual na indústria calçadista de Franca-SP.....	69
4-3 A divisão sexual na produção calçadista portuguesa, em análise comparativa	75
4-4 O trabalho da mulher na indústria farmacêutica de Anápolis-GO	80
4-5 O trabalho da mulher no setor confeccionista	83
4-6 Gênero e representações sociais de estudantes de Pedagogia e Engenharia Civil da UFU e UFPB	86
4-7 Algumas reflexões acerca da violência de gênero	88
FINALIZAÇÃO: NOVAS REFLEXÕES... ..	93
<i>POST-SCRIPTUM</i>.....	96
REFERÊNCIAS.....	100
APÊNDICES	104
APÊNDICE A.....	105
APÊNDICE B.....	107
APÊNDICE C.....	108
APÊNDICE D.....	110
APÊNDICE E.....	114
APÊNDICE F	118

INTRODUÇÃO

Chora o apito
 Recordação de coisa viva
 No coração
 É mundo velho
 Eta mundo sem porteira
 Vou me levando
 No retão da lembranceira [...]³

Sérgio Ricardo

Entretanto, o retão da lembranceira é também repleto de curvas.

A minha trajetória acadêmica não pode ser ilustrada por uma linha reta, sem solução de continuidade, como é de praxe no ambiente acadêmico: da graduação para o mestrado, do mestrado para o doutorado, do doutorado para pós-doutorado. Não; é repleta de descontinuidades, de interstícios: trabalhos não acadêmicos, constituição de família, militância, mas há um fio condutor ligando todos os caminhos que percorri, todas as pesquisas que realizei - mesmo os que possam parecer contraditórios. Ele pode ser resumido na minha curiosidade do saber, no meu desejo de aprender, na minha inquietude do fazer.

A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta faz parte integrante do fenômeno vital. Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos (Freire, 1997, p. 35).

A escrita deste memorial contribuiu para o entendimento deste fio condutor auxiliando-me a compreender com maior acuidade o próprio presente, transitório ventre de novos caminhos. Na sua elaboração, resgate da própria trajetória pessoal e profissional, procuro resgatar minhas vivências, atividades e realizações. De antemão, já afirmo que não é fácil subdividi-lo em itens ou capítulos porque todos os passos de minha caminhada, dialeticamente interligam-se. Embora ele tenha sido produzido com finalidade acadêmica, acabou sendo um exercício prazeroso que contribuiu para elucidar, a mim mesma, o meu

³ Excerto da música “Mundo velho sem porteira”, composição de Sérgio Ricardo que integra o álbum *Arrebentação*, lançado em 1971, pela gravadora Equipe.

próprio percurso existencial; pude olhar para um passado que me constituiu, pelas lentes do presente.

Não apenas um exercício prazeroso - há lembranças que doem - mas profundamente enriquecedor, um convite para passar a limpo a própria caminhada. Com muita propriedade, Magda Soares afirma que “fazer uma tese cujo objetivo é a própria vida acadêmica (pois é isto o memorial) obriga o professor universitário a ultrapassar *o que fez*, em sua vida acadêmica, para determinar *por que fez, para que fez e como fez*” (2001, p. 25). É isso: o memorial possibilita sistematizar o próprio percurso - ou travessia, como quer a autora; nas suas linhas e entrelinhas, busca-se perceber hoje o sentido do que se fazia, as dúvidas e respostas encontradas, os desvios de projetos originais, as rupturas. Continuidades e descontinuidades não em linha reta, mas em dialéticos espirais. Ou seja: de onde se partiu, por onde se passou, para chegar-se até aqui. Nesta introdução trago episódios, fatos que marcaram o início de minha existência pessoal e profissional.

Fui uma criança ávida por leituras, verdadeira “rata de biblioteca” como troçavam meus dois irmãos e minha irmã em referência à caçula. Assídua frequentadora da Biblioteca Municipal de São Joaquim da Barra (SP) onde fui criada, devorava com os olhos os textos que me caíam às mãos; cada estilo a seu tempo. De início clássicos da literatura infantil mundial, tais como os contos de Andersen, Perrault e dos Irmãos Grimm. E passeava pela literatura brasileira pelas mãos de Monteiro Lobato na saga do Sítio do Pica Pau Amarelo. Depois de uma rápida passagem até mesmo pela adocicada “Biblioteca das Moças”, cuja maioria dos textos era assinada por M. Delly, entrei em contato com pérolas do romantismo e realismo Brasileiro, em especial, obras de José de Alencar, Machado de Assis, Aluísio Azevedo, caminhando para uma literatura de cunho mais crítico-social em Graciliano Ramos, Josué de Castro, Jorge Amado - com destaque para a trilogia “Subterrâneos da Liberdade”, cuja leitura marcou-me sobremodo. Todos(as) esses(as) autores(as) estão no início de minha formação intelectual.

Não poderia deixar de citar Euclides da Cunha, autor com quem me depararia mais à frente, pelas mãos de meu pai, admirável professor de português. Eu fui sua aluna e “mais que sua filha, eu fiquei sua fã”⁴. Além de professor, papai era poeta, escritor e euclidiano. Todos os anos meu pai-professor, meu professor-pai preparava algum(a) aluno(a) para participar da maratona euclidiana, que anualmente era realizada em São José do Rio Pardo, cidade do

⁴ Paráfrase de versos da música “Naquela Mesa”, homenagem que Sérgio Bittencourt prestou ao seu pai, Jacob do Bandolim.

interior paulista que até hoje preserva a cabana⁵ às margens do Rio Pardo, na qual o engenheiro civil Euclides da Cunha escreveu grande parte de *Os sertões*, enquanto acompanhava a construção de uma ponte. Em 1970 fui maratonista, e vencedora, em 2º lugar do certame. Lembro-me do tema da redação: “Euclides da Cunha poderia ser considerado autor de um único livro: Os Sertões”? Minha dissertação enveredou por uma resposta negativa, defendendo que além da obra maior, que descortinava “as loucuras e os crimes das nacionalidades...” (Cunha, 1973, p.393), havia grande contribuição de Euclides em outros textos, dentre esses: “Canudos: diário de uma expedição”, “Contrastes e Confrontos”, “Peru *versus* Bolívia”, “À margem da história”. Mergulhei na leitura de todos eles, além de biografias e livros sobre Euclides da Cunha.

E desde muito cedo demonstrei vocação para o magistério, possivelmente por influência de meu pai, Comprazia-me em brincar de “escolinha”, fazendo de minhas amigas, as alunas, ou mesmo ensinando a alunos(as) fictícios(as). Não havia, para mim, melhor presente do que uma lousa, uma caixa de giz, cadernos e livros, que utilizava na brincadeira de ensinar e aprender.

Sendo a docência uma paixão, tenho a partir de uma perspectiva de formação continuada, procurado aprimorar-me para exercê-la da melhor forma possível. Como quer Paulo Freire: “Não temos outro caminho senão viver plenamente a nossa opção” (2000, p. 31).

Hoje reconheço-me como uma socióloga apaixonada pela Sociologia, mas antes de pensar em Ciências Sociais, o sonho desta menina criada no interior paulista, era cursar História, em São Paulo, na USP. Porém a ditadura militar brasileira (1964 a 1985) impactou de forma muito dura a minha família, colocando obstáculos à realização do acalentado sonho. Em 1969, a minha casa foi, na calada da noite, invadida por militares que prenderam meu irmão, José Ivo Vannuchi, sob a acusação de subversão. Permaneceu preso por aproximadamente dois anos, até 1971 - uma eternidade para os(as) familiares.

Mal sabíamos o que viria pela frente! Outro irmão, Paulo de Tarso Vannuchi, estudante de medicina da USP, acusado de vinculação à ALN - Ação Libertadora Nacional - também foi preso por longos cinco anos, de 1971 a 1976. Meus dois irmãos, assim como tantos(as) outros(as) presos(as) políticos(as), foram barbaramente torturados nos anos de chumbo.

⁵ Para melhor proteger esse monumento histórico nacional, a cabana de zinco, em 1928, recebeu uma redoma de vidro.

E ainda haveria mais, muito mais! Em 1973, meu primo Alexandre Vannucchi Leme, estudante de Geologia da USP, foi preso, aos 22 anos de idade, e assassinado sob tortura no DOI-CODI. Na missa de sétimo dia da morte de Alexandre, em 30 de março de 1973, concelebrada pelo cardeal arcebispo metropolitano D. Paulo Evaristo Arns e D. José Melhado Campos, bispo de Sorocaba, na Catedral da Sé de São Paulo, a força da revolta, do grito que estava preso na garganta, ecoou na voz metálica de Sérgio Ricardo⁶:

[...] Quem canta traz um motivo
Cala a boca, moço
Que se explica no cantar
Cala a boca, moço [...]

O cerco da catedral por policiais, que fizeram barreiras para impedir o acesso a ela, a metralhadora posicionada em um tripé (Vannuchi, 2024) e apontada para a porta central da igreja, não impediram a emoção de milhares de pessoas ali presentes, não silenciaram as homilias que mencionavam repressões, prisões, torturas.

Se silenciaram a voz de Alexandre, não conseguiram destruir as sementes que dele germinaram; hoje, Alexandre nomeia o Diretório Central de Estudantes da USP, duas escolas municipais de ensino fundamental, uma em Cidade Tiradentes, bairro paulistano, e outra em Ibiúna, interior paulista, além de uma praça em Sorocaba (SP), construída em um terreno no qual Alexandre, na infância e na adolescência, jogava bola. Justa homenagem! Na placa está inscrita a frase: “Mártir sorocabano das lutas pela liberdade”.

Nesse contexto de violência, anos antes, em 1970, meu pai sofrera um infarto e precisou ser submetido à cirurgia de colocação de uma ponte de safena. Foi quando me disse: “eu não aguento mais uma prisão; minha filha, você não vai para a capital”. Ele entendia que no interior corriam-se menos riscos. Como contrapor-me diante de tal cenário? Não era o que pretendia, mas acabei cursando Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Barão de Mauá”, de Ribeirão Preto (SP), minha terra natal.

Durante todo o período em que meus irmãos estiveram presos, passando por diversos presídios, infalivelmente, aos sábados, deixávamos São Joaquim da Barra para visitá-los - ora no DOPS, ora no Presídio Tiradentes, ora no complexo penitenciário do Carandiru, ora no Presídio Militar Romão Gomes, conhecido como Barro Branco, levando sacolas repletas de

⁶ Estrofe de “Calabouço”, composição inspirada na morte de Edson Luiz de Lima Souto, estudante secundarista morto a tiros em 1968, durante manifestação de estudantes pela redução do preço das refeições e melhoria do restaurante estudantil no Calabouço, um centro de convivência no Rio de Janeiro, então Estado da Guanabara.

doces, bolos, quitandas, frutas, guloseimas, com as quais eles sonhavam durante a semana; a expectativa era também de seus companheiros de cela que, sem exceção, tornaram-se da mesma forma, nossos irmãos.

A partir de 1974 não precisava mais viajar para vê-los, pois mudei para São Paulo, em virtude de meu casamento e ingresso, por concurso, no Banco do Brasil S.A. Ou seja: o início de minha vida profissional não se deu no magistério, mas sim em uma instituição bancária à qual estive vinculada de 1974 a 1986. Nesse ínterim, concomitantemente, ministrei aulas: como professora admitida em caráter temporário, em 1976 na Escola Estadual de Segundo Grau Conde José Vicente de Azevedo, São Paulo (SP), e mais tarde, em 1984, em Itapuranga, como professora efetiva da Rede de Ensino Público de Goiás.

Residindo em São Paulo, passei a atuar mais diretamente como integrante da comissão de familiares de presos políticos, com agenda repleta de atuações em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Brasília, sempre batendo às portas de instituições, tais como CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, ABI - Associação Brasileira de Imprensa, OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, para pedir apoio, ajuda para nossos familiares, especialmente, quando recrudesciam as agressões e repressões policial-militares, e em episódios de greves de fome, recurso último pela sobrevivência política, ainda que sob o risco da morte física.

Nesse período começaram meus estudos de marxismo, a partir da formação de um grupo de estudo, constituído por irmãs, namoradas, esposas de presos políticos. Nossos irmãos, mesmo privados de liberdade, auxiliaram-nos a estruturar um programa de leituras, e aos sábados, durante as visitas, nos pátios prisionais, debatíamos os textos lidos durante a semana e eles contribuíam para elucidar as nossas dúvidas e aprofundar as nossas reflexões.

Encontrava no materialismo histórico dialético a minha primeira perspectiva teórica, que mais tarde entrelaçaria aos estudos das relações sociais de sexo, para entender a consubstancialidade das relações de classes sociais e gênero.

Nos anos 1977-1978 cursei “Especialização em Planejamento Educacional”, no Instituto *Sedes Sapientiae*, em São Paulo (SP), coordenada pela saudosa pedagoga Maria Nilde Mascellani, criadora do sistema de Ensino Vocacional na rede pública, que teve início em 1962 e foi banido pelo regime militar em 1969. Fazia tal curso no intuito de preparar-me para atuar como educadora popular, o que não tardaria a se concretizar.

I – OS PRIMEIROS PASSOS NA “CAMINHADA”

Minha estrada, meu caminho, me responda de repente
 Se eu aqui não vou sozinho, quem vai lá na minha frente?
 Tanta gente, tão ligeiro, que eu até perdi a conta
 Mas lhe afirmo, violeiro, fora a dor que a dor não conta
 Fora a morte quando encontra, vai na frente um povo inteiro [...] ⁷

Sidney Miller

A concretização do acalentado projeto acontece em Itapuranga-GO - popularmente denominada Xixá, em referência a uma frondosa árvore muito comum na região - para onde nos mudamos em 1978; no momento já tinha uma filha, Gabriela, e trazia outra no ventre, Laura. Mais tarde eu daria à luz, no Xixá, a mais duas “goianinhas”: Marília e Mariana. Tive quatro filhas, e delas vieram minhas netas Maria, Vitória, Alice, Luzia, Helena, Isis. Não à toa, todas mulheres; o feminismo restava em embrião.

Em 1984, afastei-me por dois anos, sem remuneração do Banco do Brasil S.A, e em 1986 pedi rescisão do contrato de trabalho para assumir o meu verdadeiro projeto de vida: atuar exclusivamente na Educação. Nesse período ainda não fora instalado o PDV - Programa de Desligamento Voluntário⁸, que conferia alguns benefícios ao(à) bancário(a) que a ele aderisse; como saí sem qualquer contrapartida, muitas pessoas consideraram o ato uma insanidade porque, à época, era um emprego que conferia prestígio e remuneração muito mais elevada do que a possibilitada no campo educacional. Na verdade, saí em boa hora, porque era apenas a ponta do *iceberg* de uma nova política de recursos humanos e de reestruturação tecnológica e organizacional que passaria a vigorar na instituição financeira. Já não bastaria mais o cumprimento de determinadas horas semanais e mensais consoante o contrato de trabalho; o banco passava a imiscuir-se na vida pessoal do(a) trabalhador(a), fiscalizando a sua conduta cotidiana e impondo-lhe o cumprimento de metas e a adesão aos seus valores.

As palavras de desaprovação não abalaram a minha certeza de que loucura é não seguir a própria vocação, é não perseguir os próprios sonhos, é não buscar o tema que dá sentido à vida, é não ouvir a própria música interior; “temos de descobrir a música que toca

⁷ Estrofe da música “A Estrada e o Violeiro”, composição de Sidney Miller, interpretada por Nara Leão no 3º Festival da Música Popular Brasileira, promovido pela TV Record de São Paulo, em 1967.

⁸ O PDV foi introduzido em 1995, no bojo da reestruturação do modelo gerencial do Banco, de controle do trabalho centrado em metas e resultados. Não raro a “opção” pelo PDV era antecedida por transferências compulsórias para lugares distantes, em condições às vezes inaceitáveis, sobretudo para as mulheres que respondem mais diretamente pelas incumbências doméstico-familiares; era uma espécie de demissão indireta, posto que a alternativa à recusa de transferência era o PDV. Ele resultou em redução do quadro funcional e sobrecarga de trabalho para quem permaneceu que precisou “vestir a camisa” da empresa e tornar-se vendedor (a) de seus produtos. Eu saí do Banco na hora certa; por suposto não teria conseguido adequar-me ao seu novo paradigma organizacional.

dentro do nosso corpo, inaudivelmente, a despeito dos ruídos da estática que enchem o nosso espaço” (Alves, 2009).

Em 1984 ingressei na rede de Ensino Público de Goiás, em virtude de aprovação em Concurso Público de Provas e Títulos, realizado pela Secretaria da Educação e Cultura de Goiás, para provimento de cargo de professor nível AD-5. Pude, então, apoiada em leituras freirianas, exercer no Colégio Estadual Deputado José Alves de Assis de Itapuranga (GO), como professora efetiva, uma prática educativa o mais democrática possível; para tal, necessariamente, compartilhada, horizontal, realizada como profícua troca. Desconfortável era o fato de precisarmos assumir disciplinas para as quais não tínhamos formação; ministrei aulas de História, Geografia e Literatura de agosto de 1984 a dezembro de 1986. O(a) docente que se recusasse a ministrar as aulas para as quais não estivesse habilitado(a), a ele(a) atribuídas, era considerado(a) pouco colaborativo(a) e incapaz de responder a desafios.

Desde 1980 já constituíramos um Grupo de Educação Popular para a alfabetização de adultos(as), embasado no referencial de Paulo Freire, que atuou em comunidades rurais e em regiões urbanas periféricas do Xixá. Guiava-nos a crença na educação como um dos instrumentos de transformação social; não destinada à adaptação de indivíduos à sociedade, mas para pensá-la criticamente. Educação que necessariamente precisava ser realizada a partir das vivências dos(as) trabalhadores(as)-estudantes, dos(as) estudantes-trabalhadores(as), construída a partir de seus saberes.

Principiamos as atividades educacionais em 1981, em uma região rural de minifúndios denominada “Laranjal”, após elaborarmos, em conjunto com a comunidade local, uma proposta de ensino que foi desenvolvida em conformidade com o calendário agrícola, na entressafra. A alfabetização acontecia a partir da problematização das palavras geradoras - **panela, farinha, morada, querosene, escola, roça, bicicleta, enxada, bezerro, chuva, sindicato, trabalho, Laranjal, gente, governo, guerra, procissão** - selecionadas do universo vocabular local, prenes de significado existencial para os(as) novos(as) educandos(as)-educadores(as). Importa ressaltar que houve uma conjugação de desejos: das educadoras-educandas e dos(as) educandos(as)-educadores(as), que sabendo de nossa disposição, contataram-nos e convidaram-nos para a realização do projeto educacional conjunto, que era uma demanda da comunidade local. As aulas tinham lugar no recinto da Escola municipal do Laranjal que ficava ocioso no período noturno, e lá atuávamos das 18:30 às 21h, à luz de lamparinas, ensinando e aprendendo. “Quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado” (Freire, 1997, p.25). Foi uma experiência muito rica!

O pensamento de Freire vai ao encontro do que Marx expressa na 3ª tese de Feuerbach, na crítica ao materialismo vulgar, não dialético, que vê os seres humanos tão somente como produto das circunstâncias e da educação, numa perspectiva estrutural limitada, que desconsidera a ação dos sujeitos sociais, esquecendo-se de “que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado” (Marx, 1977, p. 118).

Desenvolvíamos também um programa de estudos, para os(as) já alfabetizados(as), a partir da leitura e discussão de textos de História, de Língua Portuguesa, de exercícios de Matemática utilizando cálculos de seus orçamentos cotidianos, refletíamos sobre a nossa própria situação vivencial e respectiva inserção em um contexto mais amplo, de Goiás e de Brasil.

Esse trabalho de educação popular da “Escolinha do Laranjal” (Escola Popular do Laranjal) foi analisado por Valtuir Moreira da Silva, em tese de doutoramento pela UnB - Universidade de Brasília, defendida em 2007 “Trabalhadores(as) rurais em Itapuranga: (re) invenção no cotidiano de suas experiências de luta – 1956 – 1990.

Lúcia Tomazini⁹, pedagoga, disponibilizou materiais didáticos que havia trazido de São Paulo, onde tinha se graduado fazia pouco tempo. Esta educadora socializou todo o material de que dispunha como suporte para a produção metodológica apropriando-se do método Paulo Freire (Silva, 2007, p. 162).

Valtuir entrevistou diversas pessoas que participaram da “escolinha” e registrou falas que atestam a dimensão de nosso trabalho pedagógico:

Essa escola ajudou a gente saber se nós não tava sendo passado pra trás na hora de vender o arroz, feijão e milho, ou mesmo se o dono da terra não tava cobrando mais do que lhe devia (Silva, 2007, p. 157).

A nossa “escolinha popular” foi celebrada em versos e canções. No último dia de aula dessa primeira turma, de 1981, um lavrador-estudante, José Raulemar, conhecido como Zé

⁹ Lúcia Tomazini, na verdade, sou eu, Maria Lúcia Vannuchi, socióloga, e não pedagoga. À época, tinha também o sobrenome de meu ex-marido; em 2004, após divórcio, retornei ao nome original, da certidão de nascimento. Esta questão é bastante problemática para quem produz textos acadêmicos. Inclusive o acesso a textos meus, elaborados antes do divórcio, dá-se por meio de um sobrenome que já não me identifica; até mesmo o acesso à minha dissertação de mestrado e à tese de doutorado, dá-se pelo descritor “Tomazini” A tese de doutorado está disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/84a97855-9039-46b8-9a3f-0c2116300a2c/content>

Lemes, declamou esta poesia, de sua autoria, que transcrevemos literalmente, respeitando a escrita original:

No dia 15 de outubro
 É o dia do professor
 O qual eu tenho muito estima
 É um profissional lutador
 É a quem eu devo o que sei
 Por isso, sempre respeitei
 E sempre dou muito valor.

Professores da cidade
 Também da zona rural
 Faz um esforço danado
 Às vezes ganham muito mal
 Com um salário de fome
 Seja mulher ou seja homem
 É um problema real.

Mas vou deixar tudo de lado
 Pra falar da nossa escola.
 No dia 20 de abril,
 Se não me falha a memória
 Nossas aulas começaram,
 Lá pelas 19 horas,
 Os alunos chegavam muito
 animados
 Estava bem planejado
 Português, matemática, história.

Era um sonho antigo
 Tornando realidade
 O povo da roça estudando
 Sem precisar ir na cidade,
 Esta foi exemplo
 Era falada há muito tempo
 Pois tínhamos necessidade.

Eram cinco professoras¹⁰
 Dotadas de capacidade,

¹⁰ A equipe foi, inicialmente, composta por mim, pela psicóloga Eliana Cunha Machado, procedente de Brasília e por três professoras locais: Maria Teixeira de Borba, Perpétua Maria de Camargos Gontijo e Maria da Conceição Teixeira (esta última, moradora do Laranjal).

Ensinava ler, escrever e contar
E enxergar a realidade.
Até lições eram feitas
Aqui da nossa comunidade
Professoras eficientes
Fizeram um trabalho excelente
E com muito boa vontade.

Mas todo caminho tem espinho,
Quem quiser ver, pisa no chão
Aqui logo apareceu
Problema de condução.
Mas aqui tudo funcionou
Na base da cooperação
Carros, carroças, bicicleta
Tudo foi posto em ação.
Mas veja as coisas como é
Andaram até a pé
Mas, as aulas não parou não.

É com luta e até sacrifício
Que o trabalho vai à frente.
Pra tudo Deus dá o jeito
Se fizermos a parte da gente.
Estas professoras provaram
Que são mais que competente
Nunca mediram esforços
Faça frio ou sol bem quente
Estes dons que Deus lhes deu
Ninguém tira eles é seus
Mas serviu de luz pra muita
gente.

Esta festa ia ser feita
Depois de tudo encerrado.
Mas hoje é um dia especial
Então foi antecipado.
Vamos ainda ver um filme
E o dia já está marcado.

Aos meus colegas de classe,
O meu abraço apertado.
Aprendemos coisas novas
Vamos terminar as provas
E esperar o resultado.

Agora estamos chegando
No final da temporada.
Como havíamos combinado
De agora dar uma parada
Porque é tempo de muito serviço
E também de chuarada.
Mas no próximo ano que vem
Continuar nossa jornada.
Pedimos a Deus que nos ajude
E nos dê vida e saúde
E ilumina nossa estrada.
(Fonte: arquivo pessoal da autora).

A nossa escolinha do Laranjal foi também homenageada com uma canção:

Primeiro passo
(Letra e música de Lando)¹¹

Em nosso país só não vê quem não quer
Que a miséria aumenta com tanta fartura,
Que os trabalhadores, homem e mulher
Vivem sob o peso de uma vida dura¹²
De toda injustiça que tenho vivido,
De toda opressão que me vem na memória,
A maior é um povo ficar impedido
Até de conhecer a sua própria história;

Este novo dia é uma data importante,
É um marco na história deste município,
Porque os lavradores pra ser estudantes,

¹¹ Lando é o apelido e nome artístico de Orlando Jesus Tomazini, meu ex-esposo e pai de minhas quatro filhas. Enquanto eu desenvolvia um trabalho de educação popular, Lando era integrante de uma equipe de médicos que realizava um trabalho de saúde popular. Inclusive a nossa mudança de São Paulo para Itapuranga resultou da aceitação de um convite, por ele recebido, para trabalhar no recém-inaugurado Hospital do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga.

¹² O grifo é meu, para sinalizar a possibilidade de duplo sentido do verso “vivem sob o peso de uma vida dura”, que pode remeter à ideia de “vivem sob o peso de uma ditadura” haja vista que em 1981 (data de sua composição) ainda vigia no Brasil o regime militar, com toda a sua carga de repressão e censura.

Nova caminhada teve seu princípio.
 Passam os seus dias na lida da roça,
 Forçando seus calos no cabo da enxada,
 Trocam o descanso da noite na choça
 Por lápis, caderno, luz da nova estrada;

O homem da roça sem saber do mundo
 Planta, colhe e nunca foi valorizado,
 Só vejo aumentando o abismo profundo
 Entre os poucos donos e o povo explorado,
 A ordem vigente que ao povo domina
 Impede o caboclo de ter instrução,
 Mas hoje o roceiro descobre outra sina
 Estudando a história com suas próprias mãos.

Hoje é o começo de um novo caminho
 Traçado na luta que não tem descanso,
 Onde muitas pedras e muitos espinhos
 Vão fazer de tudo contra nosso avanço.
 Só que eles não sabem que no dia a dia
 Desta minha vida não falta embaraço,
 Que eu vou desfazendo com muita alegria,
 Pois já demos juntos o primeiro passo...
 (Fonte: Arquivo pessoal da autora.)

O nosso projeto pressupunha outros passos - este fora apenas o primeiro - e previa a expansão para outras localidades e efeito multiplicador, em termos de continuidade dos trabalhos por meio de equipes locais, formadas no curso de cada prática educativa. Assim, em 1982, parte da equipe de educadores(as) passou a desenvolver o trabalho de educação popular junto à comunidade indígena Karipuna, no Oiapoque (AP), para o qual a experiência pregressa no Laranjal muito contribuiu. Integrantes que permaneceram no Xixá prosseguiram, passando a atuar na periferia do Xixá, Vila Cascalho, a pedido da comunidade local, bastante religiosa, que pretendia vivenciar literalmente o lema da Campanha da Fraternidade de 1982: “Educação para todos”.

Claro que cada novo trabalho era precedido por novo levantamento do universo vocabular específico e planejamento conjunto do processo pedagógico.

Em 1983, a “escolinha popular” teve como sede a delegacia sindical dos(as) trabalhadores(as) rurais de Guaraíta, à época um distrito de Itapuranga, o que resultou em

sensível ampliação do quadro de associados(as) ao STRI - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga. A seguir, em 1984, novas “escolinhas populares” em mais dois locais: na própria sede do Sindicato, região central da cidade, e na zona urbana periférica de Vila Marilda, com um grupo de mulheres que não tinham disponibilidade para deslocarem-se ao centro da cidade.

A prática educativa da equipe estendeu-se até 1985 e seus resultados foram perceptíveis tanto em termos de aumento da bagagem de conhecimentos e informações quanto da ampliação da consciência política e percepção crítica da própria inserção histórico-social de todas as pessoas envolvidas no processo pedagógico: educandos(as)-educadores(as) e educadores(as)-educandos(as).

Como não se faz ensino sem pesquisa, no início da década de 1980 participamos de uma pesquisa na região diocesana de Goiás¹³ por meio da aplicação de um questionário sobre as condições de vida e os direitos do povo à saúde nas periferias das cidades da diocese, com a assessoria dos(as) cientistas sociais José de Souza Martins, Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins e Carlos Rodrigues Brandão. Ela resultou em uma publicação, pela Editora Tempo e Presença: o Caderno do CEDI - 3 intitulada “O Meio Grito”, em março de 1980, e em uma cartilha ilustrada, em linguagem popular, “A Lamparina”, para esclarecer os direitos à saúde e condições satisfatórias de vida e trabalho e, quem sabe, fazer do Meio Grito, um grito inteirado, coletivo e muito mais potente.

Se até então movia-me a paixão pela docência, agora despontava também a paixão pelas pesquisas, em especial, quando trazem concretude à teoria a partir da análise de realidades empíricas capazes de ilustrar conceitos teóricos ou colocá-los em questionamento. Como diz Paulo Freire “a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo” (Freire, 1997, p. 24).

Pela vivência, pela experiência empírica, começava a aproximar-me das questões de gênero. Era impressionante perceber como dirigentes sindicais, homens profundamente comprometidos com lutas sociais, com a “caminhada” tinham atitudes machistas.

Começamos então a organizar grupos de mulheres para refletir sobre as próprias vidas; valíamos-nos de eventos coletivos, colaborativos, como o trabalho voluntário dos mutirões de fiação, tecelagem de algodão, produção de polvilho e farinha de mandioca, de

¹³ O projeto foi coordenado por Dom Tomás Balduino, bispo da diocese de Goiás, profundamente comprometido com a Teologia da Libertação. Itapuranga pertence à Diocese de Goiás, cuja sede é a cidade de Goiás, antiga capital do Estado de Goiás, conhecida como “Goiás Velho”.

feitura da pamonha de milho, que reuniam muitas mulheres e neles prosseguíamos em nossa “prosa” feminista; ainda que não fosse assim denominada já se colocava em pauta a questão da igualdade de gênero.

Um livro que muito contribuiu e para mim significou um divisor de águas no desenvolvimento da perspectiva feminista foi o *Segundo Sexo*, presente recebido de meu irmão Paulinho, em 1983, no intuito de auxiliar-me em momento de crise conjugal.

A dedicatória era certa:

Para minha irmãzinha querida, neste momento difícil, duro, mas fecundo, um livro forte em afirmação da mulher, sua dignidade, sua libertação. Falando em momento duro, vale lembrar que esses mesmos existencialistas da turma de Simone costumavam afirmar: “a passagem da existência inautêntica à existência autêntica se dá através do desespero, angústia e náusea” [...]

Mergulhei na leitura! Beauvoir (1980) evidenciava quanto de construção social há naquilo que pretensamente se considera natural e demonstrava que não reside na biologia a explicação de ser a mulher considerada “o segundo sexo”.

Desnudava como a desigualdade entre mulheres e homens é construída desde a infância, por meio de uma socialização diferenciada, assentada em signos, sistemas simbólicos que inferiorizam as mulheres; desigualdades que são construídas a partir de diferenças que não as justificam. Muitas leituras passaram a ser feitas, e reflexões compartilhadas nos coletivos das mulheres do Xixá, guiadas pela percepção de que não só a classe é estruturante das relações sociais; os diversos eixos de dominação encontram-se entrelaçados.

A vivência em Itapuranga, no período de 1978 a 1986 mereceu um item especial neste texto, dada a sua importância, porque ela foi o meu berço de nascimento em lutas populares; lá passei a fazer parte do “Povo da Caminhada”. Foram muitas as atividades, dentre elas, a contribuição, no início dos anos 1980, para a criação do PT - Partido dos Trabalhadores, em Goiás e, especificamente, em Itapuranga; o partido nasceu enraizado nas comunidades de base da Igreja que exercitava a Teologia da Libertação, e nas práticas sindicais rurais. Havia uma certa simbiose, tanto é, que a população local dizia: “O PT do Sindicato da Igreja”.

Lembro-me do estranhamento de um trabalhador rural diante de um adesivo de propaganda partidária, no qual constava a expressão: oPTei, com as letras P e T grafadas em maiúscula em cor vermelha, enquanto as outras letras, em minúsculas e cor preta. Perguntou-me: “Lúcia, o que significa o PT é i? I é o quê?” Percebi, então, que o material de

propaganda não era suficientemente claro; precisava ser mais, posto que era um partido criado a partir das bases que carecem de opções, e às quais historicamente no Brasil têm sido negadas a instrução e a informação, a consciência política, que são ameaçadoras às estruturas de dominação.

No Xixá foram muitos os passos na “caminhada”. Entre esses, vale destacar a formação de uma horta comunitária no quintal da residência de uma das integrantes da equipe de educação popular: plantávamos coletivamente hortaliças e legumes, que eram regados diariamente por vários(as) integrantes do projeto a partir de uma escala de tarefas. Na colheita, a divisão era feita consoante as necessidades de cada participante.

Também fizemos parte de uma atividade comunitária denominada “sociedade da vaca”, que compreendia a compra coletiva, de um bovino, seu abate e a partilha da carne pelo justo preço de custo, eliminando, assim, o ganho de intermediários(as).

A Sociedade da Vaca tornou-se um instrumento não somente político, mas pedagógico e de mobilização, conseguindo congregar um número considerável de homens e mulheres que viram nessa associação uma possibilidade de minimizar o custo de vida por eles enfrentados, reinventando a tradição da distribuição de carne com os vizinhos (Silva, 2007, p. 140).

É difícil fechar o registro das memórias desse período tão enriquecedor, de tantas vivências, de tanto aprendizado. Para finalizar, não poderia faltar o relato de nossa atuação como apoiadores(as) de camponeses(as) do Xixá na heroica resistência à tentativa de expulsão de lavradores(as) da Fazenda Córrego da Onça.

Outra música de Lando, “Justiça amiga da onça”, que transcrevo, à guisa de finalização deste primeiro item, conta a história da luta:

Tem injustiça acontecendo aqui
Com os posseiros das bandas da serra,
E não adianta esconder que eu vi,
Foram expulsos de suas terras.
Sem o trabalho, para onde vão?
Aumentar a fila de quem perde o chão.

Estamos aqui para denunciar
Esta estrutura de dominação
Que até impede de trabalhar
Quem sempre na vida só lavrou o chão.
Foi a própria lei que praticou o ato,
Não foi o capricho do destino não.
Por isso agora contamos o fato
Para impedir esta situação.

Vinte e sete anos a posse mais nova,
Dezessete só de usucapião,
As benfeitorias são a grande prova,
Quem tem o direito não é o patrão.
Mas a lei tampou os olhos dos
posseiros
Pra poder ditar uma sentença errada,
Só porque ainda mais vale o dinheiro,
Que o pobre caboclo grudado na
enxada.

São tantas famílias sem as suas terras,
Mais um fazendeiro com terras demais.
Este fato só uma verdade encerra
A nossa justiça já não satisfaz
Será que estas terras vão virar capim,
No lugar do milho, arroz e o feijão?
A justiça injusta decretou que sim.
Só o povo unido pode dizer NÃO!

(Fonte: Arquivo pessoal da autora.)

O povo disse não, e a justiça, ainda que tardiamente, acabou tendo que dizer sim. Após 12 longos anos de conflitos conquistaram, finalmente, o direito à propriedade das terras que ocupavam há anos, que já lhes pertenciam por usucapião.

Posso dizer, sem medo de errar, que em Itapuranga eu exercitei, de fato, a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, e o diálogo teoria - prática, antes mesmo de adentrar o espaço acadêmico.

II – NAS TRILHAS DA DOCÊNCIA E TRAJETÓRIA ACADÊMICA

Neste item trago muitas andanças e já esboço as pesquisas realizadas em seu trajeto, mas de forma bastante sucinta, posto que a apresentação delas e a necessária reflexão teórica serão objeto do 4º tópico.

Em 1986, ainda morando no Xixá, voltei aos bancos da Escola como mestranda, em Goiânia, estimulada pela prima Cristina Vannucchi Leme, irmã de Alexandre, que lá residia. Não foi preciso insistência; gosto muito de aprender e digo às vezes, em tom de brincadeira, que gostaria de ser estudante profissional. Todas as semanas, colocava os pés na estrada, percorrendo os 160 quilômetros que separam Itapuranga (GO) de Goiânia (GO), para fazer Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal de Goiás, cuja área de concentração era “História das Sociedades Agrárias”. A temática rural interessava-me muito, em virtude da proximidade com lavradores(as) nas vivências de Educação Popular; eu sentia a necessidade de aprofundar os conhecimentos acerca da questão agrária no Brasil. Tanto é que no ano anterior já iniciara um curso de Pós-Graduação *lato sensu* em História, em nível de especialização, oferecido pela Faculdade de Formação Profissional Integrada da Fundação Brasileira de Educação do Centro Educacional de Niterói - FUBRAE/CECAP, ministrado em Goiânia (GO), no biênio 1985-1986, com carga horária de 720 horas. A monografia de conclusão de curso, por mim elaborada, versava sobre projetos de reforma agrária no Brasil, no período de 1964 a 1985.

Uma das primeiras disciplinas cursadas no Mestrado, “Metodologia do Ensino de História” impactou-me muito, assim como a professora que a ministrou Eliane Garcindo Dayrell (hoje, pós divórcio, Eliane Garcindo de Sá). Ela veio a ser a minha orientadora, e hoje grande amiga. Na verdade, o conteúdo curricular não dizia respeito exclusivamente à História; prestava-se à metodologia do ensino de qualquer ciência humana, de qualquer ciência social. Passava pelos Annales, por um coletivo de autores soviéticos das Ciências Sociais, pela Teoria Crítico-Social dos Conteúdos - em especial, Georges Snyders - reforçando nosso entendimento de que não há prática pedagógica despida de teoria e de posicionamento político, e que os conteúdos instrumentalizam para a defesa dos próprios direitos.

Para a Pedagogia Crítica ou Progressista, precisa ser justamente esta a contribuição do(a) professor(a): fornecer ferramentas científicas, históricas, sociológicas, literárias, artísticas, dentre outras, sem perder de vista a problematização da prática social, vinculando conteúdos específicos de cada disciplina às finalidades sociais mais amplas, ou seja,

conteúdos referidos às práticas sociais, à realidade social de discentes, enquanto agentes sociais (Saviani, 1985).

Contra essa tendência de aligeiramento do ensino destinado às camadas populares nós precisamos defender o aprimoramento do ensino destinado às camadas populares. Essa defesa implica na prioridade de conteúdo [...] o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação (Saviani, 1985, p. 59).

A minha dissertação, intitulada “Mulher Gari: história e memória da força de trabalho feminina, Goiânia, 1979 a 1988”, foi um dos poucos estudos acadêmicos até então realizados sobre trabalhadores(as) em Goiás e entre os pioneiros que focalizavam especificamente mulheres goianas trabalhadoras, posto que a historiografia goiana privilegiava as elites masculinas.

Sendo a área de concentração do mestrado História das Sociedades Agrárias, e em face do meu interesse em questões agrárias, a opção pelo estudo de mulheres garis, objetivava analisar a mobilidade espacial e profissional destas, conduzida pela hipótese de sua origem rural. Hipótese confirmada na pesquisa; em sua maioria eram filhas de pequenos(as) proprietários(as), posseiros(as) ou lavradores(as) sem-terra, e passaram por processo migratório: segundo dados da COMURG – Companhia de Urbanização de Goiânia, aproximadamente 58% das garis provinham do interior de Goiás, 13% de Minas Gerais, 10% da Bahia, 9,5% de outros estados da federação, e apenas 9,5% eram naturais de Goiânia.

Se o trabalho intelectual é um artesanato (Wright Mills, 2009), a minha dissertação de mestrado foi artesanal em excesso. Computador no final da década de 1980 era um luxo, inacessível para quem residia em uma pequena cidade do interior de Goiás, que sequer tinha rodovias asfaltadas. O texto foi por mim datilografado em uma máquina de escrever Olivetti Lettera 32. Não havia os recursos do apagar, copiar, colar, recortar; cada erro significava a reescrita de uma página inteira.

Três anos após a defesa, recebi uma carta do Centro Editorial e Gráfico da UFG, datada de 23/10/93, informando a deliberação de reunião de 24/09/92, pela decisão de publicação do texto, condicionada a algumas reformulações - que resultassem em um livro de leitura mais ágil e acessível, quiçá para as próprias garis. As reformulações sugeridas foram: a redução dos quadros e tabelas, das reflexões teóricas e das “abordagens dos aspectos políticos ligados ao governo e à COMURG”. A despeito do convite ser tentador, esta última sugestão soou-me como censura e ademais já não dispunha do tempo requerido para a revisão. Ainda

não estava suficientemente afeita aos cânones acadêmicos, e não me dei conta da real originalidade e relevância da dissertação; não a publiquei. Desde que não desfigurasse o texto, deveria tê-lo feito; dela resultaram alguns trabalhos que foram apresentados em eventos científicos.

Na verdade, parte significativa da pesquisa foi realizada quando eu já não residia mais em Goiânia. Em 1986, por razões familiares, retornamos ao interior paulista. Passamos a residir em Franca (SP), e as minhas pesquisas de campo passavam a demandar viagens mais longas, rumo à capital goiana.

Solicitei exoneração da Secretaria da Educação e Cultura de Goiás e, diante da aprovação no Concurso Público de Provas e Títulos, realizado em 10 de setembro de 1986 pela Secretaria da Educação de São Paulo, para provimento de cargo Professor 3 de Sociologia - uma conquista das lutas pela inclusão da Sociologia e Filosofia, como disciplinas, no currículo do 2º Grau -, passei a integrar o quadro docente da Escola Técnica Estadual de Segundo Grau “Dr. Júlio Cardoso”, de Franca (SP), conhecida como a “Industrial”, a partir de 1987. Fui classificada em 11º lugar em todo o Estado de São Paulo, o que abria um amplo leque de possibilidades de escolha. Por acreditar em uma educação que priorizasse a omnilateralidade dos seres, não por acaso escolhi uma escola que integrava as formações intelectual, física e profissional.

Lecionei nos cursos técnicos de Mecânica, Eletrônica, Eletrotécnica, Contabilidade e Enfermagem. Normalmente não gostamos quando em nosso horário de aulas há “janelas”, isto é, espaço vago entre aulas. Eu adorava porque para mim não era um período ocioso; passava-o nas oficinas de Mecânica, Eletrônica, Eletrotécnica, junto aos (às) meus(minhas) alunos(as); era um prazer recíproco: eles(as) se compraziam em me ensinar, eu em aprender.

Nos anos de 1990 e 1991 coordenei, com a participação dos(as) estudantes um projeto de pesquisa de resgate da história da escola, desde o seu processo de criação em 1924 e sua trajetória nas décadas subsequentes; ele resultou no texto “História e Memória da ETESG “Dr. Júlio Cardoso de Franca”. Na pesquisa documental deparamo-nos com os jornais “A Forja” e “Trabalho e Cultura” órgãos de divulgação interna da escola, produzidos nas décadas de 1950 e 1960. Foram importantes veículos de divulgação de ideias e instrumentos de integração da comunidade escolar. Ao deixarem de circular, restou uma lacuna que procuramos preencher através de outro projeto curricular, que coordenei entre 1992 e 1993 de produção de um novo jornal, agora intitulado “Oficina”, cuja operacionalização envolveu integrantes dos corpos docente e discente da Escola. O logotipo do jornal foi criação dos(as)

estudantes, e era muito bonito e criativo: a postura do pensador de Rodin em uma espécie de robô, construído a partir de peças de engrenagens.

Figura 1 – Jornal Oficina



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Na “Industrial” não se fazia uma educação técnica, voltada para a formação de seres unilaterais; era uma educação tecnológica ou politécnica, que transmitia os fundamentos científicos gerais dos processos de produção, em unidade teoria-prática, visando contribuir para a formação de seres capazes de desenvolver todas as suas potencialidades.

No meu período de atuação como professora de Sociologia da Rede Pública do Estado de São Paulo, além da vinculação à APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo e participação em importantes manifestações e greves pela valorização do ensino e do professorado, também participei ativamente dos grupos de discussão da proposta curricular para o ensino de Sociologia promovidos pela CENP - Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Propunha-se uma disciplina que não tomasse a Sociologia como objeto de estudo, mas esta, como instrumento de análise da sociedade, por meio de unidades temáticas, tendo, metodologicamente, como ponto de partida e chegada o cotidiano dos(as) alunos(as) para que procedessem à reelaboração crítica da realidade social por eles(as) vivenciada, ou seja, trazer elementos científicos da Sociologia para a transposição dos limites do senso comum. Nas primeiras discussões havia a proposição de sete unidades: Introdução ao Estudo da Sociedade; Trabalho e Sociedade; Política e Sociedade; Ideologia, Cultura e Sociedade; Instituições

Sociais e Sociedade; Sociedade em Transformação; Poder e Sociedade. Porém, na versão de 1992, optou-se por um formato mais enxuto, organizado em três unidades: Cultura e Sociedade; Trabalho e Sociedade; Poder e Sociedade. A Sociologia, assim como a Filosofia retornavam após longa ausência. As suas fases de exclusão e inclusão expressam as disputas políticas no campo educacional; elas são *persona non grata* para governos autoritários e neoliberais, pelo seu potencial crítico e conscientizador.

Em 1990, já como mestra, ingressei na Universidade de Franca na condição de professora contratada, vínculo celetista, onde permaneci até 2006, ministrando aulas de Sociologia em diversos cursos de graduação: Pedagogia, Letras, Estudos Sociais, Geografia, Publicidade e Propaganda, Turismo, Educação Física, Direito, bem como em Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* de História, Psicopedagogia e Didática para a modernidade. Eu continuava na docência pública de Ensino Médio, acumulando as atividades docentes nos diferentes níveis educacionais.

O meu juvenil interesse pela História não desaparecera e seguia *pari passu* ao crescimento de minha paixão pela Sociologia, por considerar que os referenciais teórico-metodológicos de ambas se auxiliam mutuamente, e possibilitam uma leitura mais acurada das relações sociais e dos processos históricos. Assim, terminei por me licenciar em História em 1993, pela Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Unesp de Franca (SP); fui uma aluna atípica, posto que já graduada em Ciências Sociais e mestra em Ciências Humanas, mas devo dizer que foi uma vivência acadêmica muito enriquecedora. Havia também, não há de se negar, razões práticas para tal procedimento: dia a dia escasseavam as aulas de Sociologia, enquanto o número de aulas de História mantinha-se, e mesmo eu sendo mestre em Ciências Humanas, área de concentração em História encontrava-me impedida de prestar concurso público para História, por não ser licenciada especificamente em História.

Penso que a decisão foi acertada, pois além de ter adquirido uma bagagem que ampliou meu campo de visão e análise, credenciei-me para prestar o Concurso Público de Provas e Títulos para docente de História, em 1995, realizado pelo CEETEPS - Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - cuja aprovação permitiu-me permanecer na Escola “Dr. Júlio Cardoso”, que passara à competência administrativa do Centro Paula Souza. Vale ressaltar que o concurso não previa seleção para provimento de vagas de Sociologia, fato que demonstra não terem sido descabidas as ações no sentido de ampliar minha área de atuação, não a restringindo à Sociologia.

Passei então, com a autorização da Comissão para Acúmulo de Cargo – CPAC, da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, a acumular os cargos de professora efetiva de

História do CEETEPS - com sede na Escola “Dr. Júlio Cardoso” - e o de professora efetiva de Sociologia da Secretaria da Educação, lotada na Escola Estadual “Torquato Caleiro”, de Franca (SP). E ainda continuava ministrando aulas na Unifran.

Diante da progressiva diminuição de aulas de Sociologia, prestei o Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de cargos de professor da Educação Básica II de História, realizado pela Secretaria da Educação de São Paulo em 08 de outubro de 1999.

Todavia, apesar de ter sido aprovada, acabei não assumindo o cargo em razão de redirecionamento da vida profissional. Na medida em que minha carga horária na Universidade de Franca era ampliada, e que iniciava o doutorado em Sociologia na Unesp de Araraquara (SP), optei por deixar o Ensino Médio para dedicar-me integralmente à docência superior e às atividades acadêmicas.

Assim, o sonho de fazer doutorado, até então não realizado por questões familiares e profissionais, começava a tomar corpo. Já no período 1994 - 1995, cursara algumas disciplinas no Programa de Doutorado em Serviço Social da Unesp de Franca. Porém, como desejava doutorar-me, de fato, em Sociologia, mais uma vez coloquei os pés na estrada para percorrer semanalmente, durante vários anos, os quase duzentos quilômetros que ligam Franca (SP) à Araraquara (SP). Ingressei no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara em 1999, e sob a orientação de uma pesquisadora que é referência feminista da Sociologia brasileira, Prof^a Dr^a Lucila Scavone, desenvolvi a tese intitulada “A mulher na fábrica de sapatos: trabalho e gênero na indústria calçadista de Franca (SP)”.

A tese focalizou a divisão sexual do trabalho em fábrica de calçados francana, em estudo de caso, como ponto de partida para analisar os impactos da reestruturação produtiva sob a perspectiva das Relações Sociais de Sexo e Gênero.

A reestruturação produtiva, esboçada na década de 1970, acontece em um contexto de relações sexuadas de trabalho e incide sobre uma divisão sexual do trabalho preexistente, mas não deixa de apresentar impactos diferenciados sobre trabalhadoras e trabalhadores.

Acredito que desvelar uma realidade vivida de forma diferenciada e desigual por trabalhadoras e trabalhadores contribui para dar visibilidade a mecanismos de fragmentação e divisão de classe que são ideologicamente escamoteados sob o referido manto homogeneizador e que, por isso, contribuem para a dominação e exploração do conjunto da classe trabalhadora.

Adiante, no item IV tecerei reflexões acerca das relações sociais de sexo e gênero, da divisão sexual de trabalho, nucleares para elucidar os marcos teóricos e conceituais de minha atuação como pesquisadora.

Prosseguindo neste relato de minha caminhada pessoal entrelaçada à profissional, vale registrar que além da docência exercida na Universidade de Franca, no mesmo período adentrei o solo educacional mineiro, ministrando aulas de Sociologia, bem como Cidadania e Movimentos Sociais, na Faculdade de Serviço Social da Fundação de Ensino Superior de Passos/Universidade do Estado de Minas Gerais-FAESP/FESP-UEMG, de 2002 a 2006 e da disciplina Bases socioantropológicas da Educação Física na Faculdade de Educação Física-Universidade do Estado de Minas Gerais - FADEF/FESP-UEMG, de 2003 a 2005, na condição de professora contratada com vínculo celetista.

Ainda em solo mineiro, no ano de 2004 ministrei aulas de Sociologia no curso Normal Superior da União de Escolas Superiores Paraíso Ltda/Instituto Superior de Educação de Paraíso - UNIESP/ISEP em São Sebastião do Paraíso (MG). As cidades de Passos e São Sebastião do Paraíso são circunvizinhas a Franca (SP), município fronteiriço ao Estado de Minas Gerais.

Não posso deixar de dizer como foi bom esse período de Passos; eu lecionava para duas turmas, uma matutina e a outra noturna. Ambas, de uma vivacidade intelectual digna de nota, além de profundamente acolhedoras e afetuosas. Boas amizades entre professora e estudantes nasceram naquele momento; com muita frequência os diálogos transpunham as salas de aula, e continuavam nos bares e cafés da cidade.

Eu viria a perceber, mais tarde, no momento de ingresso no Ensino Superior Público, a gritante diferença em termos de apoio à pesquisa, à participação em eventos científicos e acadêmicos, e maior espaço de autonomia. Nada disso as instituições privadas propiciavam. Quero narrar um episódio emblemático: em janeiro de 2006 fui sumariamente desvinculada de um dos cursos em que lecionava na Unifran. O diretor do curso de Direito alegou fazê-lo em virtude da avaliação discente. Quis então saber qual tinha sido a avaliação, e ele respondeu-me: _ “você requer muito em sua disciplina Sociologia, que nem é fundamental; muito conteúdo, carga intensa de leitura. Eu já lhe havia advertido, professora, precisava ser mais arroz com feijão”. Se a avaliação era essa, confesso que me senti lisonjeada!

O episódio revela a absoluta falta de autonomia dos(as) docentes de instituições privadas, e as pressões que enfrentam, além da insegurança: hoje trabalha-se, amanhã não se sabe. Mas faltava pouco para que eu deixasse o Ensino Superior privado, estava prestes a ingressar no Ensino Superior público.

Em 2004, em face da classificação em concurso público de provas e títulos, passei a integrar, em caráter efetivo, o quadro de professores(as) da UEG, lotada na Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas - UnU CSEH, em Anápolis (GO).

O estranho é que a despeito de ter feito concurso para Sociologia, uma vez aprovada pude constatar que não havia, de fato, vaga para a docência de Sociologia (o mesmo aconteceu com a suposta vaga de Antropologia). Ministrei, então, no curso de História, as disciplinas de História Contemporânea I e II, Monografia I, e fui nomeada, em 2006, coordenadora adjunta de Trabalho de Conclusão de Curso.

No ano anterior, em 2005, eu já fora designada para exercer a função de Coordenadora do Programa de Mestrado Interinstitucional - MINTER e Programa de Doutorado Interinstitucional - DINTER em História, em parceria com a UFF - Universidade Federal Fluminense.

A partir de novembro de 2007 por indicação do Colegiado de História, que eu integrava, fui incluída no Comitê de Ética em Pesquisa da UnU CSEH/UEG.

Nesse ínterim, passei a integrar o Grupo de Pesquisa Centro Interdisciplinar de estudos África - Américas, formado em 2004 e certificado pela UEG - Linha de pesquisa: ABA – Educação das Relações Étnico-Raciais e de Gênero, que a partir de uma perspectiva inter e multidisciplinar, entrelaçava os fios das reflexões históricas, sociológicas e antropológicas.

No intuito de prosseguir investigando as relações de gênero no espaço de trabalho, passei a coordenar um projeto de pesquisa aprovado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual de Goiás que focalizava a mulher trabalhadora na indústria farmacêutica de Anápolis (GO), desenvolvido de agosto de 2004 a dezembro de 2005. Dele derivou um texto de análise comparativa apresentado em outubro de 2007, no XXXI Encontro Anual da ANPOCS, em Caxambu (MG), que consta em seus anais, e ainda um capítulo de uma coletânea comemorativa do centenário de Anápolis (Toschi, 2007).

Mas estes não foram os únicos resultados da pesquisa; ela deu mais frutos; foi o ponto de partida para a estruturação, em 2005, de um grupo de estudos de gênero que promovia reuniões quinzenais, nas dependências da UnU CSEH, com a participação de docentes e discentes do Curso de História e eventual participação de discentes de outros cursos da UEG, e de outras instituições de Ensino Superior, a exemplo da Unievangélica de Anápolis (GO).

Os(as) integrantes do grupo temático produziram interessantes textos e participaram de eventos científicos e acadêmicos, com apresentação de trabalhos. Eles(as) participaram também de atividades vinculadas ao Projeto de Extensão “Relações de Gênero - a dimensão sexuada dos processos histórico-sociais”, por mim coordenado e desenvolvido nos anos de

2006 e 2007, a partir de dois eixos articulados: grupo de estudos de gênero com acadêmicos(as) da UEG e encontros com professores(as) da Rede Pública Municipal e Estadual de Anápolis (GO).

Os Projetos, cadastrados no SIEX, originaram-se das reflexões tecidas no Grupo de Gênero, não poucas decorrentes de questionamentos suscitados pela pesquisa realizada na indústria farmacêutica. As atividades de extensão compreendiam encontros mensais com professores(as) de Educação Básica das Redes Públicas Municipal e Estadual de Anápolis (GO), em suas respectivas escolas-sede, para palestras e debates acerca das questões de gênero e reflexão sobre o sentido da prática educativa dos(as) docentes(as), em termos de uma contribuição para a reprodução ou para a desconstrução de relações sexistas no ambiente escolar.

As reflexões tecidas no Grupo Temático e nos encontros de extensão, de certa forma acabaram sinalizando um novo eixo de pesquisa: os processos simbólicos de construção das subjetividades, representações sociais e identidades de gênero.

Os estudos nele realizados e debates nas Escolas das Redes Municipal e Estadual de Anápolis suscitaram o desejo de mapear a divisão sexual no interior da própria universidade Estadual de Goiás, o que resultou no projeto de pesquisa aprovado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UEG: “Um retrato de gênero da UEG – UnU CSEH e UnU CET, que objetivava traçar o perfil dos quadros docente e discente dos *campi* da UnU CSEH e UnU CET – UEG de Anápolis (GO), quanto à distribuição de professores(as) e alunos(as) pelos diferentes cursos das unidades universitárias selecionadas, e retratar aspectos simbólicos das subjetividades e representações presentes nos campos educacional e profissional. O projeto em tela não pode ter continuidade por nova mudança de rota; em dezembro de 2008 eu saíria da UEG para ingressar em outra universidade pública.

A despeito de ter sido, para mim, muito importante esta primeira experiência em universidade pública na UEG, trazia-me desconforto não ministrar aulas de Sociologia, mesmo tendo sido aprovada em concurso para provimento de vaga em Sociologia, conforme anteriormente referido. Ainda que me sentisse capacitada para ministrar as referidas disciplinas por também ser graduada em História, não fora para tal que eu prestara o concurso.

Além do mais, contava a incerteza: em 2008 havia em todos os *campi* da UEG apenas 60 professores(as) com dedicação exclusiva; a maior parte do professorado necessitava de outros empregos para manter-se, não podendo viver a universidade como seria necessário.

Havia muito *marketing* político; criavam-se novas unidades sem condições mínimas de funcionamento, a ponto de, nas greves de 2006 e 2007, o slogan repetido nas passeatas ser “Eu quero ver a UEG que aparece na TV”. Mas é preciso dizer que guardo com muito carinho a lembrança desse período, e de colegas e discentes, grande parte deles, meus (minhas) amigos(as); dizer que fui muito feliz na UEG de Anápolis.

Em 01/12/2008 ingressei na UFG - Universidade Federal de Goiás, devido à aprovação em concurso público para provimento de vaga em Sociologia. Fui lotada no *campus* Samambaia II, Goiânia, o mesmo onde duas décadas atrás realizara o mestrado em História; agora adentrava-o como docente na Faculdade de Ciências Sociais. A permanência nela foi tão breve quanto intensa.

Assim que assumi o cargo, já ministrei um curso de férias “Tópicos Especiais de Sociologia: Sociedade e Educação”, em parceria com o Prof. Dr. Revalino Antônio de Freitas, com quem muito aprendi, e tornou-se meu amigo.

No primeiro semestre de 2009 ministrei as disciplinas de Estágio Supervisionado no curso de Ciências Sociais, e de Sociologia no Curso de Ciências Contábeis. E fui nomeada coordenadora de estágio da Faculdade de Ciências Sociais/UFG.

No curto espaço de tempo de UFG, além das disciplinas ministradas, desenvolvi diversas atividades científico-acadêmicas. Dentre elas, destaco:

- ✓ A participação, como subcoordenadora no projeto “Cotidiano escolar: práticas políticas e pedagogias nas escolas públicas”, coordenado pelo Prof. Dr. Dijaci David de Oliveira. O projeto em tela teve como objetivo o mapeamento e estudo dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas públicas no município de Goiânia, no intuito de apreender as suas estruturas participativas e as narrativas de agentes da comunidade escolar.
- ✓ Em abril de 2009, fui designada para compor o Grupo de Trabalho “Estratégias e ações de fortalecimento da graduação em Ciências Sociais na UFG”, incumbido de realizar estudos e apresentar propostas para possíveis alterações nos vestibulares para Sociologia, inclusão de temas das Ciências Sociais no vestibular geral da UFG, e elaboração de material para divulgação do curso de Ciências Sociais no Ensino Médio.
- ✓ Participei de reuniões do GESEM - Grupo de Estudos sobre o Ensino Médio -, tendo inclusive, redigido a apresentação do Caderno GESEM-I, uma coletânea de textos de reflexões sociológicas sobre a educação, o ensino, e sobre o retorno da Sociologia nos currículos do Ensino Médio.

- ✓ Integrei a equipe do Procad/NF - Programa Nacional de Cooperação Acadêmica - Novas Fronteiras, da CAPES, coordenado pelo Prof. Dr. Jordão Horta Nunes, tendo como Instituição de Ensino Superior associada, a Unicamp - Universidade Estadual de Campinas, sob a coordenação da Prof^a. Dr^a Ângela Maria Carneiro Araújo. No entanto não cheguei a realizar o intercâmbio em virtude da nova mudança nas trilhas acadêmicas.

Trabalhei na UFG até o dia 16 de junho de 2009 e sem interstício, no dia seguinte, 17 de junho de 2009, assumi, por força de novo concurso público, o cargo de professora na Universidade Federal de Uberlândia - UFU, lotada no DECIS - Departamento de Ciências Sociais, órgão da extinta FAFCS - Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais, *campus* Santa Mônica, embrião do INCIS – Instituto de Ciências Sociais, criado em 17/12/2010, pelo Conselho Universitário, por meio da Resolução 31/2010, em função do desmembramento da FAFCS. A data de posse, por mim agendada, pretendeu ser uma homenagem póstuma a meu pai, nascido em 17/06/1920.

Deixar a UFG pela UFU não foi uma escolha fácil; o que falou mais alto foi o desejo de maior proximidade de meus(minhas) familiares, todos(as) residentes no Estado de São Paulo. O Triângulo Mineiro era mais próximo do meu chão natal do que a bela Goiânia.

Mas é preciso que eu diga, apesar de ter sido muito profícuo esse breve período e de ter sido feliz em terras goianas, nunca me arrependi de ter vindo para Uberlândia; penso que por aqui cessa a minha sina cigana. Posso dizer que, diante do acolhimento recebido, hoje sinto-me “paulineira”¹⁴ e “uberlandina”. Sendo este o meu lugar desde 2009, nada mais certo do que abrir um item específico para sobre ele falar.

¹⁴ Os termos são gracejos presentes na linguagem coloquial: “paulineira”, uma mistura de paulista e mineira, referente a pessoa originária de espaços fronteiriços que inclusive tem sotaque semelhante; “uberlandina” quem não nasceu em Uberlândia e lá reside. (O adjetivo pátrio de pessoas nascidas em Uberlândia é uberlandense).

III – O CAMINHAR PELAS VEREDAS DA UFU

Sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar” (Rosa, 2019, p. 25).

É muito gratificante e desafiador viver nas Gerais de Guimarães Rosa.

E muito desafiador também é saber que a minha nomeação para o cargo efetivo de Professora do Magistério Superior, por habilitação em concurso Público de Provas e Títulos, deu-se para preenchimento de vaga decorrente do falecimento de um professor que não tive a honra de conhecer, mas muito querido e respeitado por todos(as) os(as) que privaram de sua companhia, Prof. Dr. Antônio Ricardo Micheloto, a quem presto minhas homenagens.

Neste item, assim como procedi no anterior, trarei alguns elementos de pesquisas realizadas a partir do ingresso na UFU, dentre elas, as elaboradas durante os afastamentos para capacitação e estágio pós-doutoral, ainda de forma sucinta, uma vez que a reflexão sobre elas dar-se-á no próximo tópico.

Mesmo correndo o risco de ser repetitiva, vou reiterar que a docência é a minha paixão; é a música que toca dentro de mim. E entendo que ela é indissociável da pesquisa - não há como ensinar sem pesquisar, e do mesmo modo, indissociável da extensão, pois a universidade não pode ficar enfeudada em seus muros, encastelada entre as paredes de uma sala de aula. O conhecimento produzido na academia perde sentido se não for compartilhado com a comunidade que a mantém, haja vista que o custo de uma universidade pública é por ela bancado, por meio dos impostos que paga.

Justamente por acreditar nessa necessária imbricação de experiências que entrelaçam ensino, pesquisa e extensão, participei de um importante programa educacional, o PET, no qual fui tutora no período de 2009 a 2012.

O Programa de Educação Tutorial, criado em 1979 por iniciativa da Capes e gerido pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação - SESU/MEC é desenvolvido por grupos de graduandos(as) de Instituições de Ensino Superior, com tutoria de um(a) docente (cada curso com seus PETs específicos). Além dos PET/SESU com pagamento de bolsas para estudantes e tutores(as), há também os PETs Institucionais, como até hoje tem sido o PET Ciências Sociais da UFU, que garante bolsas apenas para graduandos(as), não para tutores(as); estes(as) realizam trabalho não remunerado. Mas independentemente de qualquer remuneração, permaneci no PET por três anos, e foi um período extremamente

fecundo, no qual vivenciamos de forma muito profunda a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão.

Foram muitas as atividades que desenvolvemos, organizamos, coordenamos como petianos(as), dentre elas, inicialmente as destinadas ao próprio público acadêmico: Ciclo de Palestras com temáticas variadas; Cine-debate PET, de análise de problemáticas sociais a partir da linguagem cinematográfica; organização de encontros de graduandos(as) de Ciências Sociais/UFU e professores(as) das três subáreas: Sociologia, Antropologia e Ciência Política; Mesas redondas para análise de conjuntura; oferta de um minicurso de redação científica; oficina para aprendizagem do manejo de recursos audiovisuais a serem utilizados em pesquisas de campo; ciclo de estudos avançados - programa de leituras e discussão de textos, em perspectiva multi e interdisciplinar; projetos individuais de pesquisa - orientados ou coorientados pela tutora; projeto coletivo de pesquisa “Os valores e as expectativas futuras dos(as) jovens: uma comparação entre estudantes de Ensino Médio Público de Uberlândia e de graduação da UFU”.

Entre as atividades destinadas ao público extra-acadêmico, relaciono: Oficina Diálogos Sociológicos oferecida a estudantes de Ensino Médio; Minicurso “Poder e Política no Brasil Contemporâneo no acampamento “Cabaça” de trabalhadores(as) rurais sem terras, situado no município de Uberlândia; PET vai às escolas: direitos humanos e cidadania em debate, palestras e debates realizados em escolas da Rede Pública Municipal e Estadual de Ensino.

Não vou negar que a atividade acadêmica que menos me apraz é a gestão, embora sempre que necessário a tenha exercido, e procuro fazê-lo com comprometimento, dedicação; e reconheço que é uma experiência importante, de muita aprendizagem.

Desde que ingressei na UFU integro o conselho do INCIS; a partir de 2011 passei a integrar o Colegiado do Curso de Graduação em Ciências Sociais, nele permanecendo por aproximadamente três anos; cheguei a assumir a coordenação do Curso de Graduação, por ocasião de férias do coordenador em abril de 2014.

Fui coordenadora *pro tempore* do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais de abril a outubro de 2016, e nesse período fui nomeada coordenadora da Descentralização do Programa PROAP - Programa de Apoio à Pós-Graduação. Integrei também o colegiado do PPGCS de 2019 a 2023, limite de prazo de permanência ininterrupta na função.

Em 2024, passei a integrar a instância colegiada do recém-criado ProfSocio/UFU. No ano anterior, em 2023, o INCIS/UFU concorrera e fora contemplado no Edital 04/2023 - Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Não

poderíamos deixar de participar do programa, dada a relevância do ProfSocio para a elevação da qualidade do ensino público e gratuito, no qual tanto acreditamos. O ProfSocio é oferecido gratuitamente em rede nacional para professores(as) em exercício, efetivos(as) ou temporários(as), da Rede Pública de Educação Básica (ProEB) que ministram o componente curricular de Sociologia ou outros componentes da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, com vistas à formação continuada destes(as), inserindo-os(as) em uma rede nacional de produção de metodologias de ensino e pesquisa acerca das Ciências Sociais e Educação.

Em uma perspectiva de atuação interdisciplinar, também integrei o Conselho Curador de Documentação e Pesquisa em História - CDHIS/UDU, nomeada pela Portaria INHIS 18/2012.

Aqui relatarei de forma breve apenas as disciplinas ministradas nas unidades acadêmicas da UFU, externas ao INCIS.¹⁵ Sempre procurei trabalhar um conteúdo sociológico que contemplasse as demandas de cada curso, ou seja, uma proposta de especificidade em cada plano de ensino, a partir de literatura específica das áreas em tela.

Na Enfermagem, no 2º semestre de 2009 e 1º semestre de 2010, os conteúdos ministrados foram: A perspectiva sociológica em interlocução com as Ciências da Saúde. Elementos da Sociologia Clássica em diálogo com a Enfermagem. Os condicionantes sociais, econômicos e políticos do processo saúde-doença, e sua dimensão simbólica. A constituição moderna do campo da saúde, do hospital e da medicina científica. A relação doente - profissional da saúde. Relações de Poder e Saúde; medicina e política e as Políticas Públicas de Saúde.

Na Filosofia, no 2º semestre de 2015 e 1º semestre de 2016, trabalhamos as bases filosóficas da Sociologia e trouxemos o debate de temas contemporâneos, afins da Filosofia, a partir da perspectiva sociológica.

Na Educação Física, nos 1º e 2º semestres de 2022 e 1º semestre de 2023, trabalhamos os fundamentos sociológicos do esporte, os principais teóricos da Sociologia do Esporte Moderno, aspectos socioculturais do esporte na sociedade contemporânea, as dimensões simbólicas do esporte, as representações sociais acerca do esporte administrado, de massa e a mídia, questões acerca da violência, do racismo e do sexismo no espaço esportivo.

¹⁵ Os componentes curriculares ministrados no próprio Curso de Ciências Sociais em nível de graduação e de pós-graduação serão apresentados como apêndices, conforme explicitado adiante, às páginas 54 e 55.

No curso de Psicologia atuei em vários semestres no período de 2016 a 2024, a maioria de forma presencial, mas alguns de forma virtual, em virtude da pandemia da covid-19.¹⁶

De um semestre a outro, os planos de ensino foram revisados e atualizados, mas posso destacar como conteúdos ministrados: indivíduo e sociedade na teoria clássica sociológica, disciplinamento, controle social dos indivíduos na contemporaneidade, sociedade disciplinar, biopoder e biopolítica, sociedade de massa e razão instrumental, modernidade/pós-modernidade, configurações e limites da individualidade, da identidade, da razão e liberdade, identidades étnico-raciais e racismo, identidades de gênero e diversidades.

Ministrei a disciplina Sociologia da Educação no curso de Pedagogia, que é anual, ininterruptamente de 2010 a 2015. A cada ano, a cada nova turma, com o *feedback* da turma anterior, o plano de ensino era aprimorado, mas não deixava de contemplar a educação na perspectiva dos clássicos da Sociologia, a realidade socioeducacional a partir das lentes de Bourdieu e Foucault, a educação na sociedade do espetáculo e neoliberal, a imbricação de gênero, classe, e raça/etnia na educação, a educação para a diversidade e inclusão, a educação sob a perspectiva crítico-pedagógica, e a proposição freiriana da Educação Libertadora.

Sem sombra de dúvidas, foi a disciplina mais recorrente no meu quadro de aulas externas ao INCIS, ministrada ao longo de seis anos. Tal recorrência segue na direção de minha crença em uma educação pública, gratuita, de qualidade, que requer educadores(as) competentes, comprometidos(as) e críticos(as), e a Sociologia muito contribui para tal formação.

E por acreditar na importância do contato de licenciandos(as) com a Educação Básica, na necessidade de diálogo da Academia com outras instâncias do Ensino Público - municipal, estadual ou federal - passei a atuar como coordenadora de área do subprojeto Sociologia do Pibid - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, inicialmente no período de 2014 a 2016, na vigência do Edital 061/2013. No ano de 2017 estive fora do país, em pós-

¹⁶ Durante a pandemia, fizemos cursos para aprender a utilizar ferramentas de comunicação em tempo real à distância, plataformas de aprendizagem online, tais como *Teams* da *Microsoft* e o *Moodle* para ministrarmos aulas de forma remota. No período participamos de uma série de atividades virtuais: Mesa redonda “Violência doméstica de gênero e feminicídio em tempos de covid-19”, juntamente com a historiadora Prof^{ra}. Dr^a. Cláudia Guerra, uma das fundadoras da SOS Mulher e Família, e Prof^{ra}. Dr^a. Neiva Flávia de Oliveira, da Faculdade de Direito da UFU; Palestra “O que é o feminismo”, evento organizado pela PROAE/DIPAE/UFU e Comissão da Mulher da UFU; Mesa sobre Redes de formação para a valorização da participação feminina e erradicação dos assédios à mulher na comunidade estudantil da UFU, juntamente com a médica Prof^{ra}. Dr^a. Helena Paro e a então mestrande do PPGCS/UFU, Alecilda Aparecida Alves Oliveira; palestra “Grandes desafios e grandes mulheres a convite dos PETs Comunicação, Engenharia, Biologia; participação no programa “De quarentena com o INCIS”, com a apresentação do tema “Gênero, trabalho e sindicalismo em momentos de pandemia”. Era uma forma de nos apoiarmos mutuamente - professores(as) e estudantes - nesse momento difícil.

doutorado em Portugal, e retornei ao Pibid em abril de 2019, nele permanecendo até 2020, na vigência do Edital Capes 07/2018. Em seguida, pelo Edital Capes 02/2020 o Pibid passou a ser Interdisciplinar Sociologia/Filosofia, com vigência de outubro de 2020 a março de 2022. Pelo novo Edital CAPES 23/2022 manteve-se a interdisciplinaridade Sociologia/Filosofia, e estive coordenadora de novembro de 2022 a abril de 2024 (em alguns meses destas duas últimas edições, por acordo de revezamento com o Professor de Filosofia, estive registrada na Plataforma Freire como colaboradora). Em virtude do Edital CAPES 10/2024 assumo novamente a coordenação do Pibid, quando volta a ser Sociologia, não mais interdisciplinar. Neste resgate, dou-me conta que já lá se vão dez anos acompanhando, orientando e assessorando os(as) professores(as) supervisores(as) e licenciandos(as) em diversas escolas-campo da Rede Estadual de Ensino, em profícua aprendizagem recíproca.

“O Pibid é uma iniciativa que se insere na Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, executado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o fortalecimento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria de qualidade da educação básica pública brasileira” (Art. 2º da Portaria CAPES nº 90 de 25/03/2024). O programa teve início em 2007, quando Fernando Haddad era ministro da educação, e a UFU dele participa desde o primeiro edital.

Assim como o PET, considero que o Pibid muito contribui, na esfera formativa, por possibilitar a necessária vivência do ambiente das escolas da Educação Básica, agora não mais na condição de seus(suas) estudantes, mas a partir do olhar externo de graduandos(as). Ao longo da execução do programa é possível conhecer o cotidiano da escola, a comunidade escolar e relacionar os conceitos sociológicos à realidade concreta dos(as) alunos(as), permitindo uma análise realista da aplicabilidade destes e a efetiva realização da práxis, como prática teorizada, por meio da qual as categorias conceituais contribuem para elucidar os processos didáticos e pedagógicos presentes nas escolas da Educação Básica, onde os(as) pibidianos(as) possivelmente venham a atuar, futuramente, como profissionais.

As atividades do Pibid, em sua inserção no dia a dia da Educação Básica, garantem a necessária indissociabilidade de teoria e prática, e a articulação das dimensões da extensão, do ensino, e da pesquisa, sobretudo de temáticas afetas à educação e ao ensino

Considero que a tutoria do PET e a coordenação do projeto de área do Pibid trouxeram importante contribuição para a minha participação de 2011 a 2015 no NDE - Núcleo Docente Estruturante do curso de Ciências Sociais, órgão consultivo, que atua no processo de criação, consolidação e atualização do Projeto Pedagógico do curso.

Embora minha linha de pesquisa seja Gênero e trabalho, tenho orientado trabalhos de conclusão de curso de graduação, dissertações de mestrado em temáticas várias no campo de gênero, dentre elas: gênero e educação, gênero e sexualidade, gênero e saúde reprodutiva, gênero e política, gênero na mídia, gênero na literatura, gênero e violência.

Inclusive, fui nomeada pela Portaria R N° 1020 de 13 de outubro de 2015 para integrar uma Comissão composta por docentes e servidoras da UFU, para formular uma proposta de política institucional sobre gênero e ações de proteção às mulheres nos *campi* da UFU.

Também participei, em seguida, de atividades do Núcleo de Políticas Públicas numa parceria estabelecida com a SOS Mulher e Família de Uberlândia - organização da sociedade civil que se destaca no enfrentamento da violência de gênero - para tabulação e análise de dados da OSC em tela.

Em 2012 criamos o GEPEGRES - Grupo de Estudos e Pesquisas de Gênero: relações sociais, representações e subjetividades, vinculado ao Instituto de Ciências Sociais da UFU, e registrado no diretório de pesquisa do CNPq, sob minha liderança e do Prof. Dr. Márcio Ferreira de Souza, de caráter interdisciplinar. Procurávamos, a partir de uma temática bem abrangente, espécie de “guarda-chuvas”, abrigar diferentes interesses e linhas de estudos e pesquisas para atender à crescente demanda apresentada por pesquisadores(as) da área de gênero, docentes, discentes e técnicos(as) administrativos(as). Desde então o GEPEGRES continua ativo, tendo ao longo de mais de uma década de existência produzido pesquisas individuais e coletivas, promovido debates, palestras e minicursos, realizado seminários e, periodicamente, reuniões para planejamento e organização das atividades do grupo; para estudos e discussão de pesquisas.

A partir da criação do GEPEGRES, intensificamos as leituras e os debates de textos das Teorias Feministas, de gênero, de relações sociais de sexo, e adentramos também o campo das Representações Sociais, pelas lentes de Serge Moscovici (1978) e Denise Jodelet (1988). Contamos com o apoio de Lúcia Villas Bôas, estudiosa da área - hoje na direção da Fundação Carlos Chagas de São Paulo -, que generosamente se deslocou para Uberlândia, em julho de 2013 para ministrar um minicurso de Representações Sociais aos(as) integrantes do grupo.

Na perspectiva da escola francesa, as representações sociais são entendidas como uma forma de conhecimento primordial, socialmente elaborada e compartilhada, construída com a finalidade prática de conhecer o mundo e sobre ele atuar, dando respostas às demandas colocadas pelo cotidiano (Moscovici, 1978). Elas não são compreendidas como passivos reflexos de uma realidade externa, posto que o sujeito, inserido socialmente, autorrepresenta-se nas representações que faz dos objetos. E as representações sociais, que movem as ações

dos indivíduos, são generificadas, por serem atravessadas por um sistema de significações que categoriza as pessoas de diferentes identidades sexuais e de gênero, atribuindo-lhes posições e funções específicas na hierarquia social.

Ângela Arruda (1991-1992) estabelece uma ponte entre a teoria das representações sociais e as teorias de gênero, ao considerar que ambas representam uma transição paradigmática, e contestam um modelo único de racionalidade que não daria conta de apreender a multiplicidade de epistemes existentes, e tampouco a diversidade de formas de ser que não cabem nos estreitos limites do binarismo cis heteronormativo; não daria conta de traduzir a caleidoscópica e paradoxal realidade humana. O entrelaçamento dos Estudos Feministas, das Relações Sociais de Sexo e Gênero, das Representações Sociais, enfrenta melhor esse desafio.

O desejo de aprofundamento nos estudos de gênero levou-me também a participar, desde 2012, do NEGUEM - Núcleo de Estudos de Gênero, criado em 1992 e vinculado ao CDHIS - Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. O núcleo propicia um espaço de reflexão e produção de saberes, em torno de temas relacionados às múltiplas experiências e pesquisas de gênero, abrigando linhas de pesquisa multidisciplinares e temáticas diversificadas.

A partir de então integro o Conselho Editorial do “Caderno Espaço Feminino”, revista indexada em diversas bases que desde 1994 o NEGUEM tem publicado semestralmente, no intuito de dar visibilidade aos resultados de pesquisas acadêmicas, nacionais e internacionais, no campo dos estudos feministas e de gênero.

Nesse campo, um trabalho de natureza extensionista que considero ter sido bastante importante pela sua abrangência, foi a minha participação no curso “Feminismos para a Construção da Autonomia”. Ministrei, em julho de 2020, um de seus 18 módulos, intitulado “Vertentes teóricas de gênero e feminismos”. O curso foi uma realização do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Uberlândia (MG) e da Central de Movimentos Populares - Regional Triângulo Mineiro, com apoio do NEGUEM. As aulas foram remotas, transmitidas na Plataforma *Google Meet*, para um público-alvo bastante diversificado: mulheres representantes do Conselho Municipal, lideranças femininas e dos movimentos populares, estudantes, trabalhadoras, e pessoas interessadas na formação de gênero e direitos humanos.

A docência encontra seu verdadeiro sentido quando vinculada à produção, e à socialização do conhecimento, o que se realiza através da pesquisa e da extensão. A docência, por certo, pressupõe muito mais do que mera transmissão de informações e conhecimentos

sistematizados; é troca, é produção coletiva de conhecimento. Acreditando no imenso potencial da educação, de uma educação de qualidade e de cunho democrático, hoje, mais do que nunca, considero que a formação do(a) graduando(a) passa pelo desenvolvimento de uma postura de pesquisa e produção científica, haja vista a necessidade de se trazer na bagagem de conhecimentos adquiridos, a capacidade de criar novos conhecimentos para responder às problemáticas e demandas que são colocadas pela realidade contemporânea.

Ademais, é importante o diálogo, o contato com outras universidades, que amplia o campo de visão acadêmica e científica, o que nos foi possibilitado em afastamentos da UFU para a realização de pós-doutoramento e usufruto de licença para capacitação. Períodos extremamente férteis, que deixaram rastros de amizades e parcerias na produção de pesquisas colaborativas e coautoria em artigos científicos.

Em 2017 realizei estágio pós-doutoral no Centro de Estudos Sociais/Universidade de Coimbra - CES/UC, Portugal, sob a supervisão científica do Prof. Dr. Elísio Guerreiro do Estanque, na linha de pesquisa de trabalho e gênero. Analisei, em comparação internacional, a divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo/gênero na indústria calçadista, no contexto da acumulação flexível do capital, focalizando o setor a partir de pesquisas empíricas realizadas em dois centros produtivos de diferentes países, considerados, por sua relevância, respectivamente, a capital brasileira do calçado masculino (Franca - SP/BR), e a capital portuguesa do calçado (São João da Madeira - Distrito de Aveiro - PT). Busquei as dimensões materiais do trabalho e os aspectos simbólicos das identidades subjetivas e representações sociais construídas nesses espaços laborais, que foram cotejados por meio de estudo de caso de uma importante indústria calçadista de cada qual. Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa do setor produtivo brasileiro que resultou na já referida tese de doutoramento em Sociologia da Unesp de Araraquara (SP/BR) em 2003, cujos dados e informações passaram em 2016 por pontuais atualizações - foram replicados em seu congênere português: pesquisas bibliográfica e documental, observação sistemática dos espaços fabris, entrevistas semiestruturadas com operários(as), gestores(as) empresariais e dirigentes sindicais.

No relatório final de pesquisa, intitulado “Relações sociais de sexo/gênero na indústria de calçados: um estudo comparativo de núcleos produtivos brasileiro e português” e publicado no sítio eletrônico Oficina do CES¹⁷ de julho de 2018, como oficina nº 444¹⁸, nos

¹⁷ A “Oficina do CES” é uma edição do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra que publica *working papers* em formato eletrônico.

¹⁸ Disponível em <https://ces.uc.pt/pt/publicacoes/outras-publicacoes-e-colecoes/oficina-do-ces/numeros>. Acesso em 18.08.24.

agradecimentos, trago o verso “Coimbra tem mais encanto na hora da despedida” do fado “Balada da despedida”, composição de Fernando Machado Soares, para dizer que não precisei desse momento para perceber os encantos de Coimbra; foi amor à primeira vista.

Em cumprimento de um dos requisitos para a finalização do processo de pós-doutoramento procedi à apresentação de um seminário de pesquisa, com os dados e resultados desta, que foi realizado em 20.10.2017, na sala Keynes da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

A vivência em Portugal foi um período muito proveitoso. Além da execução do projeto de pesquisa, participei das aulas do Programa de Doutorado em Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais, Sindicalismo, ministradas no primeiro semestre de 2017 pelo Prof. Dr. Hermes Costa, e no segundo semestre de 2017, pelo meu supervisor, Prof. Dr. Elísio Estanque; participei de reuniões do Núcleo de Estudos sobre Políticas Sociais, Trabalho e Desigualdades-POSTRADE, do CES/UC; participei como ouvinte, no segundo semestre de 2017, da disciplina Teorias e Epistemologias Feministas, ministrada pela Prof^{ra}. Dr^a. Adriana Bebiano, no Programa de Doutorado em Estudos Feministas-CES/UC, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Entre os cursos oferecidos pelo CES no ano de 2017, pude participar de três deles: “Publicar sem perecer/Módulo 2 - Sobreviver ao turbilhão”, de 02 a 09 de maio de 2017; “Publicar sem perecer/Módulo 3 - O mundo das editoras científicas”, entre 12 de abril de 2017 e 12 de julho de 2017; “*Web of Science*”: utilização de recursos, em 13.09.2017.

Quando de meu retorno ao Brasil, a relação acadêmica com o Prof. Dr. Elísio não findou; atravessou o Atlântico. A nosso convite, ele ministrou a aula magna no PPGCS/UFU em 2022 (ocasião em que se encontrava no Brasil, vinculado à Unesp de Franca, SP e, em seguida, à UFBA, Salvador, BA). Redigimos em coautoria com Elísio Estanque da UC/UFBA, Agnaldo de Sousa Barbosa da Unesp/Franca e Alexandre Mendes da Unesp/Franca, o artigo “Precariedade, gênero e racialidade: experiências de trabalho no Brasil e em Portugal” publicado no Caderno CRH/UFBA, Vol. 37, 2024.

Permaneceram também os laços com estudantes brasileiros(as) que à época faziam pós-graduação *stricto sensu* e pós-doutorado no CES/UC - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Eram relações de amizade, de recíproca solidariedade, e de atuação política que transpunham as escadas monumentais da U.C. Constituímos um grupo autodenominado EBRAC - Esquerda Brasileira em Coimbra que promovia encontros, palestras, debates, minicursos, e produção de vídeos - que eram veiculados no Brasil - em defesa da democracia brasileira, contra violências e atos autoritários dos conservadores

poderes executivo e legislativo brasileiros, em um cenário imediatamente pós golpe que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, e de crescimento das forças de direita no país. De lá também lutávamos pelo Brasil!

No ano de 2018 novamente usufrui de um afastamento, em Licença para Capacitação, realizada sob a supervisão da Prof^a. Dr^a. Maria Eulina Pessoa de Carvalho, representante do Conselho Técnico Científico do NIPAM - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação Sobre a Mulher e Relações de Sexo e Gênero, vinculado ao Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba - CE/ UFPB, que é focado em políticas de formação em gênero e diversidade, transversalidade de gênero na educação superior e prevenção das violências de gênero; temáticas que são comuns ao GEPEGRES e ao NEGUEM, respectivamente, grupo e núcleo de estudos de gênero aos quais, reitero, sou vinculada.

Entre as atividades desenvolvidas nesse período, destaco: participação em bancas de qualificação de mestrado de discentes do Programa de Pós-Graduação em Educação CE/EFPB (presenciais), e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS/UFU (virtuais); participação como debatedora de filmes em aula da disciplina “Tópicos em Estudos Culturais da Educação: estudos de gênero e sexualidade numa perspectiva feminista”, ministrada pelas Prof^{as}. Dr^{as}. Maria Eulina Pessoa de Carvalho e Jeane Felix da Silva; participação no Fórum Santa Rita “Como construir relações escola-família que favoreçam a aprendizagem acerca de Gênero, Educação, Diversidade e Inclusão” promovido pela Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita (PB); participação como ouvinte no Minicurso de Metodologia das Ciências Sociais, ministrado pela Prof^a. Dr^a. Ana Maria Brandão, do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (CICS NOVA / UMinho); realização da palestra “Trabalho e Gênero em Comparação Internacional: igualdade legal e desigualdade real - uma questão de Direitos Humanos”, proferida na Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Campina Grande (PB).

O intercâmbio possibilitou importante parceria, a partir de Projeto de Pesquisa “Representações sociais das identidades profissionais e de gênero por estudantes de Pedagogia e Engenharia: um estudo comparativo na UFPB e na UFU”, realizado colaborativamente por integrantes do GEPEGRES/UFU e GEDI/UFPB - Grupo de Estudos de Gênero, Educação, Diversidade e Inclusão-PPGE/UFPB, contemplado na Chamada Universal MCTIC/CNPq 2018.

Dos resultados da pesquisa derivaram artigos em coautoria, publicados em revistas científicas - Perspectivas em Diálogo/Revista de Educação e Sociedade, da UFMS; Caderno Espaço Feminino, da UFU; Interações da Escola Superior de Educação de Santarém,

Portugal -; apresentação de trabalhos em eventos científicos: Simpósio Internacional O Estado e as Políticas Internacionais no Tempo Presente, UFU, Uberlândia/MG, 2019; XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, Salvador, BA, 2020; 3ª ANPED NORTE, Palmas, TO, 2021; 20º Congresso Brasileiro de Sociologia, Belém, PA, 2021 (modalidade remota); 21º Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR) Reencontros, desafios e perspectivas dos feminismos acadêmicos no Norte e no Nordeste, UFAL, 2022.

Além de apresentação de trabalhos, assumimos a coordenação do GT “Gênero, Trabalho e Educação” no VI Seminário do PPGCS e XVIII Semana das Ciências Sociais/UFU, Uberlândia, 2018, e da Sessão Temática “Gênero, Trabalho e Educação” no Fazendo Gênero 12 – “lugares de fala, direitos, diversidades, afetos”, UFSC, Florianópolis, 2020, e no Fazendo Gênero 13 – “contra o fim do mundo: anticolonialismo, antifascismo, justiça climática”, UFSC, Florianópolis, 2024. Também organizamos a Sessão Especial “Gênero, Educação e Trabalho: questões atuais e abordagens interseccionais” no 21º Congresso Brasileiro de Sociologia, Belém, PA, 2023, a Mesa Redonda “Trabalho, educação e gênero nas Engenharias: aportes de pesquisa” no XVII Encontro Nacional da ABET: Crises e horizontes do trabalho a partir da periferia. Uberlândia, UFU, 2021 (modalidade remota), e o dossiê “Gênero, Educação e Trabalho” da revista Caderno Espaço Feminino, v. 35, n. 1, 2022-2.

O intercâmbio de três meses resultou, assim, em muitos frutos ao longo dos últimos seis anos, abrindo também novos canais de comunicação entre a Universidade Federal de Uberlândia - UFU e a Universidade Federal de Paraíba - UFPB, no sentido de estreitamento dos laços entre os núcleos e os grupos de estudos e pesquisas de ambas as instituições de ensino superior; foram realizadas muitas reuniões *online*, de periodicidade mensal, pelo *Google Meet* com a participação de seus(suas) integrantes. Experiência muito rica tanto no que tange ao meu aprimoramento pessoal quanto à minha prática docente, e atuação como pesquisadora.

Foram - e são - muitas as atividades acadêmicas exercidas ao longo destes últimos 15 anos, desde o ingresso na Universidade Federal de Uberlândia/UFU, que penso que seria exaustivo discorrer sobre cada qual. Apresentarei algumas delas como apêndices, no formato de quadros, para facilitar a visualização, mesmo as que já tenham sido brevemente mencionadas neste texto. Compreendem: os componentes curriculares ministrados na

graduação do curso de Ciências Sociais/UFU (Apêndice A); os componentes curriculares ministrados no PPGCS/UFU (Apêndice B); as orientações – dissertações de mestrado e monografias de conclusão de curso de graduação (Apêndice C); as publicações (Apêndice D); os trabalhos apresentados em congressos e similares (Apêndice E); as conferências, palestras entrevistas e a participação em mesas-redondas (Apêndice F).

Não apresentarei como apêndice, em virtude de sua diversidade, os inúmeros trabalhos técnicos que rotineiramente realizamos. Compreendem:

- ✓ Participação em bancas examinadoras de qualificação e defesa de trabalhos de conclusão de curso, de dissertações de mestrado, de teses de doutorado.
- ✓ Participação em comissões científicas de eventos, e em comissões permanentes ou designadas para fins específicos.
- ✓ Participação em processos seletivos e em concursos públicos para provimento de vaga de professor da carreira do Magistério Superior. Entre esses, destaco os concursos públicos da UFG, em 2010, da UFU, em 2011, e da Unesp de Franca, em 2022.
- ✓ Emissão de pareceres de projetos de pesquisa, e de artigos submetidos a veículos de publicação. Entre esses, resalto: Mediações da UEL/Londrina/PR; Estudos de Sociologia da Unesp/Araraquara/SP; Caderno Espaço Feminino, do INHIS/UFU; revista Malala, da USP/SP; Sociedade e Cultura da FCS/UFG; Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da UnB; Ensino Em Re-Vista, da FAGED/UFU; Revista de Educação Popular da PROEXC/UFU; Crítica e Sociedade e RECS-Revista Eletrônica de Ciências Sociais, ambas do INCIS/UFU.

São atribuições que fazem parte de nossa vida acadêmica, e das quais jamais me eximi. Quem atua no espaço acadêmico sabe que “serviço não falta” e bem sabe quão falaciosa é a narrativa neoliberal de que funcionário(a) público(a) não trabalha!

IV – ITINERÁRIO DE PESQUISAS E REFLEXÕES TEÓRICAS

Wright Mills, ao discorrer sobre o “fazer sociológico”, pontua que “os mais admiráveis pensadores de comunidade acadêmica [...] não separam seus trabalhos de suas vidas (Wright Mills, 2009, p. 21); fala, pois, da necessidade de usarmos nossa experiência de vida no trabalho intelectual. E, de fato, não há como dissociá-los. Os estudos que realizamos, os textos que escrevemos refletem os passos de nosso caminhar; vão forjando as concepções teóricas e os pressupostos que orientam nossas pesquisas e permitem as análises dos dados e das informações coletadas. Até este momento, trouxe um pouco de minha história de vida pessoal e profissional e apenas esbocei alguns elementos teóricos. É hora de adentrar esta vereda e falar sobre as pesquisas por mim realizadas.

Reitero que meu ponto de partida não foram as relações de gênero; cheguei a elas por meio do estudo de classes sociais.

De início quero afirmar o pressuposto de que a esfera da produção e do trabalho continua tendo centralidade social, bem como da permanência das classes sociais, a despeito de suas múltiplas configurações, da verdadeira metamorfose que conheceram, sobretudo ao longo do último quartel do século XX. Elas continuam presentes em uma sociedade regida pela racionalidade econômica, e impactam a vivência das outras dimensões humanas.

Indo de encontro a Claus Offe (1989), André Gorz (1987), Robert Kurz (1999)¹⁹, teóricos que não conferem centralidade social ao trabalho na atualidade, penso que este, independentemente de suas atuais múltiplas configurações, continua sendo base estruturante das relações sociais que são marcadas por antagonismos de classe.

Já na pesquisa sobre as varredoras de ruas de Goiânia, no mestrado na UFG, pude constatar a inexistência de um trabalhador universal, genérico, e sim a existência de uma classe social fortemente marcada pelas relações de sexo/gênero.

A base marxista não desaparecera, continuava um farol a iluminar as contradições nas classes sociais, hoje muito diferentes do contexto oitocentista analisado por Marx: trabalhadores(as) não mais ameaçadoramente reunidos na fábrica, como coveiros da

¹⁹ Offe (1989) considera que na atualidade a esfera da produção e do trabalho perdeu sentido social estruturante, e assinala a importância crescente dos movimentos e conflitos sociais originados fora dela, a exemplo dos pacifistas, dos ecológicos, das lutas de minorias sociais e das batalhas em prol dos direitos humanos.

Gorz (1987) faz coro à tese da perda de centralidade social do trabalho e observa que as classes sociais, apesar de continuarem existindo, não se configurariam mais como portadoras de um projeto futuro e artífices de alternativas societárias. Para ele, papel revolucionário teriam, atualmente, os sujeitos sociais que não trabalham e, por isso, poderiam dispor livremente de seu tempo.

Kurz (1999), por sua vez, diante da crise do mundo do trabalho, profetiza um quadro catastrófico de caos social; não visualiza quaisquer sujeitos sociais capazes de impedi-lo, capazes de uma ação emancipadora.

burguesia por ela própria produzidos (Marx, s. d.), mas habilmente dispersos(as), fragmentados(as), heterogeneizados(as), por meio de teias de terceirização, faccionismos, e cooptados(as) por discursos neoliberais que falaciosamente fazem dos(as) empregados(as) pretensos(as) colaboradores(as), associados(as) a remarem no mesmo barco.

Se de um lado o materialismo histórico dialético, a despeito da metamorfose das classes sociais, continuava contribuindo na análise de suas contradições, de outro era insuficiente para estudar uma classe social que é consubstancialmente constituída por diversas relações sociais, dentre estas as de sexo e gênero; não falamos de conceitos teóricos de classes sociais, mas de classes reais, constituídas por pessoas de carne e osso, em sua vasta gama de diversidades. Destarte, afirmamos o pressuposto dessa consubstancialidade de gênero e classes sociais, estruturante das relações sociais.

4-1 O trabalho da mulher gari

A abordagem materialista-histórico dialética precisava da perspectiva de gênero para iluminar o estudo das mulheres garis que viviam contradições e conflitos intraclasses, que sofriam assédio sexual e moral dos próprios colegas de trabalho, melhor posicionados na hierarquia funcional: elas, na varrição, eles no carrinho de mão. As garis denominavam-nos “feitores”.

Figura 2 – Gari na varrição



Fonte: Foto de Antonieta de Sant'Ana. Arquivo pessoal da autora.

Alguns trechos de entrevistas com garis²⁰ são reveladores:

Cantada de “feitor” a gente sempre ganha, né? Mas é que a gente não pode ir em todas “cantadas” que eles dão, né? (Márcia).

Os primeiros que “canta” a gente é os chefes. A gente não dá confiança pra eles, aí eles fica com raiva da gente. A gente fica sofrendo. Põe até falta pra gente no cartão, sô! Se uma mulher chega lá de qualquer maneira, veve lá com o chefe, faz o que eles quer, aí tem tudo (Alaíde).

Eu acho os “feitor” sem-vergonha. Quer ficar alegrinho com a gente, aquele negócio: Oi. Oi, tá alisando a gente, falando assim gracinha pra gente [...] No início de dezembro, deu um problema comigo [...] O “feitor” queria que eu barresse barro: Não vou! Aí ele me entregou na firma [...] eu fiquei 23 dias em disposição, sem saber o que acontecia comigo... Nós somos maltratadas. Ou tem que trabalhar no arranco, com brutalidade com a gente, ou então, aqueles que são mansinho, se você é mansinha com eles. Se aceitar eles com as suas gracinhas, aí a gente tem o trecho por muito tempo. (Maria).

Mas ainda assim, ao ser perguntada se preferiria mulheres em função de chefia, Maria respondeu: “Chefe? Homem! Homem! Mulher não dá.

É valor introjetado, arraigado: se alguém tem que mandar e, em contrapartida alguém tem que obedecer, é evidente e lógico que a figura dominante seja a masculina. A própria mulher internaliza princípios androcêntricos, introjeta o paradigma de relações hierarquizadas, desiguais e de opressão, objetivamente construídas; conforme Bourdieu, há todo um sistema de estruturas inscritas nas coisas e nos corpos, que se legitima pela subjetivação.

Segundo a lei universal de ajustamento das esperanças às oportunidades, das aspirações às possibilidades, a experiência prolongada e invisivelmente mutilada de um mundo sexuado de cima a baixo tende a fazer desaparecer, desencorajando-a, a própria inclinação a realizar atos que não são esperados das mulheres - mesmo sem estes lhes serem recusados...aquela experiência favorece o aparecimento de uma "impotência aprendida" (Bourdieu, 1999, p. 77).

²⁰ Entrevistamos, no período de 19/01/1988 a 15/05/1988, 13 garis; a maior parte das entrevistas foi realizada em suas próprias residências, após agendamento nos locais de trabalho. Na transcrição, foi mantida a forma original das falas, ainda que com incorreções gramaticais. Os seus nomes são fictícios.

O vocábulo gari é registrado nos dicionários como substantivo masculino, e tem por origem o antropônimo Aleixo Gary, um incorporador de antiga empresa carioca de limpeza que, por extensão, é tomado para nomear trabalhadores(as) de limpeza urbana que varrem os logradouros públicos. Como falamos de trabalhadoras, em consciente transgressão dos cânones gramaticais, utilizamos, em flexão de gênero, o termo no feminino, a despeito de o corretor automático insistentemente sinalizar como erro.

Entretanto, as garis não demonstraram que os assédios moral e sexual eram os seus maiores problemas. Falavam da pesada rotina diária de trabalho, que começava muito cedo, antes mesmo de raiar o sol; acordavam por volta das quatro horas da manhã, quantas, após noite mal dormida, povoada pelo pesadelo de perder a hora.

Desde as três horas, começo a ligar o rádio pra saber a hora (Iraci).

Impreterivelmente, “batiam o cartão de ponto” em garagens distritais às 7 horas, grande parte delas, após terem deixado os(as) filhos(as) na creche da Comurg. No processo de observação desses momentos, não me deparei com homens garis fazendo o mesmo; a maternagem²¹ é muito mais exercida pelas mulheres do que a paternagem, pelos homens.

Figura 3 – Gari e filhos(as) no caminhão da Creche da Comurg



Fonte: Foto de Antonieta de Sant'Ana. Arquivo pessoal da autora.

Para chegar ao local de trabalho, comumente utilizavam-se dos caminhões da Comurg que as apanhavam em pontos próximos de suas residências, entre 5h00 – 5h30. O veículo fornecido pela Comurg para transporte de funcionários(as) era, no dizer das garis, um

²¹ Maternagem e maternidade – assim como paternagem e paternidade são conceitos diferentes. A maternidade e a paternidade têm natureza biológica, enquanto a maternagem e a paternagem têm conotação social; referem-se ao cuidar, criar, educar.

“caçambão aberto”, sem capota, enlameado; o mesmo caminhão que carregava lixo, sujo da coleta do dia anterior, sem escadas para subir, sem equipamentos de proteção ou segurança, sem bancos para sentar²². Se estivesse chovendo, seus(suas) passageiros(as) encharcavam-se e eram molhados(as) que iniciavam o expediente de trabalho. Além de imundos e mal equipados (por vezes, sem freios), os caminhões trafegavam em alta velocidade e superlotados. O risco de acidentes já se delineava como possibilidade, no simples ato de deslocamento em direção ao trabalho.

Tem que chegar lá às 7 horas e bater o ponto. Se tiver chovendo, tem que sair [...] Nós vai com um “feitor”, nós caça um lugarzinho nas beira das paredes pra esconder, né? A gente se molha tudo... a chuva fininha... tem que trabalhar. Tem uns “feitor” que não tão nem somando que a gente molha. Então a gente passa aquele dia todinho com os pés molhados, o cabelo molhado, a roupa molhada... quando não é a chuva, é o sol [...] Nós enfrenta chuva, nós enfrenta doido, nós enfrenta bêbado, nós enfrenta tudo quanto há. Nós enfrenta molhado, nós passa fome porque tem dia que a comida da Comurg não dá pra descer; se nós tiver dinheiro, nós come; se não tiver, passa fome. Nós passa vontade de fazer xixi (porque acontece que nós vai num bar, pede pra fazer xixi, eles não dá). Nós tem que segurar a urina pra ir em outro bar e pedir. Um dá, outro num dá.

Inté a água, dona menina, tem gente que nega pra nós da Comurg, até a água; eles nega água pra nós. Nós sofre demais... Eu trabalho porque sou obrigada [...] (Iraci).

Iraci referia-se à dificuldade na relação com a população urbana, e a um dos grandes problemas, que era a dificuldade de acesso a banheiros e água potável. Não é difícil imaginar como esse desconforto era potencializado para as mulheres em períodos menstruais, quando se requer higiene redobrada. Uma situação que os homens desconhecem.

Tem muita gente que tem nojo de gari, porque é lixeiro, né [...] Muita gente bate a porta na cara da gente, quando a gente pede água (Nair, delegada sindical).

Às vez a gente vai pedir água, a pessoa fala que não tem água; vai pedir um banheiro, porque a gente não tem um lugar certo de ir, a não ser um bar, um bar público, assim... Fala que não tem, que tá ocupado, que tá estragado, que não pode arrumar, porque muitas pessoa acha que a gente tá ali é pra roubar. Outros já pensa que a gente tá com doença contagiosa. Mas com isso eu até já acostumei (Florentina, 1988).

Às vezes a gente aguenta muita humilhação na rua também, porque você chega numa porta:

- Me dá um copo d'água.
- Não tem não, não tem água não.
- Arruma o banheiro?

²² As condições do “caçambão” são muito piores do que as retratadas na figura 3, do veículo da Creche da Comurg, destinado ao transporte das mães garis com seus(suas) filhos(as).

- Não, o banheiro eu não arrumo, porque tenho criança, né?

Falo:

- Não tem problema não, porque doença a gente não tem. A gente também tem os filhos da gente, que é criança. Então, se a gente não quer uma coisa pros filhos da gente, a gente não quer pros filhos do próximo, né? (Sueli).

Tem lugar onde a gente acha gente até bom. Mas tem outros lugares que, se der um copo pra gente, tem que dar o copo também pra gente, para não pegar mais o copo, com escrúpulo da gente²³ Tem gente que tem até nojo de falar, de encontrar a gente. Eu mesma nós estávamos sentado numa área de carro, numa garagem de carro; estava chovendo, o dono da casa subiu lá em cima (ele morava num predinho) pra mandar nós sair de lá da casa. Com chuva, né? Nós saímos tudinho, fomos pra outra casa, lá noutro lugar. Saímos tudinho debaixo de chuva, tinha almoçado naquele instante [...] Disse que aquele lugar não é lugar nosso não, que somos lixeiro, de todo jeito. Tem gente que abusa demais da gente. Tem gente que, a gente vai passando, até bate as portas [...] Banheiro a gente só entra de bar ou de garagem de carro. Quando bate nas casas, não adianta nem pedir que eles não dão. Tem dia que a gente passa privação que, Ave Maria! É mais ruim que eu acho. Acho que eu tô mais doente dos rins é de privar tanta urina. É porque tem dia que a gente viaja, varre e é meio-dia sem achar banheiro. Gestante... quando eu estava gestante, Ave Maria, eu sofri demais (Antônia).

Além da humilhação relatada, a fala acima traz a questão de doenças profissionais contraídas em virtude das condições de trabalho. Muitas garis narravam que o trabalho de varrição teria afetado a sua saúde: problemas de coluna, rins, dores de cabeça, pressão alta, rouquidão alérgica, esgotamento nervoso, varizes, gripes e pneumonias eram as queixas mais constantes. E estar doente, para a gari, não era sinônimo de poder estar doente, em face da dificuldade na obtenção de licenças para tratamento de saúde:

Quando eu entrei na Comurg, eu era sadia demais, eu não sentia nada, nada, nem uma dor de cabeça. Hoje eu sou quase uma mulher inutilizada pra trabalho. Hoje eu não aguento fazer nada; tenho um problema de rim seríssimo. É de tanto segurar a urina. Como eu não podia ir no banheiro, não podia tomar água (porque o “feitor” não deixa nem tomar água) então foi onde eu criei um problema sério de rins, e tive que ser operada, virou crônica [...] Então, eu sou uma pessoa hoje inutilizada; perdi minha saúde na Comurg [...] As mulheres entram sadia e depois adocece e o pior é que não tem o direito de tratar, né? Se ela vai tratar, ela corre o risco de ser demitida, ela corre o risco de perder seu dia. Ela corre o risco de tudo (Nair, delegada sindical).

Eu tenho as veias da perna todas estourada; isso aqui vem até na vagina... então, eu não tô mais aguentando assim o serviço de rua. Quando eu entrei na Comurg, eu não tinha problema nenhum, agora eu tenho muitos problemas. Eu tenho problema de garganta (a senhora tá vendo eu falando

²³ O grifo é meu. A fala da gari Antônia é digna de nota.

rouco, não é?), não sinto dor na garganta, mas eu tenho esse problema. Sinto assim parece que cansaço, sabe como que é? Sinto o coração palpitar demais, sinto fraqueza de memória... fiquei fraca do juízo, fiquei fraca das vistas depois que eu passei a trabalhar na Comurg [...] Quando chove, levanta aquele vapor quente pra cima, a gente toma todo aquele vapor, sabe? Principalmente mulher, prejudica muito, sabe como que é? Aquele vapor faz a gente empanzinar, sabe? A gente empanzina, dá dor no pé, na barriga; tem vez que dá que parece apêndice [...] Eu tenho as minhas pernas que queima direto, minhas pernas pega fogo direto. Vivo o maior sofrimento! Depois que eu entrei na Comurg, arrumei dor nas pernas, arrumei dor no corpo também, aqui na veia do pescoço. Tem dia que estou passando mal, eu vou trabalhar assim mesmo, porque se eu pegar atestado, eles não carimba. Como é que eu faço? Vou perder o dia? Eu tenho muitos problemas comigo mesmo, né? Depois que eu passei a ser funcionária da Comurg, eu passei a sofrer de úlcera nervosa, não sei se vem da comida ... de primeiro eles botavam salitre na comida (Luzia).

As garis e os (as) funcionários(as) da limpeza urbana só são valorizados(as) em momentos de paralisação como podemos observar pela cobertura da imprensa durante uma greve ocorrida em setembro de 1986:

Como o recolhimento do lixo foi interrompido, as caixas coletoras e os latões ficaram lotados, e a alternativa foi jogar o lixo nas ruas e nas calçadas, causando com isso enormes transtornos [...] Moscas, mosquitos, baratas, pernilongos e outros insetos proliferam no local, ameaçando a saúde das pessoas por deixá-las expostas a uma fácil contaminação com várias moléstias, como as alergias e doenças respiratórias (*O Popular*, 16.09.1986).

Quando não é a preocupação com a saúde, é o temor da queda de vendas e lucros que ronda comerciantes, também prejudicados(as) pela paralisação de garis e coletores(as) de lixo, posto que a sujeira acumulada afugenta potenciais consumidores(as):

Muitos goianienses, principalmente os comerciantes, ainda se ressentiam dos efeitos da greve [...] O comércio reclama, principalmente dos prejuízos decorrentes do que deixou de faturar: “Perdi 90% de vendas nesses sete dias, porque ninguém quer parar aqui em frente” (*O Popular*, 17.09.1986).

Quando os braços se cruzam e as vassouras descansam, a população enxerga a importância do trabalho de varrição e de coleta de lixo, até então praticamente invisível e envolto em desprezo e humilhações.

A saga das garis foi contada por Lando, na poesia “Minhas mãos de gari”:

Mãos, no mundo tem bastante
 Que nem cabem nesta lista...
 Mãos felizes dos amantes,
 Mãos eternas dos artistas;
 Mãos que seguem por atalhos,
 Mãos que esperam quem as chame,
 Mãos calosas do trabalho,
 Mãos ariscas de madame;

Mãos meninas de tão puras,
 Mãos que pedem mais presença,
 Mãos que valem uma sentença,
 Mãos ingênuas que se ferem,
 Mãos que enlaçam, ou sacodem,
 Mãos que podem, mas não querem,
 Mãos que querem, mas não podem;

Mãos bem-vindas de um amigo,
 Mãos que tocam um instrumento,
 Mãos geladas, sem abrigo,
 Mãos que encontram só o vento;
 Mãos cruéis dos assassinos,
 Mãos recônditas de mágoa,
 Mãos pedintes dos meninos,
 Mãos que negam um copo d'água;
 Mãos treinadas de doutores,
 Mãos que tremem, dos aflitos,
 Mãos pesadas de labores,
 Mãos que buscam o infinito;
 Mãos rugosas de ancião,
 Mãos alegres de criança,
 Mãos que unem outras mãos
 Nos caminhos da esperança...

...minhas mãos, por um capricho,
 Por mais que tão pouco valham,
 São as mãos que varrem o lixo,
 Que as outras mãos espalham;
 São apenas mãos que juntam
 A sujeira esparramada;
 Tão cansadas que perguntam:
 O que é dupla jornada?

A dimensão da poesia também se esparrama no improvisado da gari Luzia, repente que bem poderia ser integrado ao cancionário popular:

Pra senhora D. Lúcia
 Uma coisa eu vou falar
 Eu gostei muito de ti
 minha amiga eu vou contar
 Você é muito gentil
 e sabe conversar.
 A Lucinha é bonitinha
 Por uma coisa que tem
 Tem a boca pequenina
 não fala mal de ninguém.
 Eu lhe digo uma coisa
 Vou dizer muito mais
 Se você é goiana
 coisa assim é bem capaz
 E se você é paulista,
 o que é que você faz?

Ao pesquisar o trabalho das mulheres garis, deparava-me com uma classe social gendrada, heterogênea. Eu não chegava a experimentar uma ruptura epistemológica, haja vista que continuava a pensar dialeticamente as contradições no mundo do trabalho, mas passava a compreendê-lo também a partir de uma perspectiva de gênero. Recorro novamente à Magda Soares:

[...] a visão que se perdeu, substituída por outra, a concepção que existiu e, em seguida, foi negada não eram erros depois corrigidos, nem produto de idiossincrasia em seguida afastada, nem eram menos verdadeiras que as que a substituíram, negando-as. Percebo a integridade histórica de cada uma a partir de seu próprio contexto [...] (Soares, 2001, p.32).

Os estudos de gênero e das relações sociais de sexo, estruturados no final da década de 1970, e início dos anos 1980 eram os aportes necessários para elucidar o caráter sexuado do trabalho que a pesquisa empírica revelava.

O gênero torna-se antes, uma maneira de indicar construções culturais - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (Scott, 1995, p.75).

O excerto acima é do seminal texto “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, no qual Joan Scott, da linha anglo-saxã-americana dos estudos de gênero, dá-nos régua e compasso para pensar a construção social das relações de gênero a partir de quatro elementos interrelacionados, que não necessariamente atuam de modo simultâneo: os sistemas de

significados; os esquemas normativos que traduzem as interpretações desses sentidos atribuídos; os espaços institucionais e de organização social; e as identidades subjetivas. Em todas as pesquisas que realizo estou sempre atenta a esses elementos e para as suas interconexões.

E *pari passu*, abraçava de vez a perspectiva e a prática feministas, em uma vertente comprometida com as lutas pela igualdade e justiça social, na expressão cunhada por Nancy Fraser “feminismo para os 99%”, que empunha as bandeiras da redistribuição econômica, da representação política e do reconhecimento identitário, bandeiras originais da denominada segunda onda feminista.

[...] a segunda onda do feminismo trazia um projeto político transformador, baseado no entendimento expandido de injustiça e na crítica sistêmica da sociedade capitalista. As correntes mais avançadas do movimento viram as suas lutas como multidimensionais, voltadas simultaneamente contra a exploração econômica, a hierarquia de status e a sujeição política. Para elas, o feminismo surgiu como parte de um projeto emancipatório mais amplo, onde as lutas contra injustiças de gênero estão necessariamente ligadas às lutas contra o racismo, o imperialismo, a homofobia e a dominação de classes [...] (Fraser, 2019, p. 35).

A linha francesa das relações sociais de sexo, de base marxista, contribuía de forma ainda mais significativa no campo das relações sexuais de trabalho. Danièle Kergoat (1986; 1987) e Helena Hirata (1996;2002) não analisam as desigualdades de gênero a partir dos aspectos simbólicos e normativos tal como Scott, em perspectiva pós-estruturalista, mas a partir da divisão sexual do trabalho, dialogando de forma mais estreita com o Materialismo Histórico Dialético.

Ficava ainda mais patente a impossibilidade de falar-se de forma genérica em trabalhadores; os(as) trabalhadores(as) reais têm um nome, uma origem, uma idade, uma cor de pele, uma identidade de sexo/gênero; há que se conferir a devida importância ao caráter sexuado das atividades produtivas porque as mulheres e os homens experimentam condições e situações diferenciadas de vida e trabalho, como ficou patente na pesquisa com as garis.

Abstratas generalizações, a pretexto de evitar fragmentações e decorrente fragilização de trabalhadores(as), são narrativas que terminam por escamotear uma realidade plural de trabalhadores(as). E para além do gênero, reiteramos, os(as) trabalhadores(as) vivenciam relações derivadas de diferenças de raça/etnia, faixa etária, origem, dentre outras, que também conferem heterogeneidade à classe trabalhadora e precisam ser levadas em conta, sobretudo porque o capital bem sabe utilizar-se dessas diferenças para transformá-las em desigualdades sociais.

Os diversos eixos de dominação/exploração - classe, sexo/gênero, raça/etnia - encontram-se entrelaçados. Para Audre Lorde (2019), não há “hierarquia de opressão”, embora as estatísticas evidenciem que no Brasil a desigualdade racial se superpõe à de gênero. Segundo dados do Censo do IBGE em 2022, enquanto a média salarial das mulheres era 20% da média masculina, a média salarial das mulheres negras gravitava em torno de 62% do que as mulheres recebiam e era cerca de 50% inferior à dos homens não negros.

É esse entrelaçamento que possibilita entender as desiguais relações que se estabelecem no mundo do trabalho, a partir de construção histórico-social e cultural, que reserva a mulheres e homens diferentes espaços e lugares sociais, a pretexto de diferenças naturais. Não se pode negar as diferenças biopsíquicas de fato existentes entre mulheres e homens, mas cabem ressalvas: a primeira é que tais diferenças se tornam pretexto para a construção de desigualdades; a segunda refere-se ao fato de que também há diferenças entre as mulheres, diferenças entre os homens, e de muitas características femininas e masculinas resultarem, na verdade, de processos diferenciados de socialização.

Meus estudos de gênero e relações sociais de sexo ganhariam maior refinamento no doutorado, sob a orientação da socióloga feminista Lucila Scavone. Nas minhas análises concilio as vertentes de gênero e relações sociais de sexo porque ambas vêm desnaturalizar as diferenças hierárquicas presentes nas relações de poder, dominação e exploração, explicitando o caráter histórico-social da construção de identidades sociais e revelando a forma, através da qual, naturais diferenças biológicas tornam-se fundamento de relações sociais desiguais. Nesta articulação não sigo sozinha; vou na companhia de Eleonora Menicucci de Oliveira, ex-ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, cuja presença tive a honra de ter em minha banca de defesa do doutorado. A socióloga considera os dois termos altamente polissêmicos e não os coloca em oposição “Faço uso tanto do conceito de relações de sexo como de relações de gênero porque ambos são mediados pelo poder. Eles são o princípio organizador das práticas sociais” (1997, p. 7).

No campo da Sociologia do Trabalho e Gênero, Danièle Kergoat e Helena Hirata são as mais fortes referências em minhas pesquisas; elas focalizam a interface de reestruturação produtiva e gênero, e reafirmam a centralidade social do trabalho. Não atêm sua análise à divisão social do trabalho; inserem a questão em um panorama mais amplo, que para ser compreendido requer que se leve em conta também as divisões internacional e sexual do trabalho, posto que os novos paradigmas produtivo e societário resultam da articulação dessas três dimensões. Para diminuir as porosidades do trabalho e acelerar o ritmo de produção, estas moldam a utilização de métodos e técnicas de gestão do trabalho, adaptando-os às

características socioculturais e históricas de cada país, de cada região, em novo modo de funcionamento sistêmico do capitalismo, configurado como sistema de acumulação flexível. (Hirata, 2002).

As estratégias tecnológico-organizacionais poupadoras de mão-de-obra, os mecanismos de cooptação e a flexibilização das relações de trabalho e da própria legislação trabalhista, utilizados conjuntamente, garantem o aumento da produtividade, a redução de custos, a dispersão e fragilização dos(as) trabalhadores(as) que, assim, tornam-se menos ameaçadores(as) ao capital.

Hirata (1996) observa que uma das consequências mais marcantes dos novos modelos produtivos é a instauração de amplo processo de precarização do trabalho, o que pode ser observado na instabilidade dos laços empregatícios estabelecidos, no aumento do desemprego, do subemprego, de formas atípicas de trabalho, mormente na flexibilidade no uso da mão-de-obra e consequente intensificação do trabalho.

Para Cristina Bruschini (1998), essa flexibilização de empregos e direitos trabalhistas facilitou a absorção das trabalhadoras, já afeitas à descontinuidade da vida profissional em virtude de sua identidade primordial ser cunhada a partir dos papéis desempenhados no espaço doméstico-familiar.

Da mesma forma, a ampliação de serviços remunerados conforme a produção - prática largamente utilizada pelo sistema de acumulação flexível - corroborou para aumentar a parcela feminina da mão de obra, porque esta modalidade ajusta-se às necessidades das mulheres que acumulam afazeres domésticos e extra domésticos, que arcam com a sobrecarga de dupla ou tripla jornada de trabalho. Assim, se a reestruturação produtiva amplia as oportunidades de trabalho feminino, o faz em um quadro de precarização deste.

Gênero e classes sociais são categorias complementares uma vez que cada qual, isoladamente, não daria conta de explicar as desiguais relações que se estabelecem no mundo do trabalho, a partir de construção histórico-social e cultural, que reserva a mulheres e homens diferentes espaços, posições e lugares sociais, a pretexto de diferenças naturais.

A divisão sexual do trabalho tem como princípios organizadores: a separação e a hierarquização (Hirata; Kergoat, 2007). A separação ou segregação horizontal refere-se à divisão sexuada dos setores laborais, restando às mulheres os menos valorizados e pior remunerados.

Embora as mulheres venham crescentemente ampliando a sua atuação em espaços tradicionalmente considerados masculinos, o contrário raramente acontece: os homens adentrarem setores feminizados e já desvalorizados. E nos que agregam tanto trabalhadoras quanto

trabalhadores, os homens encontram-se melhor posicionados, consoante o princípio da hierarquização, da segregação vertical. É o *script* sexuado do trabalho: hegemonia masculina de progressão nas carreiras, nos espaços laborais.

É preciso considerar também, na divisão sexual do trabalho, a bipolaridade do trabalho feminino, isto é, um pequeno percentual de mulheres qualificadas, com elevado grau de escolaridade, em profissões de prestígio - ainda que nestas defrontem-se com maiores dificuldades e obstáculos à ascensão na hierarquia ocupacional. O fato de haver algumas mulheres bem posicionadas no mercado de trabalho é utilizado como pretexto ideológico de negação ou ocultamento de uma realidade na qual as mulheres, majoritariamente exercem, não raro, atividades precárias e informais, de mais baixa remuneração, mesmo quando têm escolaridade mais elevada do que a dos homens.

Se as desigualdades construídas a partir das diferenças antecedem o capitalismo, este as potencializa. A discriminação das mulheres na divisão sexual do trabalho, não deixa de impactar o trabalho dos homens, incidindo, assim, sobre a totalidade dos(as) trabalhadores(as). Hirata (2002), ao analisar os efeitos diferenciados de crises econômicas sobre o emprego de acordo com os sexos - que se traduzem em flutuações mais acentuadas de emprego da mão de obra feminina - faz referência a um papel de exército industrial de reserva latente, desempenhado pelas trabalhadoras, na medida em que estas são mais passíveis de serem, em alta rotatividade, incorporadas no mercado de trabalho, ou dele excluídas. Vale lembrar que a existência de desempregados(as) exerce pressão sobre quem está empregado(a), pela possibilidade concreta da sua substituição. Da mesma forma a média salarial mais baixa das mulheres trabalhadoras ameaça, pela concorrência, a média salarial mais elevada dos homens no mercado de trabalho, pela possibilidade de sua substituição por quem se disponha a trabalhar por salários mais baixos. As desigualdades entre mulheres e homens, no mercado de trabalho permitem, de imediato, mais intensa exploração das mulheres, mas mediatamente, como efeito bumerangue, terminam por intensificar a exploração dos homens trabalhadores.

Atualmente observamos estratégias de reconversão dos princípios da separação e hierarquização na divisão sexual do trabalho, para mantê-los sob novas roupagens.

Evidentemente não podem ser desconsideradas as mudanças efetivas, o avanço das mulheres nos múltiplos espaços sociais, e em especial nos laborais, a partir do último quartel do século XX, mas continua existindo, ainda que de forma mais sutil, um processo contínuo e complexo de produção de mecanismos para a manutenção de um sistema de desigualdades entre sexos que, vale frisar, é marcado por permanências e mudanças. Bourdieu alerta para a

possibilidade de as mudanças, muitas vezes, ocultarem, “de fato, a permanência nas posições relativas.” (1999, p. 108).

Para melhor compreendermos as relações sociais, e dentre estas especificamente as de gênero, é necessário observar essa dança dialética das permanências e mudanças.

As pesquisas que vimos realizando, na linha de gênero e trabalho, têm possibilitado analisar a divisão sexual do trabalho, seus pilares estruturantes - separação e hierarquização -, e apreender o sentido de tais mudanças e permanências.

Se pudemos observá-lo no setor de serviços, na pesquisa acerca das mulheres garis: elas, na vassoura, em posição subordinada, eles no carrinho de mão em posição de mando, também foi possível percebê-lo no setor industrial.

4-2 A divisão sexual na indústria calçadista de Franca-SP

Os processos da separação e da hierarquização também estão presentes na indústria de calçados de Franca, interior paulista, que pesquisamos no doutorado, focalizando, a partir de estudo de caso de uma das maiores fábricas de calçados da cidade, os impactos da reestruturação produtiva sobre a divisão sexual nela existente; buscando as condições materiais de vida e trabalho das sapateiras, bem como aspectos simbólicos das suas representações e subjetividades.

Figura 4 – Sapateiras na fábrica de calçados de Franca (SP)



Fonte: Foto de Maria Madalena Gracioli. Arquivo pessoal da autora.

Elas estavam concentradas em cargos auxiliares, serviços e de natureza assistencial. No setor de produção, havia predomínio de mulheres nos serviços de colagem - as “coladeiras” - de chanfrar, dobrar e carimbar, funções que pelo caráter repetitivo são mais suscetíveis ao desenvolvimento de doenças profissionais como LER/DORT - lesões por esforços repetitivos / distúrbios osteomoleculares relacionados ao trabalho. Eram funções atribuídas às mulheres, de forma essencializadora, ainda que a naturalização não fosse assumida ou percebida.

Para um diretor de Recursos Humanos, com quem conversamos, na fábrica não havia qualquer espécie de discriminação; todos(as) os(as) trabalhadores(as), independentemente de seu sexo, tinham as mesmas oportunidades. O fato de a colagem ficar a cargo das trabalhadoras, para ele, diria respeito a “uma questão cultural... a mulher tem mais habilidade em trabalho manual”.

Havia poucas mulheres respondendo por tarefas centrais do processo produtivo, de maior complexidade e melhor remuneradas, a exemplo do corte, que ficava quase que exclusivamente a cargo de homens.

O mesmo ocorria com a mão-de-obra indireta - chefia, administração, gerência, supervisão, administração e conservação. Também aí eram contratadas mulheres para cargos auxiliares, assistenciais, assemelhados às tarefas domésticas, e identificados com as sensibilidades corporais das mulheres, a exemplo de auxiliar de enfermagem, secretária, auxiliar de contabilidade, auxiliar de departamento pessoal, copeira e cozinheira.

Assim como no trabalho de varrição de ruas, a maternagem assustava os(as) empresários(as) do calçado; eles(as) anteviam as possíveis ausências ao trabalho, das mães operárias, por demandas de seus(suas) filhos(as).

A divisão sexual na produção é profundamente impactada pela divisão sexual precedente que designa aos homens a esfera produtiva e às mulheres, a esfera reprodutiva²⁴

O que de fato cerceia as mulheres não é, pois, a maternidade em si e sim a forma de maternagem, o cuidado dos(as) filhos(as) que são muito mais assumidos(as) pelas mães do que pelos pais.

Porque a mulher, ela precisa sair mais, porque igual às vezes, pra levar um filho no médico ... igual eu, eu sou separada, o que tem que fazer tem que ser eu, é eu e eu mesmo. Então às vezes a gente tem que tá pegando autorização ... o homem sai menos, ele num tem... Tem preocupação, mas num é tanta

²⁴ A esfera reprodutiva também é produtiva, ainda que não seja assim reconhecida. É energia física e mental dispendida na produção de bens e serviços que satisfazem as necessidades humanas, dos quais indiretamente o capital se apropria, e garantem a existência de nova geração de trabalhadores(as).

igual à mulher... E parece que eles é tratado com mais firmeza do que nós mulher, né? É considerado melhor. É que num sai muito, num dá problema em seção e mulher tem ... Tem chefe que é assim, se a mulher ficou grávida, ele já num quer na seção. Igual eu, quando fiquei grávida ... eu trabalhava com um chefe que falou que quando voltasse ele num queria mais na seção:
 _ Aí, tá grávida, fica saindo pra ir no médico, aí depois vem com menino, tem que ficar saindo pra levar menino no médico; não, num quero, eu quero é homem na seção (Renata).

A gravidez é esvaziada do seu sentido social. Daune-Richard e Devreux assinalam o caráter social da procriação, da produção de filhos. *“La reproduction n’est pas une simple duplication (production du même) mais bien, un processus, continu et complexe, de production des conditions d’existence d’un système”* (1992, p.19)²⁵.

Referindo-se às mulheres que acumulam a produção e a reprodução social, no modelo de conciliação (Hirata; Kergoat, 2008), que resulta em dupla, tríplice ou mais, jornadas de trabalho, Abramo (*apud* Brito e Oliveira, 1997), com muita pertinência, afirma pairar sobre a trabalhadora a sombra de uma outra mulher, vinculada à vida doméstica, que a limita, cerceia e tolhe os seus passos.

No bojo dessa complexa conciliação das esferas pessoal e profissional, temos a questão de trabalhadoras grávidas ou em licença pós parto, que vivenciavam práticas discriminatórias. Essas situações são tratadas como pessoais, individuais, e esvaziadas de sua dimensão social, já que gestação, parto, aleitamento não dizem respeito apenas à vida privada, mas garantem a continuidade da espécie humana, e asseguram as novas gerações de trabalhadores(as). Trata-se de mais um processo de naturalização do social, e individualização do que é coletivo.

Ainda que a legislação trabalhista não permita a demissão de trabalhadoras gestantes e em licença-maternidade, as trabalhadoras sofrem pressão para não engravidarem. É significativa a quantidade de cartas de liberação solicitadas ao Sindicato dos Sapateiros, por operárias ao final da gravidez ou logo após o parto, no intuito de fazerem acordos, momentânea e aparentemente mais vantajosos, para desligarem-se da empresa. Elas renunciam à estabilidade legal a que teriam direito, por saberem de antemão as dificuldades - e até possíveis perseguições - que encontrarão no retorno ao trabalho após o término da licença, como puérperas, mães de lactentes, mulheres que maternam.

²⁵ A reprodução não é mera duplicação (produção do mesmo), mas um processo contínuo e complexo de produção das condições de existência de um sistema. (Tradução livre da autora).

A economia feminista oferece-nos algumas metáforas que traduzem as dificuldades do modelo de conciliação, o que explica o “entra e sai” dos empregos - nomadismos temporais-, o absenteísmo, trabalhos em meio período, com horários mais flexíveis, em face das necessidades da família, que, sem dúvidas, têm forte impacto nas trajetórias profissionais. São conceitos complementares o Teto de vidro (*glass ceiling*) - barreiras invisíveis para acesso a altos cargos, e o Piso pegajoso (*sticky floor*) - profissões, setores, funções menos valorizadas, em regimes de trabalho mais flexíveis, que possibilitam tal conciliação.

Da mesma forma que encontramos, entre as garís, um estranhamento ou rejeição da alternativa de chefia feminina, também as sapateiras revelaram um sentimento de autodesvalorização, quando indagadas sobre a presença de homens nas tarefas mais simples e pior remuneradas, que elas realizam.

Eu acho que colar peça é mais pra mulher ... parece que é mais fácil ... Uai, eu penso assim, porque o homem de família ele vai ganhar pouco pra colar peça (Ivana).

O homem ganhar salário mínimo é meio difícil... pra mulher também é difícil, mas só que, geralmente, quando ela é casada, ela tá, às vezes, trabalhando para ajudar o marido então, não é tão assim... ela ter um salário maior, né? (Cida).

Essas palavras explicitam a ocorrência de um processo de internalização de padrões androcêntricos, socialmente construídos; o trabalho mais fácil de executar e mal remunerado configura-se como algo não adequado aos homens, mas perfeitamente, às mulheres. E explicitam ainda a representação do salário da mulher como ganho complementar e acessório, em introjeção da ideia, socialmente construída, de que a identidade prioritária da mulher é doméstica, e a do homem, profissional.

Observando os dados do Censo do IBGE de 2022, verificamos que não se trata de ganhos complementares; 49,1% dos lares brasileiros eram chefiados por mulheres, o que correspondia a 36 milhões de domicílios. Se a média salarial das mulheres é aproximadamente 20% inferior à dos homens e se cresce o número de lares chefiados por mulheres, estamos diante de um processo de empobrecimento social, de feminização da pobreza.

Mas elas enxergam pelo olhar masculino:

Como estamos incluídos, como homem ou mulher, no próprio objeto que nos esforçamos por apreender, incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem

masculina; arriscamo-nos, pois, a recorrer, para pensar a dominação masculina, a modos de pensamento que são eles próprios produto da dominação (Bourdieu, 1999, p. 13).

Quando indagadas sobre mulheres em posição de chefia, expressavam certo estranhamento:

Geralmente são os homens, assim, os mais escolhidos, né? Você mesmo vê, né? Igual tem uma subchefe só no barracão de cá, tá? (Melissa).

Ou então um “apagamento de gênero” - conceito que expressa a adoção de um padrão mais rígido e exigente, de uma postura mais masculina, para ser acatada – nas palavras de uma das poucas mulheres em cargo de chefe de expedição que, diga-se de passagem, não é chefia de alto escalão.

A gente tem que ser muito decidida, tem que ser muito firme. Se você for uma pessoa calma e que qualquer coisa te assusta... eu acho que você não teria condição. Você teria que ter seu lado, vamos assim dizer... masculino mais forte do que o feminino... (Jovana).

A dominação masculina é uma das formas de dominação simbólica - sistema de relações que a despeito de apresentar-se como natural, é fenômeno histórico, social e culturalmente produzido. As relações verticalizadas são criadas na objetividade de ações institucionais que estabelecem formas de divisão de espaços e papéis sociais.

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizante. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos [...] A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho (Bourdieu, 1999, p. 18-20).

Tais construções objetivas subjetivam-se sob forma de esquemas cognitivos, de sistemas de percepções que tomam o princípio masculino como parâmetro. E aí reside a violência simbólica que se ancora nos canais da comunicação, do conhecimento, e que pode se valer de um idioma, de um estilo de vida, de uma cor de pele, e no caso particular, de um sexo específico. Violência que, para realizar-se, busca o consentimento dos(as) dominados(as).

A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus*: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais. Por conseguinte, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas. E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se veem envolvidas, esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica (Bourdieu, 1999, p. 45).

Por certo não se deve creditar à categoria *habitus* um caráter de estrutura fixa e imutável, propulsora de práticas sociais homogêneas e predefinidas. Os *habitus*, se, de um lado, revelam a força instituinte das estruturas, de outro não se estabelecem de forma mecânica. Eles passam pelo filtro de agentes sociais que não são meros reflexos passivos das estruturas sociais. Daí abrir-se a possibilidade não só de reproduções, mas também de contraposições.

Bourdieu muito contribui para o entendimento das relações de gênero, ao elucidar os mecanismos da dominação que, gerada em instâncias objetivas, reproduz-se através da subjetivação. A própria mulher internaliza princípios androcêntricos, introjeta o paradigma de relações hierarquizadas, desiguais e de opressão, objetivamente construídas; há todo um sistema de estruturas inscritas nas coisas e nos corpos, que se legitima pela subjetivação.

As relações de gênero são transversais, perpassam todos os espaços sociais, todas as instâncias da existência humana; se podem ser observadas na materialidade dos universos doméstico e profissional, também se fazem presentes nas elaborações simbólicas, e para elucidá-las, penso que são nucleares as elaborações de Bourdieu (1999) acerca dos mecanismos simbólicos de dominação, acerca do processo de subjetivação de estruturas sociais, acerca da construção das identidades de gênero. Em cada momento histórico específico, um processo de socialização, efetivado por indivíduos e/ou instituições, responde pela internalização, nos sujeitos sociais, dos traços constituintes da sociedade em que se inserem.

Ocorre uma subjetivação da objetividade e uma objetivação, através de ações sociais, dessa internalização socialmente produzida. Assim, aspectos objetivos e subjetivos interagem

incessantemente na construção das ordens material e simbólica de dominação e desigualdades, o que explica os achados da divisão sexual nos espaços doméstico e profissional, nas pesquisas que realizamos.

É importante ressaltar também que procuramos na indústria calçadista de Franca, os impactos da reestruturação produtiva sobre a divisão sexual do trabalho no cenário de uma divisão social, sexual e internacional do trabalho. Foi possível perceber como a sobrevivência no competitivo mercado globalizado é assegurada por meio de maior produtividade com menores custos, o que, em larga medida, é possibilitado pela divisão sexual e exploração do trabalho, não raro, veladas pela naturalização do que é socialmente construído e por laços de pretensa cooperação e parceria entre empregados(as) e empregadores(as). O caráter paternalista de gestão contribui para desenvolver uma perspectiva individualista nos(as) trabalhadores(as) que quebra a consciência de que se é parte integrante de uma classe, que vive situações semelhantes e tem interesses comuns

[...] Agora é diferente, hoje é grupo. Trabalhei na esteira também, cada um fazendo uma operação, mas aí já era por hora. No grupo a gente se esforça mais, né? Ganha mais, mas eu acho que a gente fica muito é, como fala? Individualista, cada um por si. É, cada um cuida do seu grupo o meu grupo vizinho eu não sei quanto que ele ganha, eu não sei de nada deles (Ione).

O caráter paternalista de gestão, com profunda incidência nas relações de gênero e classe social, também encontrei no setor calçadista de Portugal, em pesquisa que realizei no Centro de Estudos Sociais/Universidade de Coimbra em 2017, em estágio pós-doutoral sob a supervisão do Prof. Dr. Elísio Guerreiro do Estanque, que apresento a seguir.

4-3 A divisão sexual na produção calçadista portuguesa, em análise comparativa

As relações sociais de sexo e gênero e a divisão sexual do trabalho na indústria calçadista de Portugal, na região de São João da Madeira, então considerada por sua relevância, a capital portuguesa do calçado, foram analisadas, comparativamente, aos achados da pesquisa realizada em Franca (SP), à época também considerada a capital brasileira do calçado masculino. Como a pesquisa do setor calçadista brasileiro foi realizada no início dos anos 2000, procedemos a pontuais atualizações de dados e informações do setor calçadista francano, antes da ida a Portugal.

As dimensões materiais do trabalho e os aspectos simbólicos das identidades subjetivas e representações sociais construídas nesses espaços laborais foram analisados a

partir de estudo de caso de uma importante fábrica de cada país, com replicação dos procedimentos metodológicos: pesquisas bibliográfica e documental, observação sistemática dos espaços fabris, entrevistas semiestruturadas com operários(as), gestores(as) empresariais e dirigentes sindicais. A ancoragem teórica nos estudos das relações sociais de sexo e gênero, e das representações sociais, foi na pesquisa em Portugal, enriquecida com textos de Michael Burawoy (2009) - sobre o estudo de caso em perspectiva alargada -, e dos(as) sociólogos(as) portugueses(as) Elísio Estanque (2000) - relações de classe na produção industrial calçadista - e Virgínia Ferreira (1998/1999; 2002) - relações de trabalho em Portugal sob a perspectiva de gênero.

A epígrafe do relatório que apresentei ao término do pós-doutorado são os versos “Mas a vida não mudava, mudando só de lugar”, da música Ventania, de Geraldo Vandré e Hilton Acioli, gravada em 1968, por termos percebido nesse exercício de análise comparativa internacional que, a despeito das diferenças existentes, haja vista falarmos de países do Sul e do Norte global, espaços geopolíticos desiguais, deparamo-nos com muitas semelhanças, sobretudo na divisão sexual do trabalho.

Retornamos à referência anterior sobre um elemento comum aos dois espaços produtivos - o caráter paternalista e crescente individualismo dos(as) trabalhadores(as), bem expressos nas palavras de uma sindicalista portuguesa que entrevistamos.

[...] toda gente esconde aquilo que ganha, aquilo que a empresa dá. Quer dizer, numa grande empresa é mais difícil de esconder, porque temos mais organização e é mais fácil controlar isso, mas nas pequenas empresas [...] Mesmo nós, quando queremos fazer algum estudo, a ver se as empresas até pagam mais, o que é que pagam ou não pagam, ninguém diz o salário que ganha, a não ser aqueles que ganham os mínimos da lei (sindicalista).

No bojo de um sistêmico processo de mudança de hábitos e estilos de vida, muitos(as) trabalhadores(as) hoje revelam o desejo prioritário de ingressar na classe média ou no espaço das elites, para realizar sonhos de consumo, o que azeita a máquina da economia política capitalista.

Agora toda gente tem um telemóvel, tem um computador, e não há um diálogo, não há um convívio como havia antigamente; as pessoas mal se falam. Está cada um no seu telemóvel, cada um a ver as suas coisas, não há convivência [...] (sindicalista).

A sindicalista entrevistada trouxe, ainda, na imbricação de gênero-classe social, a questão geracional, ao referir-se à problemática da partilha das tarefas domésticas:

Então temos essas duas situações: temos aqueles mais antigos que não partilham absolutamente nada, que saem do trabalhinho e vão beber uma cerveja ou um café, e depois chegam em casa à hora do jantar e tem que estar tudo na mesa. E temos os jovens, isso é uma realidade, que já partilham tudo (sindicalista).

Por outro lado, considera que a nova geração, apesar de vivenciar uma maior igualdade de sexo/gênero - ou no mínimo relações menos desiguais -, apresenta menor nível de consciência de classe e de combatividade do que a geração mais velha.

Eu acho que os jovens têm a parte positiva, que já partilham mais as tarefas, mas também tem a parte negativa, porque quando chegam ao mundo do trabalho, acham que não foram outras pessoas que conquistaram essas regras, acham que foram dadas ou pela empresa, ou pelo governo, situações que aconteceram normalmente. Mas não [...] portanto eles não têm esta percepção, que todas as regras que temos no mundo do trabalho, os salários que temos, os benefícios de férias, Natal, os subsídios que temos, foram coisas que custaram muito a outras pessoas. E, portanto, eles acham que os sindicatos, que até não tem papel muito importante, porque o que existe é porque alguém quer dar. E eu acho que é isso que nós precisamos, é de que os jovens tenham a noção de que o que temos agora, foram outras pessoas que tiveram que fazer muita coisa para conseguirmos [...] (sindicalista).

De um lado, temos as lutas e conquistas dos movimentos feministas e de mulheres pela igualdade de gênero que colocam em xeque antigos padrões e valores sexistas. As desigualdades desta natureza ainda são muito grandes, mesmo quando sutis e veladas. Mas há hoje um candente debate de gênero, e as novas gerações, talvez mais do que as anteriores, são por ele impactadas, tendendo a ser menos tolerantes às explorações e violências sexistas, e mais atentas à necessidade de partilhamento das tarefas domésticas. De outro, no que tange às relações classistas, observa-se o arrefecimento das mobilizações e lutas de trabalhadores(as).

O neoliberalismo, ora hegemônico, produz trabalhadores(as) mais heterogêneos(as) e fragmentados(a), com impacto também na taxa de sindicalização que é decrescente tanto no segmento calçadista brasileiro quanto no português.

Ademais, a sindicalização é gendrada.

Para Ferreira (2002), os sindicatos têm um histórico de práticas excludentes e segregadoras das mulheres, que remonta ao início da Revolução Industrial, indo do impedimento de sua filiação até à convivência com desigualdades de gênero institucionalizadas, e chegando até mesmo a atuarem como cúmplices e promotores de tais desigualdades. Quando levantavam a bandeira da igualdade salarial, os sindicatos faziam-no na verdade, em defesa do emprego do homem, considerado segundo a ideologia patriarcal, o provedor da família. Ou seja: a luta pela igualdade de salário entre mulheres e homens fazia

sentido tão somente para impedir que a mão de obra masculina pudesse ser substituída por outra mais barata. A autora observa que ficaram as sequelas dessa prática discriminatória, patente na menor importância atribuída à problemática de gênero no seio da classe trabalhadora, posto que as entidades sindicais muitas vezes ainda se encontram imbuídas da concepção de um trabalhador universal, personificado no homem trabalhador (Ferreira, 2002).

O passeio pelo espaço produtivo da fábrica portuguesa é uma “viagem” intercontinental, ilustrativa da produção globalizada: praticamente a totalidade dos componentes é produzida pelo grupo empresarial, mas em unidades fabris situadas em diversos países. Assim, a efetiva produção do calçado resume-se, na verdade, a um processo final de montagem, quando são reunidos gáspeas²⁶, palmilhas, solados e demais componentes, oriundos de diferentes lugares.

Quanto ao padrão de vida e nível de escolaridade e informação, os(as) trabalhadores(as) do norte global estão em patamar superior ao dos(as) brasileiros(as). Aproximadamente 40% concluíram o ensino secundário, e 36%, o 3º ciclo do ensino básico, e mais de 6% são bacharéis, licenciados(as) ou mestres(as). Alguns(mas) revelaram ter casa e carro próprios, referiram-se a leituras, atividades de lazer e viagens no tempo do não-trabalho, parecendo-nos distantes do horizonte dos(as) brasileiros(as) entrevistados(as).

Muitos(as) dominavam o idioma inglês, quesito muito valorizado pela empresa, por facilitar o remanejamento dos(as) trabalhadoras(as) entre as diferentes unidades fabris da empresa transnacional. Vale registrar que esta peculiaridade pesava na divisão sexual do trabalho, porque as mudanças, os deslocamentos, que eram levados em conta nos processos de promoção, de valorização funcional, eram mais difíceis para as mulheres, em virtude dos laços familiares²⁷.

A desigualdade de gênero estabelecida na separação das esferas reprodutiva e produtiva estende-se à produção social; a exemplo da fábrica brasileira, também na lusitana, foi possível constatar uma divisão técnica do trabalho com predomínio de homens nos setores mais mecanizados, especialmente na montagem, e de mulheres em funções mais manuais, como o setor de acabamento. Tal divisão era naturalizada, por supostas maior força física dos homens e mais paciência e capricho das mulheres.

²⁶ Gáspea é a parte de cima da frente do calçado, que vai do início do peito do pé até o bico; palmilha é o revestimento interior da sola do calçado; solado é o conjunto de peças na parte inferior do sapato que fica entre o pé e o chão.

²⁷ A identidade prioritária da mulher foi forjada a partir da esfera reprodutiva – mãe, esposa, dona de casa. Assim, no imaginário social, em nível das representações sociais considera-se que a vida familiar não pode prejudicar a vida profissional do homem, enquanto que a vida profissional da mulher não pode trazer danos à família.

Há trabalho que é mais adequado ao homem até pelo esforço físico [...] a mulher também é capaz de fazer o que o homem faz só que é mais puxado em termos físicos (Manuel).

As atividades mais mecanizadas eram, nas duas unidades fabris realizadas predominantemente por homens, enquanto as mais manuais, por mulheres. Assim, a tecnologia colocada a serviço da divisão sexual do trabalho incide de forma diferenciada até mesmo nas doenças profissionais. A mais comum delas, que acomete sobretudo as mulheres pelo exercício de tarefas realizadas à custa de gestos repetitivos, reiteramos, é a tendinite.

[...] provocam mais tendinite, porque são os trabalhos mais leves, mas sempre a fazer as mesmas coisas [...] mais repetitivos.
Os dos homens não, já são trabalhos diferentes (Luciana).

Ou seja: se, de um lado, há um discurso em prol do bem-estar da trabalhadora, ao poupá-la de excessivo esforço físico na atribuição de tarefas consideradas mais leves, de outro, contraditoriamente, ela acaba desempenhando atividades prejudiciais à saúde, sob o pretexto de sua maior habilidade manual que, diga-se de passagem, não é reconhecida como qualificação que faça jus a remunerações adicionais, posto que não adquirida por processos formativos institucionalizados, e muitas operárias introjetam essa desvalorização social dos próprios saberes.

Na divisão sexual do trabalho os altos cargos são masculinos: 60% dos(as) trabalhadores(as) eram mulheres, e elas ocupavam 40% dos postos de chefia - e chefias de baixo ou intermediário escalão. Destarte, no interior dos próprios cargos de autoridade os princípios da separação e da hierarquização faziam-se presentes.

Em relação à sub-representação das mulheres trabalhadoras em cargos de autoridade, o diretor geral da fábrica aventou a possibilidade dessa defasagem resultar de uma “escolha” que a própria trabalhadora faz entre carreira e família.

Na perspectiva marxiana a liberdade pressupõe a possibilidade de agir para atendimento das próprias necessidades, pressupõe escolhas reais; caso contrário, deparamo-nos com trabalho forçado, que não implica na “satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades” (Marx, 2005, p. 114). No caso específico das trabalhadoras da fábrica, essa escolha é questionável, se considerarmos a força do “pisso pegajoso”, do “teto de vidro”, barreiras invisíveis, mas perceptíveis. Inclusive algumas barreiras são colocadas como medidas protetivas às mulheres, tal como a restrição do seu

trabalho em diversos setores, funções e horários, considerados inadequados; uma espécie de tutela que não raro resulta em discriminação. Mas o que fala mais alto é o estereótipo da autoridade como lugar masculino.

Num lugar onde trabalham muitos homens acho que uma chefe nunca é tão respeitada como outro homem naquela área (Vicente).

Usualmente [os homens] são mais compreensíveis que as mulheres, são. Acho que às vezes muita mulher junta é complicado. [para chefiar] os homens são mais tranquilos [...] não são tão mesquinhos com coisas superficiais (Ana).

E as desigualdades de gênero são pervasivas; não marcam apenas as classes subalternizadas; estão presentes em segmentos sociais privilegiados. Em uma publicação comemorativa do cinquentenário do grupo empresarial calçadista europeu, consta o relato da filha do proprietário, que o sucedeu na gestão, após o seu falecimento: “a princípio encarregavam-me de várias responsabilidades, mas não me davam autoridade real para as desempenhar”.

Essas concepções sexistas acerca dos cargos de autoridade que evidenciam a dimensão simbólica da divisão sexual do trabalho, foram por nós encontradas também no setor industrial farmacêutico, sobre o qual passamos, a discorrer. Elas revelam empiricamente os processos de subjetivação de estruturas sociais objetivas analisados por Bourdieu (1999).

4-4 O trabalho da mulher na indústria farmacêutica de Anápolis-GO

Também na pesquisa sobre a mulher trabalhadora na indústria farmacêutica de Anápolis (GO), desenvolvida de 2004 a 2005, com foco nas condições materiais de trabalho e nas instâncias subjetivas, foi possível constatar a recorrente divisão sexual do trabalho em desfavor da mulher, até mesmo na classe patronal. A transversalidade das relações sociais de sexo/gênero que encontramos na fábrica de calçados em Portugal também detectamos no Polo Farmacêutico de Anápolis (GO); apenas uma das 19 indústrias então existentes tinha mulher como proprietária e esta, por sinal, era esposa de um proprietário de outra empresa do mesmo ramo.

O Polo Farmacêutico de Anápolis é uma das maiores concentrações de laboratórios voltados, sobretudo, à produção de medicamentos genéricos, dotados de tecnologia de ponta e alta flexibilidade produtiva.

Além da pesquisa documental e bibliográfica, procedemos à pesquisa de campo: observação sistemática do espaço fabril e à aplicação de questionários (com perguntas fechadas e abertas) que foram encaminhados ao setor de Recursos Humanos das indústrias, para serem repassados às operárias da produção. Dos 258 questionários impressos distribuídos, retornaram 122, ou seja, 47,3% destes que perfizeram 7% das mulheres empregadas nas indústrias pesquisadas. Como não tivemos autorização para entregá-los pessoalmente, oito deles foram respondidos por funcionárias administrativas e de serviços gerais, fugindo ao critério inicial - trabalhadoras da produção - mas também contribuíram para a análise realizada.

No projeto original prevíamos a realização de entrevistas, mas os obstáculos para ingresso nas fábricas e contato direto com as funcionárias conduziram à mudança da metodologia. Foram realizadas entrevistas apenas com diretores(as) dos Sindicatos, patronal e de trabalhadores(as).

O quadro funcional das empresas pesquisadas era, em seu conjunto, constituído por 44,2% de mulheres e 55,8% de homens, sendo elevado o percentual de mulheres que trabalhavam como auxiliares de produção, base da hierarquia da produção industrial - funções menos valorizadas e pior remuneradas.

E o processo de achatamento salarial era potencializado com casos de registro em carteira profissional de funções de mais baixa remuneração e execução de outras, às quais deveriam ser atribuídos salários mais elevados.

Às vezes tenho que fazer coisas que não é minha obrigação e, portanto, recebo bem menos que os capacitados a essa função.”

Às vezes faço concerto (*sic*) em máquinas que os mecânicos não fazem e ganham mais que eu”.

O princípio da separação evidenciava-se na concentração de mulheres em funções auxiliares e pior remuneradas, naturalizada pelos argumentos de menor força física, maior paciência e esmero das mulheres.

O princípio da hierarquização revelava-se no elevado percentual de gestores masculinos - 84,6%, - e reduzido percentual das operárias em cargos de gestão, 15,4%. Das 122 respondentes, apenas dez trabalhadoras da produção declararam-se supervisoras ou coordenadoras. Embora este não tenha sido o foco da pesquisa, a imbricação de raça saltava aos olhos: não havia diretores(as) e gerentes(as) negros e negras.

A desigualdade na divisão sexual do trabalho não foi apontada por cerca de 80% das trabalhadoras pesquisadas e quando a admitiam, justificavam-na como mera decorrência da remuneração diferenciada segundo cargos, funções e respectivos graus de responsabilidade, complexidade, além de nível de exigência de qualificação e tempo de trabalho. É evidente que o leque de ocupações em uma fábrica abrange diferentes funções e faixas salariais e que, em uma mesma função, em um mesmo serviço, a isonomia salarial é obrigatória; porém, para não transgredir a legislação, basta concentrar as mulheres em funções hierarquicamente inferiores e pior remuneradas. Assim fica configurado que ganham menos não porque sejam mulheres, mas porque desempenham tarefas inseridas em faixas salariais mais baixas, mesmo quando têm escolaridade mais elevada do que a dos homens, o que em tese seria um dos quesitos de valorização profissional. No caso específico analisado, as operárias tinham majoritariamente Ensino Médio Completo

Ainda que tenham sido poucas as vozes, havia falas reveladoras da consciência de discriminação: “Os homens têm mais chance para crescimento, têm mais oportunidades”. “Os setores em que os homens trabalham são mais favoráveis”.

As vozes que não a revelavam, não a percebiam ou tinham medo de dizer?

“Reclamações diminuem as oportunidades, por isso, ficamos caladas”

Também neste setor laboral, as trabalhadoras são mais suscetíveis ao desenvolvimento de LER/DORT, pela execução de gestos repetitivos. Uma dirigente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químico-Farmacêuticas de Anápolis entrevistada relatou que muitas mulheres ficam incapacitadas até mesmo para pentear os cabelos, passar um batom ou mesmo para abrir o zíper da própria bolsa. Afirmou que elas chegam a ter problemas conjugais, porque embora a enfermidade incomode e invalide, é praticamente imperceptível a terceiros, o que leva alguns cônjuges a desqualificarem as queixas de suas mulheres, atribuindo-as a “manha ou preguiça”.

Conseguimos acesso ao interior de apenas uma indústria, posto que o setor é hermético; segundo gestores(as) tal conduta é inevitável em face da acirrada concorrência no mercado e aos esquemas confidenciais que envolvem a produção de medicamentos. Foi possível observar o maciço investimento em tecnologia poupadora de mão-de-obra e o exercício de atividades extremamente repetitivas nas quais as mulheres estavam concentradas.

No setor de envasamento, uma das máquinas que realizava múltiplas operações contava com apenas três funcionárias que, de forma mecânica, repetiam infinitas vezes, o mesmo gesto.

Outra máquina era operada por duas funcionárias que ficavam confinadas em um compartimento-estufa, vestindo roupas assépticas e muito quentes, sem poderem sair sequer para tomar água ou ir ao banheiro, no intuito de evitar a circulação de ar que poderia contaminar o produto.

Em outro setor, de controle da qualidade de injetáveis, onde trabalhavam somente mulheres, elas repetiam incessantemente a mesma sequência de movimentos: encaixavam simultaneamente em suas mãos várias ampolas, analisavam-nas contra um negatoscópio para separação e descarte das que contivessem partículas impróprias. Precisão de um robô; desgaste de um ser humano.

Após este relato de pesquisas que focalizaram as relações sociais de sexo e gênero, e a divisão sexual do trabalho no setor industrial - de calçados e de fármacos, voltamo-nos para o feminilizado e feminizado ²⁸setor confeccionista.

4-5 O trabalho da mulher no setor confeccionista

Do final de 2010 ao início de 2012, em pouco mais de um ano, desenvolvi o projeto de pesquisa “A feminização do setor confeccionista em Uberlândia (MG): representações sociais e condições de trabalho”, focalizando a divisão sexual do trabalho em um segmento significativo na economia de Uberlândia, que respondia pela produção média de 5500 peças/mês.

O estudo, de natureza qualitativa, valeu-se de pesquisas documentais e bibliográficas, bem como de pesquisa de campo, por meio de observação sistemática dos espaços de trabalho, da aplicação de questionários e realização de entrevistas semiestruturadas com trabalhadoras do setor. Cerca de 90% do segmento são constituídos por mulheres: o trabalho é precarizado, terceiriza determinadas etapas da produção para redução de custos e utiliza-se, em larga medida, de atividades faccionistas²⁹, nas quais predominam as mulheres. Estas perfaziam aproximadamente 40% da produção local. O caráter mais flexível dessas atividades

²⁸ Para Yannoulas (2013), a feminilização tem conotação quantitativa, de aumento numérico de pessoas do sexo feminino na composição da mão de obra de uma ocupação ou profissão específica, enquanto o significado da feminização é qualitativo, em termos de características de ocupações vinculadas a práticas sociais e simbólicas de representação do feminino, predominantes em determinados lugares e épocas.

²⁹ As atividades faccionistas envolvem o acabamento de peças de vestuário contratadas por empresas, como mão de obra terceirizada.

possibilita às mulheres o acúmulo das atividades da produção e reprodução social, ainda considerada sua competência exclusiva ou predominante.

O aspecto simbólico das representações sexistas também corrobora o processo de feminização do setor, como bem expressam as palavras de uma funcionária do SindiVestu - Sindicato das Indústrias do Vestuário de Uberlândia:

As mulheres constituem 90% a 95% do quadro de trabalhadores do setor. Há homens apenas em escritórios, na expedição e trabalhando como motorista; se um homem trabalha na confecção chegam a pensar e a falar que ele não é homem de verdade. Há muito preconceito (funcionária).

Novamente o clássico desenho dos processos de separação e hierarquização do trabalho, entrelaçado a preconceitos sexistas e estereótipos de gênero.

Os resultados da pesquisa fundamentaram trabalhos que foram apresentados em dois importantes congressos na área dos estudos sociológicos: XV Congresso Brasileiro de Sociologia – “Mudanças, Permanências e Desafios Sociológicos”, realizado em Curitiba (PR), de 26 a 29 de julho de 2011, e o XVIII Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia – Fronteiras abertas da América Latina, ocorrido em Recife (PE), de 11 a 16 de setembro de 2011.

Antes desta pesquisa, eu cheguei a fazer outra no setor confeccionista, por meio de estudo de caso de uma cooperativa de costureiras, a Coopermoda - Cooperativa de Trabalho em Costura Industrial e Moda de Franca - constituída por mulheres e voltada à confecção de roupas. Ela foi instalada na Incubadora de Empresas de Franca em dezembro de 2000, a partir de crédito tomado do Banco do Povo. No início de 2001 a Coopermoda apresentava um volume de produção de 30 peças-dia, e visava atingir a meta de 200. Contava, então, com vinte e duas cooperadas, das quais, sete foram entrevistadas.

Figura 5 – Trabalho de mulheres na Coopermoda



Fonte: Foto de Maria Lúcia Vannuchi. Arquivo pessoal da autora.

Entre essas, quatro eram egressas da produção calçadista: haviam trabalhado em fábricas, em bancas de pesponto, ou em domicílio como "costuradeiras manuais", ou seja, eram sapateiras desempregadas (o que de certa forma conecta esta pesquisa à realizada na indústria de calçados de Franca) e expressavam o desejo de retornar ao trabalho com vínculo empregatício, evidenciando que o trabalho na cooperativa não seria a sua primeira opção. Mas sabiam de cor e salteado os obstáculos que o mercado de trabalho antepõe às pessoas com idade mais avançada.

Outras cooperadas que haviam sido empregadas domésticas, viam como progresso a prática empreendedora da cooperativa; de toda forma era uma alternativa ao desemprego. Paradoxal pêndulo: desejo de permanecer no mercado de trabalho, e aspiração por autonomia.

Procuramos, em nossas pesquisas, investigar as condições materiais de vida e as dimensões simbólicas das subjetividades e representações sociais não apenas de trabalhadoras dos setores industriais e de serviços, mas também de estudantes, na interface de educação - trabalho, haja vista que as instâncias formativas encaminham para o mundo sexuado do trabalho.

4-6 Gênero e representações sociais de estudantes de Pedagogia e Engenharia Civil da UFU e UFPB

Esta pesquisa “Representações sociais das identidades profissionais e de gênero por estudantes de Pedagogia e Engenharia: um estudo comparativo na UFPB e na UFU”, foi realizada colaborativamente pelos(as) integrantes do GEPEGRES/UFU e GEDI/UFPB, O projeto parcialmente financiado pelo CNPq, foi elaborado no decorrer de minha licença-capacitação na UFPB, em João Pessoa, e previa duração de 3 anos, até 2021, mas estendeu-se até outubro de 2023, em virtude de atrasos e necessidade de reformulação metodológica, diante da pandemia da covid-19.

Nela, a divisão sexual do trabalho continuava em pauta, posto que focalizávamos instâncias formativas gendradas: Pedagogia, curso preponderantemente feminino e Engenharia Civil, curso preponderantemente masculino, que encaminham para áreas profissionais também generificadas e marcadas pelos processos de separação e hierarquização.

Para analisar aspectos simbólicos das subjetividades e representações não apenas no campo profissional, mas também no educacional, além dos aportes teóricos dos estudos de gênero, relações sociais de sexo, do materialismo histórico dialético, e representações sociais, buscamos Dubar (2012), para refletir sobre a identidade profissional.

Para o sociólogo francês, a identidade profissional resulta de um processo de socialização que pressupõe a aquisição de competências nas instâncias formativas, o reconhecimento do outro e de si, e um sentimento de pertença a uma atividade coletiva e a um contexto institucional (Dubar, 2012). Não é possível pensá-la de forma abstrata e genérica, posto que apresenta diferenciações internas produzidas por consubstanciais relações sociais de sexo/gênero, raça/etnia, idade/geração etc.

Importava-nos a demarcação de sexo/gênero dos cursos de Pedagogia e de Engenharia Civil e as percepções e representações de seus (suas) discentes.

Assim, buscamos as representações sociais de gênero que configuram as identidades profissionais desde o contexto da formação, para responder às questões: Como as relações de gênero aparecem nas representações sociais de alunos e alunas acerca dos campos profissionais da Pedagogia e da Engenharia Civil? Como as representações sociais de gênero configuram as identidades profissionais no contexto da formação em Pedagogia e Engenharia Civil?

Os resultados indicam que ainda persiste, embora em tendência decrescente, a predominância de mulheres na Pedagogia e de homens na Engenharia Civil. A despeito de respostas que sinalizam um processo de internalização do androcentrismo pelos(as) próprios(as) estudantes, a maior parte delas é crítica das representações sociais sexistas e do tradicional gendramento dos campos da pedagogia e das engenharias, revelando uma perspectiva pró equidade e igualdade de gênero.

Temos um machismo estrutural, pelo fato de as mulheres serem sempre consideradas com um cuidado maternal. Além de ter aquele medo dos homens assediarem as crianças (Aluna de Pedagogia da UFU, 21 anos)

Um tanto pelo estigma com os trabalhos historicamente atribuídos às mulheres, no cuidado e na educação de crianças, bem como pela desvalorização deles pela lógica sexista. Por outro lado, temos a perspectiva dos altos índices de violações sexuais de crianças e adolescentes, em grande maioria cometidas por homens dentro do núcleo familiar ou que tenham relação de maior proximidade. Todas essas marcações acabam por gerar uma barreira para atuação dos homens na área da Pedagogia, seja para o ingresso no curso ou, posteriormente, no mercado de trabalho. É complexo e polêmico” (aluna de Pedagogia da UFPB, 27 anos).

Mesmo reconhecendo a existência das desigualdades de gênero e das barreiras a serem enfrentadas tanto no curso quanto na profissão, discentes referem-se a mudanças que verificam ocorrer.

Os espaços formativos e profissionais vêm se reconfigurando, as mulheres vêm adentrando nichos ocupacionais que anteriormente eram redutos masculinos, porém, mesmo que elas não estejam mais confinadas em “guetos femininos” nas escolas e no mercado de trabalho, é possível observar a persistência de estratégias de reconversão que recriam os princípios da divisão sexual do trabalho. A engenharia civil, por exemplo, desenha nova separação e hierarquização, com mulheres em escritórios e homens em canteiros de obras; e na Pedagogia as mulheres vão preferencialmente para a docência e os homens, para a gestão e supervisão. São as permanências nas mudanças.

Para mudanças de fato, trouxeram algumas sugestões:

Para o ingresso seria fomentar uma política de cotas para mulheres não só no curso de engenharia civil, mas em todas as engenharias (aluno de Engenharia Civil da UFPB, 22 anos).

Estímulo à desgeneralização dos cursos desde o ensino básico, tirando a ideia de que tal curso é "para homem" (como engenharia civil ou cursos na área de informática, por exemplo) ou "para mulher" (como enfermagem e pedagogia, por exemplo). Dessa forma, além de estimular o ingresso de mais mulheres na engenharia civil, também estimularemos o ingresso delas em outros cursos ditos

masculinos e o ingresso de homens em cursos ditos femininos” (aluno de Engenharia Civil da UFPB, 20 anos).

Há sugestões que tocam o âmago das desigualdades de gênero, sinalizando a necessidade premente de desconstruir o sexismo estrutural, o que, inclusive, encontra guarida na própria lei maior do país.

Eu sugiro que comecem a praticar o que está previsto na Constituição Federal no Artigo 5, inciso I: homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (aluna de Pedagogia da UFPB, 26 anos).

Não vejo outra alternativa possível além de nos comprometermos com o combate ao sexismo. Para isso, precisamos do feminismo, das suas ferramentas para ampliar o debate sobre questões urgentes, marcadas pelas assimetrias de gênero, irmos achando caminhos possíveis para que homens e mulheres, em algum momento futuro, tenham oportunidade de acessar os mesmos espaços (aluna de Pedagogia da UFPB, 27 anos).

As relações sociais de sexo e gênero e a divisão social e sexual do trabalho são temáticas que precisam ser estudadas e discutidas na universidade, visando contribuir para reformas curriculares na direção da igualdade de sexo e gênero nos campos formativo e laboral, articulada à Agenda 2030, da ONU Mulheres por um planeta 50-50 em 2030, à qual o Brasil aderiu.

4-7 Algumas reflexões acerca da violência de gênero

A minha linha de pesquisa continua sendo gênero e trabalho, mas nos últimos anos instada pelo aumento da violência de gênero e de feminicídios no Brasil, tenho feito algumas pesquisas bibliográficas e documentais acerca desta problemática. Considero que as temáticas são correlatas, posto que a violência de gênero - familiar, conjugal, doméstica ou no espaço público - cometida por agressores do círculo, ou não, de relacionamento das mulheres agredidas, impacta o seu trabalho na produção e reprodução social. Quando não vão a óbito, muitas vezes ficam incapacitadas para o trabalho. Problema ainda maior quando são as principais responsáveis pelo sustento da casa e dos(as) filhos(as).

A violência contra a mulher, mais do que o intuito de eliminar o seu corpo, revela um recado enviado a todas as mulheres, de afirmação do poder masculino. O agressor expressa um mandato de dominação que emana de uma estrutura de gênero (Segato, 2005).

Heleieth Saffioti (2019) contribui para localizarmos a origem dessa violência masculina contra a mulher no entendimento que o homem dela tem como objeto, e não

sujeito; no âmago está a reificação, a coisificação da mulher, ou a sua secundarização como ser periférico: “No caso específico da violência masculina contra a mulher, o agressor parte da premissa de que a mulher é tão somente o objeto de suas ações” (Saffioti, 2019, p. 150).

Por que essa violência? Por que a necessidade de instrumentos legais para coibi-la? E por que tais instrumentos não conseguem erradicá-la?

Lourdes Bandeira (2019) responde: é a trama do sexismo estrutural, que, não se pode deixar de assinalar, é potencializado pelo racismo estrutural, haja vista que os eixos de dominação, opressão e exploração são imbricados e impactam de forma desigual os sujeitos sociais.

Esse sexismo estrutural tanto é o germe da violência de gênero quanto da desigual divisão sexual do trabalho, que vimos analisando. Ela não deixa de ser uma forma de violência.

Os novos estudos realizados levaram-me à elaboração de alguns textos, que foram apresentados em congressos.

O primeiro destes, “A violência doméstica de gênero no Brasil em tempos de pandemia e pós-pandemia” foi apresentado, na modalidade virtual, no XXXIII Congresso Latinoamericano de Sociologia, realizado no México, de 14 a 19 de agosto de 2022.

À luz das reflexões de Heleith Saffioti (2001; 2019) e Lourdes Bandeira (2019), procuramos analisar o aumento de episódios de violência doméstica de gênero - sobretudo nas relações conjugais - em tempos de pandemia da covid-19.

O temporário confinamento e maior isolamento social, visando à contenção da pandemia, agravou situações preexistentes das assimétricas relações de gênero, em um momento em que o agressor e a agredida estavam confinados no mesmo espaço, e restavam poucas possibilidades de escape, o que faz pensar que o lugar mais perigoso é dentro de casa. *E pari passu* caiu o total de medidas protetivas em face da diminuição de registros de boletins de ocorrência formalizados presencialmente; muitas mulheres não conseguiam sair de casa para registrar a denúncia ou temiam represálias caso denunciassem as violências sofridas, que acabavam sendo subnotificadas.

Restava às mulheres agredidas o recurso às redes sociais e de vizinhança, os telefonemas direcionados aos números 180 - Central Nacional de Atendimento à Mulher em Situação de Violência - e 190 - Polícia Militar – ou, ainda, pelo *whatsapp* ou outros aplicativos (isso quando o companheiro não danificava ou escondia o aparelho celular) e por criativos mecanismos de pedidos de socorro através de senhas secretas, tal como uma cruz assinalada em batom vermelho na face interna da mão, que era discretamente mostrada a

atendentes de estabelecimentos comerciais, principalmente farmácias. Os Relatórios do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, de abril e de maio de 2020 traziam alarmantes registros dessa violência. A covid-19, ao produzir uma compulsória proximidade e excessivo convívio entre as quatro paredes do lar, exacerbou os conflitos de gênero e escancarou o sexismo vigente.

O segundo texto na temática “Violência de gênero e feminicídio em Uberlândia (MG) - 2018 a 2022”, foi apresentado no 21º Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em Belém (PA), de 11 a 14 de julho de 2023.

Ancoradas nas teorias de gênero e feministas, e em leituras no campo de gênero e violência - Marcela Lagarde (2006), Rita Segato (2005) Heleieth Saffioti (2001;2019), Lourdes Bandeira (2019) -, procedemos à leitura qualitativa de dados acerca do aumento de crimes sexistas em Uberlândia (MG) nos períodos imediatamente anterior à pandemia da covid-19, seu decurso e posterior declínio, tendo como fontes: estatísticas e diagnósticos da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, do SOS Mulher e Família; informações fornecidas pela Delegacia Especializada da Mulher - DEAM de Uberlândia; dados acerca de políticas públicas municipais protetivas das mulheres coletadas no *site* da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação da Prefeitura Municipal de Uberlândia; notícias de episódios de violência de gênero veiculadas pela mídia - telejornais e jornais digitais nos sítios eletrônicos do Diário de Uberlândia e do G1 da Rede Globo.

Uberlândia conta com dispositivos protetivos e de segurança das mulheres, e ainda assim a violência de gênero, as agressões e feminicídios não têm cessado. Da mesma forma que no contexto nacional, seu funcionamento e aplicação têm deixado a desejar.

Tais dispositivos são imprescindíveis para o enfrentamento dessa violência, mas é preciso erradicar o seu ventre gerador - o sexismo estrutural. São necessários muitos passos; é preciso uma construção diária, em todos os espaços sociais: nas ruas, nas escolas, nos tribunais, na esfera legislativa ...

O terceiro artigo na temática de violência de gênero, elaborado em coautoria com Márcio Ferreira de Souza, “O assassinato físico e moral de mulheres em casos de feminicídio no Brasil”, foi apresentado virtualmente em 07.11.24, no XXXIV Congresso Internacional da Associação Latinoamericana de Sociologia, República Dominicana, 3 a 8 de novembro de 2024.

Nele foram focalizados o modo de configuração do sistema de justiça criminal no Brasil, relativo a casos de feminicídios ocorridos no país entre o início do século XX e o início do século XXI, as assimetrias de gênero nos próprios processos judiciais e a atuação

de setores da opinião pública, incluindo os campos políticos e midiáticos. Analisamos sete casos de feminicídios, no Brasil, anteriores à tipificação “feminicídio” que foi estabelecida pela Lei nº 13.104/15, em vigência a partir de 9 de março de 2015. Eles são ilustrativos de uma dinâmica de humilhação social que atinge frontalmente a memória das mulheres assassinadas, diante da impunidade de instâncias jurídicas, do abuso de poder de políticos, do silenciamento ou espetacularização dos meios de comunicação social: Sophia Gomide, em 1906; Romilda Machiaverni, em 1918; Rosalina Buccironi, em 1926; Ângela Diniz, em 1976; Eliane de Grammont, em 1981; Daniella Perez, em 1992, e Eliza Samúdio, em 2010.

Nos casos selecionados encontramos elementos comuns que nos direcionam para o entendimento de que são estratégias racionais de dominação masculina as inversões de papéis entre assassinos que chegam a tornar-se nomes de ruas, praças, edifícios, que são homenageados com bustos, estatuetas, enquanto a mulher assassinada é revitimizada com exposições negativas, humilhantes e degradantes. Neste sentido, refletimos, em análise comparativa, sobre as possibilidades de alternativas e resistência das mulheres contra as dinâmicas de humilhação e apagamento de suas memórias no contexto mais recente da instituição da Lei do Feminicídio.

Mais uma vez os aportes teóricos de gênero e violência de Heleieth Saffioti (2001;2019), Lourdes Bandeira (2019), Rita Segato (2005) e Marcela Lagarde (2006) iluminaram a análise realizada.

Penso que é hora de finalizar este memorial, que já se faz longo.

Revisitando as pesquisas, as leituras, os estudos que realizei percebo como me encontro neles. Há um ditado certo que não escolhemos nossos objetos e problemas de pesquisa; eles nos escolhem porque expressam o nosso tema de vida. O trabalho e as relações familiares sempre foram a minha prioridade, e para exercitá-los tentei equilibrar-me, de forma articulada, entre os modelos da conciliação e delegação (Hirata; Kergoat, 2008), assumindo as atividades profissionais e familiares, mas contando com o apoio de mulheres contratadas para realizar, de forma remunerada, parte do trabalho doméstico. A elas expressei o meu reconhecimento, a minha gratidão.

Considero que os achados das pesquisas empíricas aqui apresentadas ilustram as concepções teóricas sobre as desiguais relações sociais de sexo e de gênero em nossa sociedade, e acerca dos princípios da separação e da hierarquização na divisão sexual do trabalho, seja nos setores secundário e terciário da economia seja nas instâncias formativas e áreas profissionais.

Na medida em que a identidade social prioritária da mulher em nossa sociedade tem sido forjada como mãe, esposa, e dona de casa, a mulher que atua na produção extra doméstica vivencia permanente conflito: quando no trabalho fica preocupada com as questões familiares - não raro sentindo culpa pela temporária ausência -; quando no exercício de funções domésticas, preocupada com as questões profissionais. Segue na direção do dito popular: “nasce uma mãe, nasce uma culpada”. Este sentimento cindido não me é estranho; diuturnamente faz-me companhia, acredito que por me comprazer em ambos, nas relações familiares e nas relações profissionais, nem sempre de fácil articulação.

Na trama de meu viver entrelaçam-se aos fios da paixão pelo trabalho e pela família, os fios da indignação contra quaisquer formas de violência, dominação, opressão - dentre estas a desigual divisão sexual do trabalho, as assimétricas relações de sexo e gênero - marcadas pelo poder, pela hierarquia e a violência de gênero. E desses fios emerge o sonho de uma sociedade justa e igualitária, para cuja construção tenho buscado contribuir ao longo de minha vida. Em sintonia com Frei Betto³⁰, também sou de uma geração viciada em utopia; em uma utopia emancipatória.

Ao término da redação deste memorial, compreendi que a razão de se fazer um memorial é dar sentido ao que se fez, ao que se viveu.

No processo de sua elaboração entendi com maior nitidez o feitio epistemopolítico de minha trajetória; percebi como as minhas experiências pessoais levaram-me a elaborações teóricas, como ao pesquisar mulheres trabalhadoras de diferentes setores produtivos, dialeticamente, deu-se a minha construção como mulher trabalhadora da Educação, como pesquisadora nas tramas do artesanato sociológico. Esta constatação sintetiza todo o vivido na elaboração de minha **praxis**.

³⁰ Entrevista concedida por Frei Betto a Don Eduardo, no programa “Conversa sem curva”, rede TVT, em 10.11.2024.

FINALIZAÇÃO: NOVAS REFLEXÕES...

Uma das condições necessárias a pensar certo
é não estarmos demasiado certos de nossas certezas.

(Freire, 1997, p. 30)

A finalização é do memorial, não das reflexões; estas nunca têm fim; o pensamento sempre muda. Qualquer conclusão é provisória; tem prazo de validade.

Comumente nos referimos à fase dos porquês das crianças, mas os porquês não cessam na infância; perduram a vida toda, e sobretudo, nas malhas do ofício sociológico é constante o desejo de “olhar por trás dos bastidores” e exercitar “a arte da desconfiança”. Para Berger, “a perspectiva sociológica envolve um processo de ver além das fachadas das estruturas sociais (1972, p. 41).

Este memorial é resgate de minha trajetória acadêmica, e de certa forma tem um tom nostálgico, também de despedida. Já posso me aposentar; ainda não o fiz por duas razões: por gostar imensamente do que faço, e até o momento não conseguir me visualizar fora da academia, fora das salas de aulas, fora do contato cotidiano com estudantes e colegas, e também porque a minha aposentadoria implicará em queda de ganhos, em virtude de reformas previdenciárias que nos retiraram o direito à integralidade de vencimentos.

Mas o *deadline* um dia chega... E então?

Penso que bem responde outra poesia de Lando, “Paralelos da vida”. Transcrevo apenas a primeira estrofe, que fala de incertezas e de certezas - mesmo que provisórias - adquiridas ao longo da caminhada:

Sabendo onde ir
um dia aqui cheguei,
agora vou partir
pras coisas que eu não sei;

Certeza de caminhar,
mas sem deixar para trás
a nossa força de amar,
saber de guerra e de paz,
pra não morrer no trajeto
das dores que nos consomem,
O infinito projeto
De ver nascer novo homem...

Parafraseio: infinito projeto de ver nascer novo ser humano, que não oprima outros seres humanos, a pretexto de diferenças, dentre elas, as de gênero; infinito projeto de ver nascer nova mulher, que não mais vivencie discriminações, desigualdades e violências.

Neste memorial trouxe muitos trechos de poesias e letras de música. Gosto muito; consigo expressar-me no traçado de suas palavras. Dessarte, trago versos de outra música³¹, para dizer que o *deadline* pode ser um novo começo:

Começar de novo e contar comigo.
Vai valer a pena ter amanhecido.
Ter-me rebelado. Ter-me debatido.
Ter-me machucado. Ter sobrevivido.
Ter virado a mesa. Ter-me conhecido.
Ter virado o barco. Ter-me socorrido.
Começar de novo e contar comigo.

Mas sei que, em qualquer recomeço, não contarei apenas comigo.

Nessas trilhas acadêmicas, e fora delas, pude conhecer pessoas incríveis, as quais não seria prudente aqui nomear, diante da possibilidade de algum lapso de memória que deixasse de fora importantes contribuições. A todos(as) sou muito grata. Ganhei amigos(as) que podem contar comigo e que, igualmente, acredito poder contar com eles(as).

Não vou só...

Ouso mais uma paráfrase: dos versos finais da música “Mundo Velho sem porteira”, inserida como epígrafe na Introdução deste memorial “E a saudade é um trem de carga, sem passageira”. Melhor dizer: “E a saudade é um trem repleto de passageiros(as) muito queridos(as) que estiveram presentes ao longo de minha vida, e estarão sempre presentes em minha memória.

Para finalizar, mais uma música, a enfatizar que o trem da chegada é também o da partida³²

[...] E assim chegar e partir
São só dois lados da mesma viagem
O trem que chega é o mesmo trem da partida
A hora do encontro é também despedida
A plataforma dessa estação [...]
É a vida.

³¹ Versos da música “Começar de novo”, composta em 1979 por Ivan Lins e Vitor Martins.

³² Versos da música “Encontros e despedidas, composição de Milton Nascimento e Fernando Brant, lançada pelo selo Barclay, em 1985.

Eu cresci em um ninho de muito amor: de minha mãe, meu pai, minha irmã, meus irmãos - mesmo quando não regado a afagos - mas também de elevado nível de exigência; restou o eco renitente de uma voz crítica em minha mente, sempre demandando mais e mais...

Vejam bem, ao reler este memorial, a voz insiste em dizer: poderia ser melhor! Claro, poderia sim; algo sempre pode ser melhor do que é, mas imperfeições não lhe retiram valor. E, ao revisá-lo ficou-me a sensação de já ter vivido mil vidas! Apesar de quaisquer pesares, sinto que estou exatamente onde eu gostaria de estar; é este trabalho, é este ambiente acadêmico que me faz feliz! É ele hoje o meu principal campo de luta, no compartilhamento de saberes sociológicos com estudantes, e na tessitura conjunta de uma consciência crítica que liberta.

Para finalizar, reporto-me mais uma vez às mulheres que gerei: minhas quatro filhas; em resgate da memória, reproduzo aqui o agradecimento que lhes fiz na dissertação de mestrado:

“Às minhas filhas queridas, Gabriela, Laura, Marília e Mariana, que, paciente ou impacientemente, souberam esperar e entender o tempo que lhes foi negado”.

E reproduzo também a dedicatória que lhes fiz, na tese de doutorado:

“Nos caminhos há sempre pedras! Esta tese foi gerada num tempo de turbulência de minha vida. Sua elaboração foi conturbada, marcada por várias interrupções: comecei, parei, recomecei, parei novamente, pensei em desistir. Mas ela representava um compromisso que eu assumira comigo mesma; não poderia trai-lo. Minhas filhas: Gabriela, Laura, Marília e Mariana contribuíram, nesse momento, para que me redescobrisse como Maria, a que ‘traz na pele essa marca e possui a estranha mania de ter fé na vida’³³. Na dissertação de mestrado, no espaço reservado aos agradecimentos, desculpava-me pelo tempo e pela atenção que lhes negara. Agora, a situação invertia-se; eram elas que diziam: ‘Mãe, acredite, abraça sua tese!’ Acreditei, abracei ... A elas, dedico”.

Novamente a elas, e às filhas que geraram, dediquei este memorial.

Assim, finalizo este texto da mesma forma que o principiei; como uma mandala, que descreve um circuito, de um ponto de partida a um ponto de chegada. Um ponto de partida e um ponto de chegada agora reconfigurados pelas reflexões que este memorial propiciou. Como um círculo que se fecha, na compreensão da trajetória percorrida, mas que se abre em energia para iluminar novos caminhos.

³³ Excerto de Maria, Maria, canção composta por Milton Nascimento e Fernando Brant, lançada em 1978, pela gravadora EMI-Odeon, no álbum “Clube da Esquina 2”.

POST-SCRIPTUM

A resiliência da árvore-mulher

“No meio do caminho
tinha uma pedra.
Tinha uma pedra
no meio do caminho...”

Carlos Drummond de Andrade

Este *post-scriptum* reproduz um excerto inicial de minha tese de doutorado; eu falava de uma árvore à beira da estrada que nos conduzia de Franca-SP à Araraquara-SP, caminho trilhado semanalmente durante o período de realização do doutorado. Era uma árvore diferente, linda, que chamava a atenção dos(as) viajantes. Tortuosa, numa sinuosidade quase horizontal, parecia desafiar os princípios da lei da gravidade ou de um geotropismo positivo.

Figura 6 – Árvore à beira da estrada

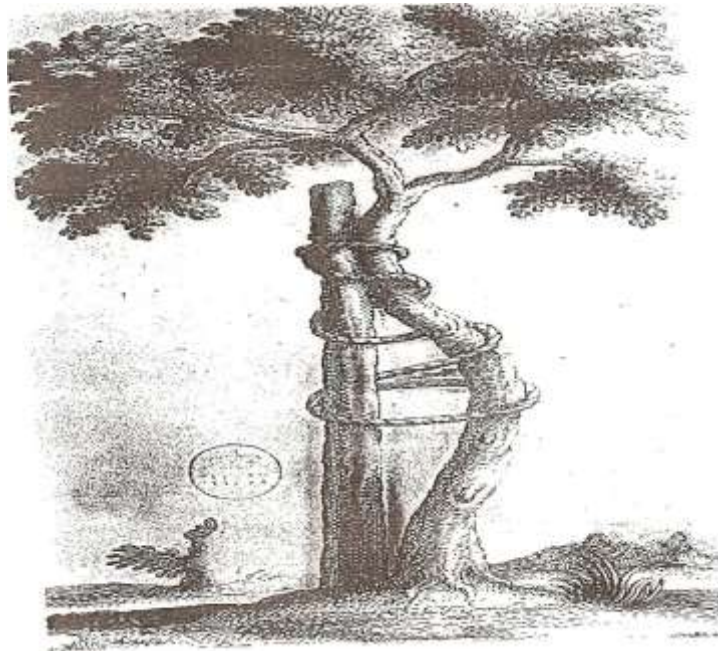


Fonte: Foto de Maria Lúcia Vannuchi. Arquivo pessoal da autora.

Lembrava-me, todas as vezes que a via, a mulher que, a despeito de quaisquer construções sociais hierarquizadas, que apesar das relações de poder que tentam enredá-la, teima em ocupar o seu espaço.

Em dado momento foi podada, na tentativa de uma normalização, tal qual a figura da árvore transgressora que Foucault (1987) traz, em *Vigiar e Punir*, para ilustrar os dispositivos de saber-poder corretivos de desvios à normalidade.

Figura 7 – Arte de corrigir: vigiar e punir, de Michel Foucault



Fonte: N. Andry. *A ortopedia ou a arte de prevenir e corrigir, nas crianças, as deformidades do corpo*, 1749.

Normalidade que na sociedade androcêntrica tem sido estar a mulher em plano periférico. Beauvoir, em *o Segundo Sexo*, para dizer que anatomia não é destino, que a biologia não explica porque a mulher é o “Outro”, pondera que a espécie humana é uma *anti-physis*, que a sua natureza é transcender a própria natureza, a própria imanência. Assim, o corpo “só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade” (Beauvoir, 1980, vol. I, p. 57). Em uma perspectiva ontológica, complementa:

Não é enquanto corpo, é enquanto corpos submetidos a tabus, a leis, que o sujeito toma consciência de si mesmo e se realiza: é em nome de certos valores que ele se valoriza. E, diga-se mais uma vez, não é a fisiologia que pode criar valores. Os dados biológicos revestem os que o existente lhes confere (Beauvoir, 1980, vol. I, p. 56).

Mas teimosa, a “nossa” árvore, à beira da estrada, resistiu, insistindo em redesenhar sua feminina silhueta.

Figura 8 – Árvore resiliente



Fonte: Foto de Maria Lúcia Vannuchi. Arquivo pessoal da autora.

Árvore - mulher

(Lando)

No meu caminho há uma árvore,
Há uma árvore no meu caminho,

Tronco no ar,
Em tortuosos projetos de sonhos,
Na resistência horizontal
Que desafia os tempos.

Cobra do ar
Num bote sereno de beira de estrada,
Marginal esboço de voo,
Arrojado gesto, num arremedo
Que parece sacudir a terra.

Tronco no ar,
Rumo certo na sinuosidade

Das planejadas ondas,
Qual perfil de um mar vegetal
Numa praia invertida.

Corpo no ar,
Feminina silhueta,
Esgueirando-se determinada
No anseio de inventar caminhos.

Do chão para o céu,
Do breu para a luz,
Do cotidiano para o inusitado...
Tronco no ar,
Cobra do ar,
Mudança no ar.
Corpo no ar,
Retrato fiel de valentia
Da árvore-mulher ...

A vida é movimento, é mudança, é transformação; dela, a árvore-mulher é um retrato.

As mulheres que encontramos em nossas pesquisas, que entrevistamos, a despeito da opressão, exploração e desigualdades que vivenciam, são fortes, perseveram, são resilientes e sabem “fazer da interrupção um caminho novo, fazer da queda um passo de dança, do medo uma escada, do sonho uma ponte, da procura um encontro.” (Sabino, 2023, p. 160).

E seguem adiante...

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. A escola da Ponte 4. *In: Rubem Alves: ler é fazer amor com as palavras*, 2009 (blog sobre Rubem Alves). Disponível em <https://rubemalvesdois.wordpress.com/2009/10/>. Acesso em: out. 2024.
- ANDRADE, C. D. No meio do caminho. *In: Revista de Antropofagia*, São Paulo, n. 3, p. 1, jul. 1928. Disponível em: <https://ims.com.br/por-dentro-acervos/ha-90-anos-no-caminho-poeta/#:~:text=18%20de%20julho%20de%202018,idade%3A%20Carlos%20Drummond%20de%20Andrade>. Acesso em: out. 2024.
- ARRUDA, A. Representações sociais: emergência e conflito na Psicologia Social. *In: Baptista, Luís Antônio Santos (org.). Anuário do Laboratório de Subjetividade e Política*. Departamento de Psicologia, [s. l.], UFF, v. 1, n. 1, p. 115-131, 1991-92.
- BANDEIRA, L. Violência de gênero: a construção de um campo teórico de investigação. *In: HOLLANDA, H. B. (org.). Pensamento feminista brasileiro – formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 293-313.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Vol. I – Fatos e mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Vol. II – A experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BERGER, P. **Perspectivas sociológicas** – uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 1972.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRITO, J. OLIVEIRA, S. Divisão sexual do trabalho e desigualdade nos espaços de trabalho. *In: SILVA FILHO, J. F.; JARDIM, S. (org.). A danação do trabalho: organização do trabalho e sofrimento psíquico*. Rio de Janeiro: Te Corá, 1997.
- BRUSCHINI, C. Trabalho das mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1985-1995. **Textos FCC**, n. 17. São Paulo: FCC/DPE, 1998.
- BURAWOY, M. **The extended case method**. California: University of California Press, 2009.
- BUTLER, J. **Relatar a si mesmo** – crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- CADERNOS DO CEDI-3. **O meio grito**. Estudo sobre condições e direitos associados ao problema da saúde. Rio de Janeiro: Tempo e Presença, 1980.
- CHAUI, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2001.
- CUNHA, E. **Os sertões**. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1973.

DAUNE-RICHARD, A-M; DEVREUX, A-M. Rapports sociaux de sexe et conceptualisation sociologique. **Recherches féministes**, [s. l.], v. 5, n. 2, p.7-30, 1992.

DUBAR, C. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 146, 2012.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1971.

ESTANQUE, E. **Entre a fábrica e a comunidade** – subjetividades e práticas de classe no operariado do calçado. Porto: Afrontamento, 2000.

FERREIRA, V. Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s. l.], n. 52/53, nov.1998/fev. 1999.

FERREIRA, V. O efeito Salieri: o sindicalismo perante as desigualdades entre mulheres e homens no emprego. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s. l.], n. 62, 2002.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. (2020 a). **Violência doméstica durante a Pandemia da Covid-19**, ed. 26/04/2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>. Acesso em 06.01.22.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. (2020 b). **Violência doméstica durante a Pandemia da Covid-19**, ed.2, 29/05/2020. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/06/violencia-domestica-covid-19-ed02-v5.pdf>. Acesso em 06.01.22.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRASER, N. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. *In*: HOLLANDA, H. B. (org.) **Pensamento feminista** – conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado**. Para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HIRATA, H. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. *In*: FERRETTI, J. *et al.* (org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1996.

HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez., 2007.

HIRATA, H; KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. *In*: COSTA, A. *et al.* (orgs). **Mercado de trabalho e gênero** – comparações internacionais. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em set. 2024.

JODELET, D. Representation sociale: phénomènes, concept et théorie. *In*: MOSCOVICI, S. (org.). **Psychologie sociale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1984. Texto mimeografado, traduzido por Marcelo Saldanha da Gama. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

KERGOAT, D. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. *In*: KARTCHEVSKY-BULPORT, A. *et al.* **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. *In*: LOPES, M. J. (org.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

KURZ, R. **O colapso da modernização** – da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

LAGARDE, M. Del femicidio al feminicidio. 2006. **Desde el Jardín del Freud**. Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, n. 6, p. 216-225, 2006.

LORDE, A. Não existe hierarquia de opressão. *In*: HOLLANDA, H. B. (org). **Pensamento feminista** – conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 235-236.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARX, K. Teses sobre Feuerbach. *In*: MARX, K.; ENGELS, F. **Textos**. Vol. 1. São Paulo: Ed. Sociais, 1977.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. *In*: MARX, K.; ENGELS, F. **Textos**. Vol. 3. São Paulo: Ed. Sociais, s. d.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

O POPULAR. Edição de 16/09/1986. *S. l: s. n.*

O POPULAR. Edição de 17/09/1986. *S. l: s. n.*

OFFE, C. **Trabalho e sociedade**. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho” – Vol. I: A crise. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OLIVEIRA, E. M. Gênero, saúde e trabalho: um olhar transversal. *In*: OLIVEIRA, E. M.; SCAVONE, L. (orgs.). **Trabalho, saúde e gênero na era da globalização**. Goiânia: AB, 1997.

ROSA, J. G. **Grande sertão**: veredas. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SABINO, F. **O encontro marcado**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2023.

SAFFIOTI, H. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. *In*: HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento feminista brasileiro** – formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 139-161.

SAFFIOTI, H. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, [s. l.], n. 16, p. 115-136, 2001.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez Ed., 1985.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SEGATO, R. L. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 2, maio-agosto/2005.

SILVA, V. M. **Trabalhadores(as) rurais em Itapuranga**: (re)invenção no cotidiano de suas experiências de luta – 1956-1990. Tese de doutorado. Brasília: UnB, 2007.

SOARES, M. **Metamemória – memórias**: travessia de uma educadora. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

VANNUCHI, C. **Eu só disse meu nome**. São Paulo: Ed. Discurso Direto, 2024.

VANNUCHI, M. L. A mulher na indústria farmacêutica: trabalho e gênero na produção industrial de Anápolis (GO). *In*: TOSCHI, M. S. (org.). **100 anos** – Anápolis em pesquisa. Goiânia: Ed. Vieira, 2007, p. 185-203.

WRIGHT MILLS, C. **A imaginação sociológica**. Petrópolis: Zahar, 1975.

WRIGHT MILLS, C. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

YANNOULAS, S. C. Introdução – Sobre o que nós, mulheres, fazemos. *In*: YANNOULAS, S. C. (coord.). **Trabalhadora** – Análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília: Editorial Abaré, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Componentes curriculares ministrados na graduação do curso de Ciências Sociais/UFU - 2009 a 2024

Ano	Componentes Curriculares
2024	2024-1 O Gênero como Categoria de Análise Social 2024-1 – Trabalho de Conclusão de Curso II
2023	2023-1 Estágio Supervisionado III 2023-1 Trabalho de Conclusão de Curso I 2023-2 Sociologia II 2023-2 Trabalho de Conclusão de Curso II
2022	2022-1 Sociologia I 2022-2 Estágio de Docência na Graduação
2021	2021-1 – Sociologia I 2021-2 O Gênero como Categoria de Análise Social
2020	2020-1 Sociologia I 2020-1 Monografia III 2020-2 Monografia IV 2020-2 O Gênero como Categoria de Análise Social
2019	2019-2 Metodologia de Pesquisa 2019-2 Monografia II
2018	2018-2 O Gênero como Categoria de Análise Social
2017	Afastamento para Pós-doutoramento no CES em Coimbra - Portugal
2016	2016-1 Sociologia I 2016-2 O Gênero como Categoria de Análise Social
2015	2015-2 Sociologia II 2015-1 Monografia I 2015-2 Monografia II
2014	2024-1 O Gênero como Categoria de Análise Social 2024-1 – Trabalho de Conclusão de Curso II 2014-2 Sociologia II 2014-2 Monografia II 2014-2 Monografia IV

2013	2013-2 Monografia IV
2012	2012-1 Sociologia I 2012-2 Metodologia de Pesquisa
2011	2011-1 Tópicos Especiais em Ciências Sociais 2011-1 O Gênero como Categoria de Análise Social
2010	2010-1 O Gênero como Categoria de Análise Social 2010-1 Monografia I 2010-2 Metodologia de Pesquisa
2009	2009-1 Metodologia de Ensino em Ciências Sociais I 2009-2 Metodologia de Pesquisa

APÊNDICE B

Componentes curriculares ministrados na pós-graduação do curso de Ciências Sociais/UFU

Ano	Componentes Curriculares
2023	2023-1 Teoria Sociológica
2021	2021-2 Teoria Sociológica
2015	2015-1 Teoria Sociológica
2013	2013-1 Teoria Sociológica
2011	2011-2 O Gênero como Categoria de Análise Social

APÊNDICE C

Orientações – dissertação de mestrado e monografia de conclusão de curso de graduação – 2009 a 2024

Ano	Modalidade	Discente	Título
2024	Mestrado	Matheus Miranda Peres	Singularidades dos amores plurais: considerações sobre o poliamor no Brasil.
2024	TCC	Mariana Sampaio Attuch	A lesbiandade como subversão do patriarcado e da heteronormatividade.
2023	Mestrado	Higor Kleizer de Oliveira Moreira	O sensível e o (in)visível: a distribuição diferencial de visibilidade entre artistas dissidentes de gênero e sexualidade.
2022	Mestrado	Aline Mariane Cazetta	Impactos da burocracia no trabalho docente no Estado de Minas Gerais, no período 2020-2021.
2022	Mestrado	Simone Gonçalves Moreira	Direitos humanos de filhomenores de idade das mães encarceradas no presídio regional de Sarandi - Itumbiara (GO).
2021	TCC	Fernanda Pierri	Trajetória e representatividade das mulheres no espaço político-impeachment de Dilma Rousseff.
2020	Mestrado	Iane Ulhoa Faria	Grávidas em decorrência de estupro - o atendimento ao abortamento legal em Uberlândia.
2019	Mestrado	Lucília Mendes de Oliveira e Silva	Parto humanizado e empoderamento feminino. estudo de caso do grupo FloreSer em Uberlândia/MG.
2018	TCC	Luísa Pereira Ribeiro	Brincadeiras de meninas e meninos na Educação Infantil: a construção performativa dos corpos e das identidades sexuais e de gênero.
2017	Mestrado	Danúbia Soares de Oliveira Santos	Políticas preventivas e educativas de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher.
2016	Mestrado	Alinne Gomes Marques	Gênero e Trabalho no Setor Público.
2015	Mestrado	Danielle Vieira Lima	Casa Santa Gemma e Moradores de rua de Uberlândia - MG - estudo de caso.
2015	Mestrado	Paula Fernanda Pereira de Araújo e Alves	Os impactos da Lei Maria da Penha na comarca de Uberlândia-MG.
2014	Mestrado	Thais Cristina Albano	As assimetrias de gênero nas representações de extraconjugalidades na telenovela Avenida Brasil.

2014	TCC	Maria Laura Pacheco da Silva	Mulheres negras em movimento: as Problemáticas de gênero e raça no GRUCON - Uberlândia.
2014	TCC	Iane Ulhoa Faria	Corpo, gênero e Poder: um olhar sociológico para a Dança de Salão de Uberlândia - MG
2013	TCC	Felipe Silva Pasqua	Mulheres escravizadas na obra de Gilberto Freyre: ressignificações e resistências

APÊNDICE D

Publicações – Livros e Revistas – 2009 a 2024

Ano	Veículo	Título	Autoria/coautoria
2024	Caderno CRH/UFBA, Vol. 37, 2024	Precariedade, gênero e racialidade: experiências de trabalho no Brasil e em Portugal.	ESTANQUE, E; BARBOSA, A; VANNUCHI, M.L.; MENDES, A.
2024	Organização Livro	Gênero e os trabalhos das mulheres – percursos de uma trajetória de pesquisa.	LOMBARDI, M.R.; VANNUCHI, M.L.; VILLAS BÔAS, L.
2024	Prefácio - Livro	Gênero e os trabalhos das mulheres – percursos de uma trajetória de pesquisa.	VANNUCHI, M.L.
2024	Capítulo de Livro: BALIEIRO, F.F; SILVA, SC. Gênero e regulações do sexo entre antigos e modernos	Regimes estéticos de (in)visibilidade das produções musicais de dissidentes sexuais e de gêneros no Brasil.	KLEIZER, H; VANNUCHI, M.L.
2023	Cap. Livro. PECEGUEIRO C.; MULLER, M.M. Mulheres de meu país – Séc XXI	Mulheres no setor produtivo vidreiro.	VANNUCHI, M.L.
2023	Revista Mosaico. Goiânia, GO	Trajetórias de diretoras escolares em Uberlândia: atravessamentos de gênero, classe e política eleitoral	COUTINHO, P. M.; VANNUCHI, M.L.
2023	Caderno Espaço Feminino. Vol. 36. Uberlândia, MG	Desobediências de gênero e pensamentos-cupim a partir das músicas de Linn da Quebrada, Alice Guel e Ventura Profana.	KLEIZER, H; VANNUCHI, M.L.

2022	Caderno Espaço Feminino. Vol. 35 Uberlândia, MG	Gênero nas representações sociais de estudantes de pedagogia sobre identidade profissional e trabalho pedagógico.	FERREIRA,R.; CARVALHO, MEP; VANNUCHI, M.L;
2022	Caderno Espaço Feminino. Vol. 35. Uberlândia, MG	Organização do Dossiê- “Gênero, educação, trabalho” –	VANNUCHI, M.L; CARVALHO, MEP; MONTANE, A.
2022	Caderno Espaço Feminino. Vol. 35. Uberlândia, MG	Apresentação do Dossiê “Gênero, educação, trabalho”	VANNUCHI, M.L; CARVALHO, MEP; MONTANE, A.
2020	Cap. Livro. VETORASSI, A; SOFIATTI, F.M. Dimensões do trabalho na contemporaneidad e. Goiânia	Gênero, geração e sindicalismo em indústria calçadista portuguesa.	VANNUCHI, M. L.
2019	Caderno Espaço Feminino. Vol. 32 Uberlândia, MG	Gênero e violência: a relação de mulheres atletas brasileiras com os seus técnicos esportivos.	VANNUCHI, M.L; TOMAZINI, M.V.
2018	Oficina do CES, vol. 444	Relações sociais de sexo/gênero na indústria de calçados: um estudo comparativo de núcleos produtivos brasileiro e português.	VANNUCHI, M.L.
2017	Revista da Associação Portuguesa de Sociologia, v.13	Relações Sociais de Sexo e Gênero no Islã - uma análise do filme 'A fonte das mulheres'	VANNUCHI, M.L.; PETEAN, A.C.L.
2016	Organização Livro	Mulheres trabalhadoras: (in)visíveis?	TRÓPIA, P.V.; TOSTA, T.L.D.; GONÇALVES, E.; VANNUCHI, M.L. SOUZA, M.F.

2016	Cap. Livro TRÓPIA, P.V.; TOSTA, T.L.D.; GONÇALVES, E.; VANNUCHI, M.L. SOUZA, M.F. Mulheres trabalhadoras: (in)visíveis?	Feminismos, trabalho e ação coletiva: teorias, pesquisas e práticas sociais.	TRÓPIA, P.V.; TOSTA, T.L.D.; GONÇALVES, E.; VANNUCHI, M.L. SOUZA, M.F.
2014	Organização Livro	Iguais? Gênero, Trabalho e Lutas Sociais.	TRÓPIA, P.V.; TOSTA, T.L.D.; GONÇALVES, E.; VANNUCHI, M.L.
2014	Cap. Livro TRÓPIA, P.V.; TOSTA, T.L.D.; GONÇALVES, E.; VANNUCHI, M.L. Iguais? Gênero, Trabalho e Lutas Sociais.	A organização social da diferença sexual nos espaços do trabalho e nos movimentos sociais.	TRÓPIA, P.V.; TOSTA, T.L.D.; GONÇALVES, E.; VANNUCHI, M.L.
2014	Caderno Espaço Feminino. Vol. 27 Uberlândia, MG	Apresentação Dossiê Mulheres e Gênero na Literatura.	VANNUCHI, M.L.;
2014	Caderno Espaço Feminino. Vol. 27 Uberlândia, MG	Resenha - Gênero e Memória em 'Cem anos de solidão'	VANNUCHI, M.L.; GRACIOLI, M.M.
2013	Estudos de Sociologia. Vol. 18.	Resenha Um olhar sociológico sobre o espiritismo: Trajetórias, ideias e práticas.	VANNUCHI, M.L.
2012	Caderno Espaço Feminino. Vol. 26 Uberlândia, MG	Jovens cortadores/as de cana: identidades de gênero e projetos de futuro.	GRACIOLI, M.M.; VANNUCHI, M.L.
2012	Cap Livro GUIMES, R.F.; OLIVEIRA, C.C.; NASCIMENTO, J.G.. (Org.).	Mulheres escravizadas na obra Casa Grande e Senzala: ressignificações culturais como	PASQUA, F.; VANNUCHI, M.L.

	Formação inicial História e Cultura Africana e Afro-brasileira: desafios e perspectivas na implementação da Lei Federal 10.639/2003.	estratégias de resistência.	
2012	Cap Livro GUIMES, R.F.; OLIVEIRA, C.C.; NASCIMENTO, J. G. (Org.). Formação inicial História e Cultura Africana e Afro-brasileira: desafios e perspectivas na implementação da Lei Federal 10.639/2003.	A atuação do Grupo de Consciência e Identidade Negra de Uberlândia na Problemática de Gênero	SILVA, M.L.; VANNUCHI, M.L.
2010	Caderno Espaço Feminino. Vol. 23 Uberlândia, MG	A construção das identidades de gênero. Caderno Espaço Feminino	VANNUCHI, M.L.
2010	Cap. Livro. SOUZA, MF. Desigualdades de gênero no Brasil: novas ideias e práticas antigas. Belo Horizonte: Argumentvm	Gênero, trabalho e subjetividade: relações de poder para além de fronteiras ocupacionais e territoriais.	VANNUCHI, M.L.

APÊNDICE E

Participação em congressos e similares – trabalhos apresentados e publicação em Anais – 2009 a 2024

Ano	Congresso e similares	Trabalho apresentado	Autoria /coautoria
2024	XXXIV Congresso Latinoamericano de Sociologia – República Dominicana (participação virtual)	O assassinato físico e moral de mulheres em casos de feminicídio no Brasil	VANNUCHI, M.L.; SOUZA, M.F.
2024	Fazendo Gênero 13-UFSC, Florianópolis, SC	Representações Sociais das identidades profissionais e de gênero por estudantes de Pedagogia e Engenharia Civil - UFPBe UFU	VANNUCHI, M.L.; CARVALHO, MEP.
2024	II Simpósio sobre feminicídios-CLCH/UEL, Londrina (participação virtual)	Transfeminicídio, reconhecimento e enlutabilidade.	MOREIRA, H.K.O.; VANNUCHI, M.L
2023	21º Congresso Brasileiro de Sociologia. UFPA, Belém, PA	Violência de gênero e feminicídio em Uberlândia/MG – 2018 a 2022	VANNUCHI, M.L.
2023	IV Seminário do Grupo de Pesquisa Educação de Mulheres nos séculos XIX e XX	Dissabores e amores de diretoras escolares em Uberlândia. UERJ, Rio de Janeiro, RJ	COUTINHO, P.M. VANNUCHI, M.L.
2022	XXXIII Congresso Latinoamericano de Sociologia. México (participação virtual)	A violência doméstica de gênero no Brasil em tempos de pandemia e pós-pandemia.	VANNUCHI, M. L.
2022	VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, IV Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e IV Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade-FURG, GESE / RS. Evento on line.	Ficções políticas de resistência na produção musical das dissidências sexuais e de gênero no Brasil (2015 - 2021)	MOREIRA, H.K.O.; VANNUCHI, M L.
2022	IV Colóquio Internacional de Ciências Sociais da	Impactos da burocracia no trabalho docente no Estado de Minas Gerais - Brasil	VANNUCHI, M.L CAZETTA, A.M.

	Educação. Braga-Portugal		
2021	Fazendo Gênero 12-UFSC, Florianópolis, SC	Brincadeiras e brinquedos na Educação Infantil em escolas municipais de Uberlândia/MG – uma questão de gênero	RIBEIRO, L.P.; VANNUCHI, M. L.
2021	20º Congresso Brasileiro de Sociologia. UFPA, Belém, PA. Participação virtual.	Alunos da Pedagogia: o que pensam do curso e da profissão.	CARVALHO, MEP; VANNUCHI, M.L; SERAFIM, A.C.O.; COUTINHO, P.M.
2020	VI Simpósio Nacional Gênero e Políticas Públicas. Londrina/PR	A interseccionalidade de classe, gênero e geração nas práticas sindicais em campo português	VANNUCHI, M.L.
2019	19º Congresso Brasileiro de Sociologia. UFSC, Florianópolis/SC	Traços da identidade laboral de trabalhadores/as na indústria calçadista: uma comparação internacional sob a perspectiva das relações sociais e sexo/gênero	VANNUCHI, M. L.
2019	9º Simpósio Internacional – O Estado e as Políticas educacionais no tempo presente, UFU, Uberlândia/MG	Identidades de gênero que subvertem padrões sociais cissexistas e heteronormativos em textos cinematográficos – uma experiência pedagógica	VANNUCHI, M. L.; GRACIOLI, M.M.
2019	9º Simpósio Internacional – O Estado e as Políticas educacionais no tempo presente, UFU, Uberlândia/MG	Representações Sociais das Identidades Profissionais e de Gênero por estudantes de Pedagogia e Engenharia Civil - UFPBE UFU.	VANNUCHI, M. L.; CARVALHO, MEP.
2018	X Congresso Português de Sociologia. Covilhã, Portugal.	A divisão sexual do trabalho no setor produtivo de calçados em Portugal: igualdade legal e desigualdade real	VANNUCHI, M. L.
2017	XXXI Congresso Latinoamericano de Sociologia. Montevideo, Uruguai	Relações sociais de sexo/gênero na indústria calçadista em estudo comparativo internacional.	VANNUCHI, M. L.
2015	Primer Congreso Internacional sobre Género y Espacio, México.	Nas trilhas da Interseccionalidade de Gênero, Trabalho, Representações Sociais.	VANNUCHI, M.L. <i>et al.</i>
2015	XVII Congresso Brasileiro de Sociologia. Porto Alegre, RS	Tensões identitárias de jovens participantes do Programa Licenciaturas	GRACIOLI, M.M.; VANNUCHI, M.L.

		Internacionais	
2015	I Congresso Internacional e II Congresso Nacional de literatura e Gênero. Unesp), São José do Rio Preto	Gênero no Islã. A fonte das mulheres.	VANNUCHI, M.L.; PETEAN, A.C.L.
2014	V Seminário de Trabalho e Gênero & III Seminário Internacional do PPGCS. Uberlândia, MG	Gênero, Trabalho e Representações Sociais - a contribuição do GEPEGRES	VANNUCHI, M.L.; FERREIRA, E.S.
2014	II Colóquio de Estudos Feministas e de Gênero. UnB, Brasília-DF.	O estado da arte dos estudos interseccionais de gênero, trabalho e representações sociais	VANNUCHI, M.L., <i>et al.</i>
2013	XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, Salvador, BA	Experiências e projetos de futuro de jovens participantes do Programa Licenciaturas Internacionais.	GRACIOLI, M.M.; VANNUCHI, M.L.
2013	Fazendo Gênero 10. Florianópolis, SC.	Gênero e práticas temporais em 'Cem Anos de Solidão'	VANNUCHI, M.L.; GRACIOLI, M.M.
2012	VII Congresso Português de Sociologia, Porto, Portugal	Trabalho e gênero no setor confeccionista brasileiro de Uberlândia - MG	VANNUCHI, M.L.
2011	XXVIII Congresso Internacional da Associação Latinoamericana de Sociologia. Recife, PE	Representações sexistas, feminização e precarização no setor confeccionista em Uberlândia (MG).	VANNUCHI, M.L.
2011	XV Congresso Brasileiro de Sociologia. Curitiba, PR	O processo de feminização e precarização do trabalho no setor confeccionista em Uberlândia (MG)	VANNUCHI, M.L.
2010	Fazendo Gênero 9 - Florianópolis, SC	As marcas das relações de gênero nas trajetórias e projetos de vida de cortador@s de cana	GRACIOLI, M.M.; VANNUCHI, M.L.
2010	I Seminário Internacional de História do Trabalho - V Jornada Nacional de História do Trabalho	Trabalho e gênero na produção calçadista de Franca (SP) no contexto da acumulação flexível.	VANNUCHI, M.L.

2009	Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul	Direito à Memória e à Verdade: uma leitura de gênero.	VANNUCHI, M.L. CAIXETA, I.
2009	XXVII Congresso ALAS- Latinoamérica interrogada. Buenos Aires, Argentina.	Identidade sexuada do trabalho e cidadanias restringidas	VANNUCHI, M.L.

APÊNDICE F

Conferências, palestras, entrevistas, coordenação de GTs / STs e participação em mesas-redondas – 2009 a 2024.

Ano	Título	Evento	Participantes
2024	Palestra “Mudanças e estratégias de reconversão dos princípios da separação e hierarquização na divisão sexual do trabalho”.	Seminário A bipolaridade do trabalho feminino revisitada - Fundação Carlos Chagas, São Paulo (SP).	VANNUCHI, M.L. LOMBARDI, M.R. ARAÚJO, A.M.C. LOPES, M.M. SOUSA, A.T. HIRATA, H (debatedora)
2024	Coordenação do Simpósio Temático “Gênero, Trabalho e Educação”.	Fazendo Gênero 13. UFSC, Florianópolis, S.C.	VANNUCHI, M.L. CARVALHO, M.E.P.
2023	Coordenação da Sessão Especial “Gênero, educação e trabalho: questões atuais e abordagens interseccionais	21º Congresso Brasileiro de Sociologia. UFPA, Belém, PA	VANNUCHI, M.L. CARVALHO, M.E.P.
2022	Palestra “Gênero e Educação. Democracia?”	VI Seminário de Estudos Interdisciplinares “Escola, Gênero, Democracia e Políticas Públicas. FFCL/FAJOB. Ituverava, SP	VANNUCHI, M.L.
2021	Coordenação do Simpósio Temático “Gênero, Trabalho e Educação”.	Seminário Internacional Fazendo Gênero 12. UFSC, Florianópolis, SC	VANNUCHI, M.L. CARVALHO, M.E.P.
2021	Coordenação da Mesa “Trabalho, educação e gênero nas engenharias: aportes de pesquisa	XVII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET. Evento remoto	LOMBARDI, M.R.; VANNUCHI, M.L. CARVALHO, M.E.P. PINTO, E.J.S.
2020	Coordenação do Grupo de Trabalho “Gênero, trabalho e sindicalismo”.	VI Simpósio Gênero e Políticas Públicas. UEL, Londrina, PR.	VANNUCHI, M.L.
2019	Palestrante na Mesa “ <i>Bulling</i> , sexismo e autoestima”.	Todas na escola: educação para igualdade. Projeto Todas por Ela – ESAJUP/UFU. Uberlândia, MG	VANNUCHI, M.L.
2018	Coordenação do Grupo de Trabalho “Gênero, trabalho e sindicalismo”.	V Simpósio Gênero e Políticas Públicas. UEL, Londrina, PR.	VANNUCHI, M.L.
2018	Palestra: Gênero, Trabalho e Direitos Humanos	UEPB, Campina Grande, PB	VANNUCHI, M.L.
2017	Apresentação do relatório de pesquisa de pós-doutorado “Trabalho e gênero no setor da indústria	Sindicalismo, Política e Relações Sociais de Sexo/Gênero. Faculdade de Economia da Universidade de	VANNUCHI, M.L. SILVA, S.J. ESTANQUE, E. (moderador).

	calçadista: um estudo comparativo entre as cidades de Franca (Brasil) e São João da Madeira (Portugal).	Coimbra (FEUC)	
2016	Participação em programa - O papel das mulheres no processo eleitoral.	Rádio Vitoriosa. Uberlândia, MG, 02.10.2016.	VANNUCHI, M.L.
2015	Palestra – Mesa Redonda “Representações do feminino, do masculino e das famílias nos meios de comunicação de massa e violência explícita ou simbólica.	I Simpósio ONG SOS Mulher e Família. Uberlândia, MG.	VANNUCHI, M.L.
2014	Participação em programa - O papel das mulheres no processo eleitoral.	Rádio Vitoriosa. Uberlândia, MG, 05.10.2014.	VANNUCHI, M.L.
2013	Debatedora do Seminário “História, Cinema, Estudos Feministas em Movimento – Mostra de Filmes e Debates Interdisciplinares	Sexo – Gênero, Violência? História, Cinema, Estudos Feministas em Movimento. UFU, Uberlândia, MG	VANNUCHI, M.L.
2012	Coordenação da Sessão Temática “Imagens e representações sociais de gênero e trabalho”.	IV Seminário Trabalho e Gênero. UFG, Goiânia, GO	VANNUCHI, M.L.
2012	Palestrante Mesa Redonda “Famílias, diversidade e construção social”	IV Semana de História, Letras e Pedagogia “Educando para diversidade: saberes necessários e desafios contemporâneos. FFCL, Ituverava, SP	VANNUCHI, M.L.
2011	Conferência de Abertura “A Sociologia e os dilemas da Educação na Sociedade Contemporânea”	8º Seminário – Sociologia no Ensino Médio – Humanização, educação e currículo. UFG, Goiânia, GO.	VANNUCHI, M.L.
2011	Coordenação de do Simpósio Temático “História, trabalho e identidade”	V Simpósio Internacional de História: Culturas e Identidades. ANPUH / UFG. Goiânia, GO.	VANNUCHI, M.L.
2010	Coordenação da Sessão Temática “Imagens e representações sociais de gênero e trabalho”.	III Seminário Trabalho e Gênero. UFG, Goiânia, GO	VANNUCHI, M.L.
2010	Palestra “A construção simbólica das identidades de gênero”	VII Jornada de Educação. Uniaraxá. Araxá, MG	VANNUCHI, M.L.
2010	Palestra “Relações de gênero: mulheres e homens nos espaços sociais.	Aula Magna no Curso de Pedagogia da Fundação Educacional de Ituverava. Ituverava, SP.	VANNUCHI, M.L.

2009	Coordenação de do Simpósio Temático “História, trabalho e identidade	IV Simpósio Internacional de História: Culturas e Identidades. ANPUH / UFG. Goiânia, GO.	VANNUCHI, M.L.
2009	Palestrante	“Fórum Mulher: Saúde e Cidadania. Secretaria Municipal de Saúde. Anápolis, GO	VANNUCHI, M.L.